

O Solar da Caiçara

O Solar da Caiçara

História e Genealogia

2ª Edição

Revista – Ampliada – Atualizada



F. ARAÚJO FARIAS



Copyright © 2013 Fernando Araújo Farias

Todas as obras do autor têm Depósito Legal junto a FBN, de acordo com a Lei n. 10.994 de 14.12.2004 e Of. 2.872, de 31.08.2012 – FBN.

1a. Capa: Foto - Álbum do Autor.

4a. Capa: Fotos. 1. Capela de Louro – Vila Nova de Famalicão – Portugal. 2. Original: Casamento do Cel. José de Araújo Costa e Ana do Nascimento Vidal (18.10.1825). 3. Estátua equestre do Cavalo Morto – Pça. da Matriz – Boa Viagem – CE.

Editoração Eletrônica Marcos Carvalho

Revisão Prof. Joaquim Weksslei Veras da Luz

Impressão e Acabamento



Rua Antônio Pompeu, 1705 - Centro

CEP 60040-001 - Fortaleza-CE

Fone: (85) 3214.8181 - Fax: (85) 3214.8182

premius@premiuseditora.ind.br

www.premiuseditora.com.br

Filiada à



ASSOCIAÇÃO CEARENSE DE ESCRITORES
escritoresace@gmail.com



Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil
Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação da fonte (CIP)

F224s Farias, Fernando Araújo
O solar da Caiçara: História e Genealogia/
F. Araújo Farias. 2.ed. -Fortaleza: Premium, 2013.

p.:il. 184

ISBN 978-85-7564-674-8

1.Tamboril. 2. Genealogia - História. I.Título.

CDU 929

SUMÁRIO

— Introdução	7
1. Topônimo	11
2. Toporama	13
3. Um patriarca sábio e perspicaz.....	17
4. O Coronel José de Araújo Costa	21
5. Raízes genealógicas	37
6. O Barão de Studart e as famílias Feitosa e Araújo	59
7. O inventário do Coronel José de Araújo Costa.....	83
8. A prole do Senhor da Caiçara.....	105
9. O filho caçulo.....	111
10. Casamento e morte	121
11. O litígio: investe a ovelha negra	127
12. O inventário de Anastácio de Araújo Costa Sales	141
13. A última descendência do centenário Solar	157
14. O velho Solar	173
— Bibliografia	179

INTRODUÇÃO

Esta é a História e Genealogia de uma família. Essencialmente, provém dos galhos genéticos brotados nas fazendas Tamboril, Serrote e Espírito Santo, e a narrativa resulta de uma ocorrência casual. Nas cidades do interior, tinha-se o costume comum das conversas de *boca-de-noite*, acontecidas nas calçadas após o jantar. Na mocidade, numa dessas palestras familiares, ouvi de minha tia materna — Ana Araújo Ribeiro — a informação de que em seu guarda-roupas, dentro de uma caixa de papelão escura, existiam vários documentos antigos sobre nossos antepassados. Como quase todos os jovens nenhum interesse têm pelo passado, entre os tais me compreendia.

Todavia, falecendo minha saudosa tia com a idade de 85 anos no dia 20.08.1991, quando já pesquisava para o estudo *História de Tamboril*, resolvi examinar o conteúdo da caixa. Dentre vários papéis que lá deparei, chamou-me a atenção um requerimento ao escrivão de Tamboril, no qual Anastácio de Araújo Costa Sales roga lhe seja fornecida certidão da herança do irmão, Alferes Vicente Alves de Araújo Sales, dos bens herdados no inventário de sua mãe, dona Ana do Nascimento Vidal. Na ânsia de encontrar documentos sobre a remoticidade de Tamboril, associei o prenome dessa Ana com a suposta promessa feita pelo Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º). Contando, como sempre, com a ajuda do Pe. Helênio Pereira — acentuada vocação de historiador dedicada ao sacerdócio — fui consultá-lo, certa noite, em sua casa residencial de Crateús. Depois de aventarmos várias hipóteses e considerações, foi ele de opinião que me aprofundasse nas pesquisas.

Ora, o resultado foi o completo conhecimento do remoto passado do primitivo proprietário do bicentenário Solar, donde auferi valiosas informações que muito me auxiliaram ao estudo da História de Tamboril. Com o antigo hábito de “fuçar arquivos e velhos documentos”, adquirido na função notarial e escrivãias que exercitei por quatro décadas, contando com o auxílio de parentes e interessados, daqui e dali adquirir antigos documentos, condição maior que me inspira escrever História. Não deslembro de insistir, acerca do lamentável acontecido que a natureza produziu, quando foi inteiramente inundado o remoto arquivo do 1º. Cartório, ocorrido na grande cheia do *Rio das Garças* no atípico inverno de 1974. Irreparáveis danos foram causados à nossa memória histórica, fato registrado em estudos precedentes.

Podem parecer desarmônicos os exames no estudo dos capítulos, mas o propósito é oferecer melhor entendimento ao tema. Concernente a genealogia, recorri à antigas fontes bibliográficas e primárias; aquelas de passado mais próximo e estas de priscas eras. Não inclinei-me ao desejo de buscar ascendência ilustrada aos primitivos habitantes do conhecido Solar, mas, tão-somente a obrigação maior da informação histórica, que tem no homem seu agente superior.

Defrontei dados em estudos sérios, como os do Mons. Fortunato Alves Linhares, Jarbas Cavalcante de Aragão, Vicente Freitas de Araújo e, com mais aprofundadas e sérias pesquisas, nos do Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, quando os primeiros buscaram informes na obra *Nobiliarquia Pernambucana*, de Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca — à qual recorri — considerado fidedigno e autorizado genealogista, e o último, nos seculares arquivos portugueses. Sobre o autor da *Nobiliarquia Pernambucana*, asseverou o Con. Dr. F. Sadoc de Araújo no livro: *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú* — Greel — Fortaleza — 1991, p. 22: “A Capitania do Ceará, por sua parte, então dependente do Governador de Pernambuco, estava sob a administração do Capitão-mor An-

tonio José Vitoriano Borges da Fonseca (1765-1781), que passou à história mais como autor da valiosa obra genealógica “Nobiliarquia Pernambucana”, ainda hoje fonte segura de pesquisa sobre as mais distintas famílias que povoaram o nordeste brasileiro. (Sublinhei). Portanto, procedência insuspeita, que amplamente consultei.

Um capítulo, destinei ao que escreveu o parente e historiador Carlos Leite Feitosa, guardião da memória histórica das famílias ARAÚJO CHAVES e FEITOSA, onde tornou desacreditados escritos de estrelas fulgurantes da intelectualidade pátria, jamais replicados, tamanha a seriedade de que revestiu o estudo. Indispensável é salientar, que este trabalho foi publicado nas antológicas páginas da centenária Revista do Instituto do Ceará — RIC — de circulação quase restrita à elite intelectual.

Em passagens constantes dos seus próprios escritos, mostrei o desconhecimento de festejado autor quando, no deleite de escrever sobre “clãs”, desconhecia-lhes as origens genéticas, cujos trabalhos constituem um amontoado de transcrições, inclusive de procedências dúbias. Por obrigação temática, relatei o inventário e a prole do Coronel José de Araújo Costa, fato idêntico ocorrendo com o filho caçulo, Anastácio de Araújo Costa Sales, únicos habitantes da bicentenária casa que dá título a este estudo, onde o derradeiro nasceu, viveu e morreu.

Pelas incongruências verificadas no testamento do último, já por mim conhecidas através da discutível *versão oral*, com fundamento em farta documentação que me foi ofertada, obriguei-me ao desprazer de comentar o comportamento ignóbil e desprezível de um cunhado. A estas lamentáveis ocorrências dediquei outro capítulo, cuja extensão será ocupada pelas transcrições de vários documentos, indispensáveis ao texto e que comprovaram os execráveis acontecimentos.

Também, por imposição da narrativa, referi a descendência de Anastácio de Araújo Costa Sales, já bastante dito e repetido

como filho caçulo do Cel José de Araújo Costa, cuja relação, não obstante o insano esforço que empreendi em consegui-la — razão maior da retardada publicação desta e da edição anterior — restará com omissões e erros, fato de que não me censuro.

Para o final, dedico espaço à breves comentários sobre o antigo e histórico Solar, culminando com a certeza de tarefa cumprida. Sobre esta faina, é necessário saber o que escreveu o genealogista, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo. [*Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú, op. cit.*, p.7].: “Já disse Luís da Câmara Cascudo que “a história das famílias-tronco será a única forma de escrever a história do povoamento Norte brasileiro, mas os historiadores preferem fazer a monotonia das sucessões de governos e das medidas administrativas”. (cf. Prefácio ao livro *Os Linhares*, de Mário Linhares, Ed. Pongetti, Rio, 1954).”

Fernando Araújo Farias

TOPÔNIMO

1

Vocábulo híbrido, de origem tupi, encontrei sua definição no dito livro do Con. Dr. F. Sadoc de Araújo: *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú, op. cit.* p. 12, onde está: “Caiçara é palavra tupi que significa cerca feita de madeira” e, por extensão, tapume, trincheira, arraial, como se lê no conhecido “Dicionário da Língua Tupi” de Gonçalves Dias. A etimologia é formada de caá = mato + iça = cerca, estaca + ara (desinência significando “o que tem ou o que se faz”). Teodoro Sampaio em “O Tupi na Geografia Nacional”, volume 308, da Coleção Brasileira, p. 153, nota 195, afirma que “através do vocabulário dos jesuítas sabemos hoje que havia diversas cercas para proteção das aldeias: ybyrá = a estacada unida; ybyrápokanga = a de troncos mais espaçados; ybyrápataqui = a estacada de rede; e kaiuçá ou kaiçá = a cerca de ramagem. Este último termo transformou-se depois em **kaiçara**”. Todos estes tipos de cercados serviam para proteger a própria casa, a criação do gado e os roçados, e deram nome a muitas localidades pelo sertão do Nordeste adentro. No caso da eponímia sobralense, o topônimo permaneceu até a elevação da povoação à categoria de vila e consequente sede de município”.

Sobralense, o Cap. Francisco Xavier de Sales Araújo — adiante considerado — em muitas passagens comprovadas de sua vida, deixou clara a elevada estima com que sempre distinguiu sua gleba natal. Na denominação desta fazenda de seu primogênito, outra oportunidade surgiu para homenagear sua terra, pois, quando lá nasceu tinha a *Princesa do Norte* o mesmo topônimo.

TOPORAMA

2 |

Localizada a SO (sudoeste) da cidade de Tamboril, a fazenda Caiçara fica às margens do riacho Pajeú, maior tributário do rio Poti em território tamborilense, tendo a primitiva designação de Riacho São João. Possui um dos mais belos toporamas de quantas fazem parte do nosso melhor sertão pastoril, pelo lado sul do município. É formada por uma extensa planície, com um solo apropriado à abroilharem grandes e variadas pastagens nativas. Tem uma caatinga rala onde predominam a aroeira, o sabiá, o mororó, o angico, raras juremas e marmeleiros, sendo uma região privilegiada pela abundância do rico capim "*mimoso*", de grande valor nutricional e leiteiro. Em seu solo já pululam os faveleiros, que evidencia o semiárido sertão dos Inhamuns.

Nos anos invernosos, a caprichosa natureza dá uma visão esplêndida dos seus campos cobertos pelo verdume das gramíneas, levando a crer tê-las semeado a mão humana. Nas manhãs ensolaradas, ouve-se o quase silente borbulhar das águas azuladas correndo nas grotinhas, provindas da chuvarada da noite anterior. É então que se escuta, procedente dos copados juazeiros, os acordes da mais rica e deslumbrante sinfonia que a mãe-natureza brinda nossos sofridos sertões. Orquestrada pelas *cabeças-vermelhas*, *cupidos*, *pintassilgos*, *sabiás*, *golinhas*, *azulões*, *primaveras*, *corrupções*, *rolinhas de várias matizes*, inclusive a *célebre fogo-pagou* e muitas outras espécimes da nossa fauna, e, como a regê-las à distância, se distingue o canto forte das ariscas e pernaltas *seriemas*. É um deslumbramento intraduzível, as belezas da flora e da fauna dos nossos sertões em anos invernosos, memórias que guardo da infância.

Foi neste belo toporama, que nos idos de 1810, resolveu o Cel. José de Araújo Costa edificar sua casa residencial campestre, de cuja calçada contempla-se o seguinte panorama: a Leste, onde se avistam pequenos morrotes — únicos do lugar — vê-se os serrotes Feiticeiro e Bico da Arara, numa distância aproximada de 4 kms., além dos quais aparecem os contrafortes da cordilheira da Serra das Matas; ao Norte, onde se estende uma imensa planície, avista-se a Serra do Encanto e da Jurema, além da cidade de Tamboril, numa distância de 25 kms.; ao Sul, lado direito da casa, existe uma curiosa formação de imensas e regulares pedras, enfileiradas lado-a-lado numa formação quase simétrica na direção leste-oeste, tendo a denominação de “cordão de pedra”. Além desta interessante disposição natural, tem início uma grande campina no sentido Sul dos sertões dos Inhamuns. A Oeste, adiante duma vastidão de caatinga rala, vislumbra-se a faixa azul-anil da exuberante Serra Grande, a Cordilheira da Ibiapaba. Várias lagoas naturais existem em seu território, ótimas para o pastoreio no período chuvoso, merecendo destaque a conhecida Lagoa do Feiticeiro.

Localizada por um e outro lado do riacho Pajeú, após a morte do Cel. José de Araújo Costa, a parte situada ao norte do riacho passou a ter a denominação de Caiçarinha, designação que até hoje perdura.

No inventário do Cel. José de Araújo Costa, julgado no dia 21 de março de 1865, evidenciei seu original proprietário na figura do Cap. Sales, pois, é esta a descrição da casa de morada e das terras da fazenda: “*Declarou mais uma morada de casa de tijolos e coberta de telhas, caiada, na fazenda Caiçara, deste termo, avaliada por duzentos mil reis (200\$000). “Declarou mais uma légua de terras no lugar Caiçara, por um e outro lado do Riacho São João (anterior designação), que houve por compra ao Reverendo Miguel Francisco de Oliveira extremando de uma Timbaúba que fica junto da cacimba de gado, que serve de extremas com terras do Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, pelo dito riacho acima,*

até inteirar meia légua a contestar com terras do Capitão Luiz Vieira de Sousa, de uma alagoa para cima que fica junto da estrada, com meia légua por uma e outra banda do riacho, de norte a sul, fazendo um quadrado, que foi avaliada com todas as suas benfeitorias em oitocentos mil reis (800\$000) (sic)”. (O parêntese é meu).

Ao leitor coevo, são indispensáveis alguns esclarecimentos. Merece salientar o grande valor atribuído à casa, representando a quarta parte do preço de uma légua de terra quadrada. Dando limite com o Capitão Sales, comprova-se haver ele possuído terras no riacho São João pela extrema de cima — nascente — de quem o Reverendo Miguel Francisco de Oliveira adquiriu o imóvel. Sobre este assunto e com extensão, tratarei no final deste estudo. Por último, é necessário ser revelado que o Cap. Luiz Vieira de Sousa, referido como confrontante pelo lado sul, não é o segundo Luiz Vieira de Sousa (2º.), fundador da fazenda Tamboril e c.c. Ana Alves Feitosa. O mencionado é filho do último, vindo a ser o Luiz Vieira de Sousa (3º.) c.c. com Leonarda Bezerra do Vale (2º.), que herdou do pai a metade do imóvel Açude Grande, cabendo à mãe e viúva, Ana Alves Feitosa, a outra metade, que vendeu ao Ten. Cel. Antonio da Costa Leitão, tio paterno do Capitão Luís (20.), por escritura pública de 13.05.1800, em meu arquivo.

Por conseguinte, com uma légua de comprimento por outra de largura, tinha a fazenda Caiçara, sede administrativa das atividades rurais do Cel. José de Araújo Costa, uma área de 36.000.000 mts²., o que equivale a 3.600 has. Já o topônimo do riacho Pajeú, que tinha a anterior denominação de riacho São João, tem igualmente origem tupi, significando: “pajé” = feiticeiro, mais “ú” = rio, isto é, *rio do feiticeiro*. Tenho por certo que a designação do riacho de São João pra Pajeú, precede a mudança do nome do distrito de Lagoinha pra Curatis, que decorre do Dec. Estadual de nº 448, datado de 20.12.1938, tendo o riacho Pajeú suas nascentes na parte leste do mencionado distrito, no divisor das vertentes dos rios Quixeramobim e Poti, ou sejam, águas do Ceará e Piauí.

UM PATRIARCA SÁBIO E PERSPICAZ

Das filhas do Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º), fundador da fazenda Tamboril, e de sua mulher Ana Alves Feitosa, herdeiros, colonizadores e povoadores das ermas e vastas cabeceiras do rio Acaraú, onde principiava a extensa sesmaria de 17.07.1722, sem nenhuma dúvida, como mostram a genealogia e a história, a que socialmente melhor se consorciou foi a filha Francisca Alves Feitosa, que contraiu núpcias com o Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, amplamente referido em documentos primários e bibliográficos, na historiografia conhecido pela simplificação de Capitão Sales, do Serrote.

Mas...quem foi tão celebrado personagem? Esta indagação até hoje faz a totalidade dos tamborilenses letrados e, desenvolvendo copiosas, cansativas e frustradas buscas, quando instruía meu estudo versando a *História de Tamboril*, 1a. edição, pouco ou quase nada desvendei de sua vida e atividades, embora figura bastante comentada, à quem atribuí um capítulo: *História de Tamboril*, Secretaria da Cultura, Fortaleza, 1993, ps. 23/26, destacando seu prestígio e influência, não só na formação do povoado, quando foi testemunha na escritura pública de instituição do patrimônio do orago Santo Anastácio — 30.03.1799 — inclusive idealizando a indicação do dito Santo como padroeiro. Tal noção avocou do prenome da irmã sobralense Anastácia c.c. João Francisco Perfeito. Con. Dr. F. Sadoc de Araújo. [*Op. cit.* p. 53].

Nascido na fazenda Lagoa Grande, nas proximidades da antiga Caiçara (Sobral), no dia 13.12.1768, contava o Capitão Sales, por ocasião da lavratura da escritura com a juventude de 30 anos, o que autoriza afirmar já haverem decorrido — aproximadamente — 10 anos do seu consórcio, em razão dos casamentos prematuros, contumazes naqueles idos. Destarte, deve ter casado por volta de 1788, com aproximados 20 anos.

No entanto, sempre restou desconhecido na poeira de centúrias, o mais importante: o testemunho de alguém que de perto o houvesse conhecido. Mas...como a história não tem ponto final, só anos adiante chegou-me às mãos a *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará* — simplificada e conhecida por RIC — ano de 1913 que, na íntegra, transcreveu as valiosas e extensas *Memórias do Professor Manuel Ximenes Aragão* (ps. 47/157), matéria que, além de elucidar e tornar desimportantes passos da história do Ceará, o memorialista morou e conviveu na casa do Capitão Sales, no Serrote. Na medida do possível atualizando a grafia, são estas as letras do jovem mestre-escola de 25 anos, meritoriamente reconhecido como primeiro historiador de Tamboril.

“Vou entretanto contar o que presenciei no lugar Serrote, perto do Tamboril, para onde fui a instâncias de Francisco Xavier de Sales, parente e amigo de meu pai e a quem não se podia faltar, a vista de sua bonomia, e dessa amizade que a meu pai tinha, com ele se empenhou na minha ida para sua casa para lhe ensinar os netos, em uma ocasião que tivemos de lá ir no ano antecedente, e para que siga numa ordem natural principiarei pela viagem que fiz ao dito lugar”.

“A 4 de dezembro do mesmo ano de 1832 sai de Vila Nova (antes Rua Nova, Campo Grande, Inhuçú e hoje Guaraciaba do Norte, esclareço), em companhia de José Cardoso Varejão, por quem o referido meu parente Sales me havia mandado buscar, cuja viagem foi para mim bastante divertida, por que Cardoso era um desses homens, que sempre acha muita graça para divertir a seus companheiros, afim de distrai-los de suas tristes preocupações, e lhes fazer o caminho mais curto, e no fim de 3 dias findamos a viagem com a chegada ao mencionado lugar Serrote”.

“Não me recordo se no mesmo mês principiei ou não exercitar o emprego para que fui chamado, lembrando-me somente que houve-ram Missas de Natal no lugar Sítio, morada de Prudêncio José dos Santos, homem pardo mas de ótimas qualidades. Fui a essas missas, por me terem convidado, e em razão de as não haver na Povoação; porém nada gostei do comportamento dos que para elas concorreram, porque

ocupavam-se dia e noite no jogo de dinheiro, a exceção de mim, do Padre, e de outro homem mais, achando-nos por isso sem ter entretenimento mais do que a simples conversação havida entre nós três. Foi a festa de natal mais insípida que já em meus dias passei. Dei graças a Deus quando me convidaram para voltar ao Serrote, por me ver livre de gente tão estúpida, e que exercia um vício a que tenho a maior aversão”. “Chegado que fosse a casa do meu parente dançarem valsas e outras danças, que aliás desempenhavam otimamente: eu, algumas vezes também servi de tocador para meus discípulos, embora muito mal entendesse do ofício, porém nada de vantagem me levavam os outros que também não sabiam”.

“Além disso este homem era daqueles, cuja casa está diariamente cheia de gente, como se ali estivessem reunidos para uma festa, não faltando mesmo assim agrados para todos geralmente, seja qual for seu estado ou condição”.

“Qualquer pessoa que entra a seu negócio pelo sertão, naqueles lugares mais próximos, tinha de vir infalivelmente ter à casa deste homem, e de demorar a instâncias dele, que tomava por agravo quando algumas dessas pessoas fazia a menor despesa durante o tempo que ali estivesse. Um dia conversando comigo disse-me: tenho criado sessenta e quatro filhos alheios, e todos que me têm feito a vontade, não tenho deixado sair com as mãos vazias; fez-me até uma relação nominal desses filhos adotivos que criou, alguns dos quais foram do meu conhecimento”.

“De todas as partes, de Pernambuco para cá, da província do Maranhão e Piauí, ele tinha cartas contendo ofícios de amizade, sendo de notar que essas amizades eram adquiridas, não em virtude daquela prepotência exercida pela maior parte desses homens chamados ricos do sertão e sim por seus merecimentos pessoais, e pelo bom tratamento que dava a todos, pois nunca se descobriu nele menor assombro de maldade, isto é, que ele ofendesse a pessoa alguma física, nem moralmente, antes mostrava uma abominação formal àqueles cujo respeito é devido a sua valentia, seu cangaço, e dos facinorosos a quem protegem para esse mesmo fim. Bem exagerado já parece o que tenho dito da bondade

desse homem; porém é facilímo achar-se testemunhas que abonem minha verdade, quando não de vista, podem-no ser por tradição. Entrei no exercício do ensino de seus netos”.

“Este homem Sales, apesar de viver numa cama há 40 anos (pela idade do Capitão Sales, nascido em 13.12.1768, percebe-se um engano do memorialista, pois, no caso, deveria ter-se acamado aos 24 anos), segundo me disse, era todavia muito jovial e dotado dum gênio o mais prazenteiro possível. Quase todos os domingos chamava tocadores de instrumentos e mandava tocar para os seus netos, de ambos os sexos”. (Os parêntesis são meus). [Op. cit. ps.93/95]. Diante de tão antigo e imparcial testemunho, foi esta a imagem que à história legou a destacada figura do Capitão Sales, provindas da isenta pena do jovem mestre-escola que proximamente o conheceu, nada restando a crescer. Enfim, foi um homem bom e do bem.

Contudo, antecedendo em 39 anos a elucidante revelação do Prof. Ximenes Aragão, e fruto da abnegação do historiador ipuense José Osvaldo Araújo, sócio efetivo do Instituto Histórico do Ceará, a *Revista do Instituto — RIC — Fortaleza — 1965*, ps. 351/376, sob o título *Documentos Extraídos do Livro de Autos de Audiências e Capítulos de Correição — Vila Nova d’El-Rei — de 1791 a 1827*, noticia que numa Audiência feita pelo Doutor Ouvidor-Geral e Corregedor da Comarca, Des. Manuel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, na Câmara Municipal de Vila Nova d’El-Rei (hoje Guaraciaba do Norte), presidida por Bernardino Gomes Franco, genro do Capitão-mor José de Araújo Chaves (1o.), das Ipueiras, tio materno do sogro do Capitão Sales, realizada no dia 10.01.1793, foi signatário da ata, como vereador, Francisco Xavier de Sales Araújo, inclusive João Pinto de Mesquita, de Santa Quitéria, relatado por Nertan Macedo. [O *Clã de Santa Quitéria — 2a. Edição — Edições A Fortaleza — Fortaleza — 1967*]. Portanto, a estrela reluzente do Capitão Sales — também politicamente — notabilizava-se em todo o Centro-Oeste do Ceará.

O CORONEL JOSÉ DE ARAÚJO COSTA

4

Filho primogênito do Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo e de d. Francisca Alves Feitosa, genearcas do Solar da Caiçara, teve o Cel. José de Araújo Costa os seguintes irmãos: Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, homônimo do tio paterno sobralense, que foi c.c. dona Maria José Rodrigues de Farias, que após o casamento passou a assinar-se Maria José de Araújo Sales; Beatriz Francisca de Vasconcelos, que foi c.c. o Cel. Antonio Ribeiro Campos — ele em 2as. núpcias — havendo como único descendente um filho varão, homônimo do pai, que faleceu inupto aos 21 anos; Ana Alves Feitosa (neta), que foi c.c. com Antonio de Sousa Carvalhedeo (homônimo do bisavô paterno), sem sucessores, e Josefa Alves Feitosa, caçula e homônima da bisavó materna, que foi c.c. José Casemiro Pessoa Montenegro, bem identificados pelo Barão de Studart no seu notável: *Dicionário Biobibliográfico Cearense*, Typo-Lithografia A Vapor — Rua Barão do Rio Branco, 52 — Fortaleza — 1910, III Vol. ps. 88/90, com descendência. Dos demais irmãos, também deixou descendência o Cel. Diogo Lopes, pai, dentre outros do Dr. Herculano de Araújo Sales, 1º filho de Tamboril a bacharelar-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, e igualmente primeiro tamborilense a exercer o mandato de Deputado Provincial por quatro legislaturas, e d. Maria Genebra de Vasconcelos, que foi c.c. o Ten. Cel. Joaquim José de Castro. Embora natural de Pernambuco, foi o Ten. Cel. Castro o mais destacado homem público de toda a história política de Tamboril. Do mesmo já tratei na obra *História de Tamboril*, e dele tenho uma foto que ampliei e ofertei à Câmara Municipal de Tamboril.

Não encontrei o termo de batismo do Cel. José de Araújo Costa, pois os livros mais antigos da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos não se encontram no arquivo da Diocese de Crateús.

Supondo estarem em Sobral, lá estive em companhia do Pe. Helênio Pereira, onde nada deparamos. Contudo, pela escritura pública que tenho arquivada, feita em Vila Nova d'El Rei no dia 12 de junho de 1818, tendo por compradores o Cel. José de Araújo Costa e o cunhado, futuro sogro e compadre, Cel. Antonio Ribeiro Campos, e vendedores o cunhado Antonio de Sousa Carvalhedeo (bisneto) e a irmã Ana Alves Feitosa (neta), aponta tal documento para algumas evidências. Versa a venda do imóvel Mulungu, sendo nela titulado Coronel José de Araújo Costa, indicando ter em torno de 30 anos, devendo seu nascimento ter ocorrido por volta de 1789, na fazenda Serrote, moradia de seus genitores. Tinha por avô paterno e homônimo o português, Capitão José de Araújo Costa c.c. dona Brites de Vasconcelos, filha de Manoel Vaz Carrasco e de d. Maria Madalena de Sá, sendo dona Brites uma das históricas e conhecidas *Sete Irmãs*, com ascendência de nobreza, segundo mostram os documentos. Pelo lado materno, eram avós o Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º), fundador da fazenda Tamboril, e s.m. d. Ana Alves Feitosa,

Ao contrário do irmão mais moço, Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, vocacionado à variadas laborações, de vida um tanto nômade, o Cel. José de Araújo Costa herdou dos seus ancestrais a tendência pela vida pastoril, a ela dedicando sua existência, pois, inúmeras são as escrituras que tenho arquivadas, onde aparece comprando as heranças dos irmãos, exemplificando a escritura acima referida. Pela descrição dos bens do seu inventário — insisto — formou o maior e jamais suplantado patrimônio imobiliário da história fundiária de Tamboril.

Percebe-se que o pai quis dar-lhe encaminhamento à vida pública, encontrando desinteresse do filho à tal atividade. Suas estreias documentalmente comprovadas em ações na vida pública, estão no livro do Con. Dr. F. Sadoc de Araújo: *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*, op. cit., p.63, onde está: “A Câmara Municipal de Vila Nova d'El Rei nada podia fazer para conseguir a paz de seus habitantes. A 15 de janeiro de 1831, seu presidente José de Araújo Costa dirigiu um ofício ao Governo da Província, então entregue ao Marechal de Campo

Manoel Joaquim Pereira da Silva, em que resume o estado de violência em que se encontra o País dos Mourões: “Esta Câmara já está cansada de ver os transtornos de seus munícipes causados pelo grande número de facínoras, ladrões e assassinos e pede providências de V. Ex.a., pois o Juiz de Paz local, Francisco Paulino Galvão, se diz impotente para resolver o grave problema” (sic). Contudo, a insistência paterna precede a esta citação, e trás a data de 15.01.1831, quando, como vereador, o Cel. José de Araújo Costa assinou o Auto de Audiência Geral e Capítulos de Correição, levada a termo em Vila Nova d'El-Rei no dia 24.12.1818. [RIC, Fortaleza, 1965, ps. 370/372]. Assim, nem o estímulo, propósito e prestígio do pai, irradiado em toda a freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos e Centro-Oeste, foram suficientes para tirar do filho a vocação pela vida rural. Aqui começa e aqui finda, sua breve atividade na vida pública.

Versando a vinda do português, homônimo e avô paterno sobralense, escreveu o pentaneto e historiador: “FAMÍLIA ARAÚJO — A família Araújo, ou Araújo Costa, ou Lopes Araújo, que se ramificou também com a família Silveira, da Ribeira do Acaraú, mais precisamente de Bela Cruz, provém de três irmãos portugueses: José de Araújo Costa, Pedro de Araújo Costa, e Manuel de Araújo Sá, naturais de Estrufe, freguesia de Santa Lucrécia de Louro (4a. cap-a-q.v.), distrito e arquidiocese de Braga, província do Minho. Na época em que ali nasceram a freguesia de Louro pertencia ao concelho de Barcelos, mas, posteriormente, passou a pertencer ao de Vila Nova de Famalicão, que se tornou sede concelia a partir de 1835”. (Sublinhei). Vicente Freitas de Araújo. [Bela Cruz — biografia do município — Bookess Editora — Florianópolis — 2012, p. 319.].

Diverso do que ocorreu com os centenários arquivos eclesiásticos da velha Matriz de São Gonçalo da Serra dos Cocos, bem cuidado e conservado é o da Diocese de Sobral. Lá, o pesquisador deparou o casamento do português/sobralense, Capitão José de Araújo Costa, cujo teor, *ipsis verbis*, é o seguinte: “Aos trinta e hum dias do mês de julho de mil setecentos e quarenta e sete, feitas as diligências necessárias na forma do Sag. Conc. Trid. Sem impedimento algum,

no Sítio da Lagoa Seca, pelas dez horas do dia se receberam por palavras de presente em presença do padre Pedro de Albuquerque de minha licença, José de Araújo Costa, filho do Capitão-mor Pedro da Costa de Araújo e de sua mulher Maria de Sá, e Dona Brites de Vasconcelos, filha do Capitão Manuel Vaz Carrasco e de sua mulher Dona Maria Madalena, natural da vila de Igaráu, sendo presentes por testemunhas o Coronel Francisco Ferreira da Ponte, solteiro, e o tenente Manuel Ferreira Fonteles, casado, do que fiz este termo em que me assino. Antonio de Carvalho e Albuquerque — Cura do Aca-racu. (Liv. 1741-1769, fl. 104v.). Vicente Freitas de Araújo. [Ib. p. 324].

A predileção e acendrado amor às atividades pastoris, iria demonstrar até o final de seus dias, tendo constituído, como está algures, a maior imensidão imobiliária da história de Tamboril.

O Cel. José de Araújo Costa (neto), foi casado em núpcias únicas com d. Ana do Nascimento Vidal (2ª), provindo do casal uma prole de sete filhos. Verossimilhança, aparência e conclusões precipitadas são enganos incidentes aos neófitos que pesquisam e anseiam narrar História. Infelizmente, raros são os que confessam estas inevitáveis ocorrências, remindo a verdade histórica. Neles incorri ao escrever a *História de Tamboril* — Secretária de Cultura e Desporto — Fortaleza — 1993, quando, às ps. 32/33, aluindo indicações que me levaram à irrefletida conclusão de ser dona Ana do Nascimento Vidal, irmã do lendário e legendário Vicente Lopes Vidal de Negreiros, conhecido por Vicente da Caminhadeira, tantas e tão fortes evidências apontavam em tal sentido, inclusive documentais.

Justificando tal engano, cito o que escreveu Tomás Catunda, [RIC — Fortaleza — 1918, p. 293], onde biografou Vicente Lopes: “Achando-se ele (Vicente) um dia na fazenda Serrote do Cap. Sales, chegaram os Mourões para matá-lo, no que foram impedidos pelo Cel. Diogo (Diogo Lopes de Araújo Sales, filho do Cap. Sales), homem de real prestígio e aparentado com ele (Vicente) (sic)”. [Os parênteses são meus]. Daí, induziu-me à errônea ilação. Outro fato, apontava para o grande prestígio de Vicente Lopes junto ao Cel. José de Araújo Costa, pois no inventário deste aparece como procurador: “Uma dívida de

Vicente Lopes Vidal de Negreiros, proveniente de dinheiro apurado pelo mesmo, da quantia de duzentos mil reis (sic)”. Ora, só um procurador de confiança teria competência para tal. Contudo, sem conhecer os verdadeiros liames, propendi a crer que havia laço consanguíneo entre d. Ana e Vicente Lopes, o que não procede.

Quando do lançamento da 1ª. edição do livro *História de Tamboril*, parentes e curiosos me procuraram para ofertar informações úteis e coevas a uma futura edição. Entre alguns, me foi de grande valia o saudoso parente Anastácio Martins de Araújo — Tácio Martins — que me presenteou importantes e valiosos documentos. Dentre vários, constam certidões por ele requeridas ao cartório do 1º Escrivão de Quixeramobim, Antero de Albuquerque Lima, onde está comprovado o seguinte: Antonio Domingos Alves, a quem foi transferida a concessão da sesmaria das cabeceiras do rio Quixeramobim, requerida por Calixto Lopes da Silva, em data de 10.02.1732, foi casado com Agostinha Sanches de Carvalho, 5ª. das *Sete Irmãs Carcarás* — segundo Mileno Torres Bandeira, [Memórias de Um Passado, Editora ABC, Fortaleza, 1996, ps. 15/21]. A designação Carcará, procede do topônimo duma fazenda da família à margem esquerda do rio Jaguaribe, no município de Saboeiro. [Op. cit. p. 19]. Do casal nasceu Ana do Nascimento Vidal (1ª.), contraindo suas 1as. núpcias com José Ribeiro Campos, que falecido, teve seu inventário processado em Quixeramobim, no ano de 1797, tendo por descendentes: Antonio, Mariana, Isabel e Agostinho.

O primogênito recebeu o nome completo do tio paterno e futuro padrao Antonio Ribeiro Campos (sobrinho), e foi figura de realce político nacional à época da monarquia, destacado na *Enciclopédia dos Municípios Brasileiro* — IBGE — Vol. XVI: Rio de Janeiro, 1959.

Este conceituado estudo, fonte de pesquisa à quem estuda a história do Ceará, à p. 530 atribui a Antonio Ribeiro Campos (sobrinho) naturalidade tamborilense. E, com provável fundamento nesta originalidade, tratando da eleição senatorial do Ceará realizada em 1841, na qual foi eleito o baiano Miguel Calmon du Pin e Almeida, ao referir a lista tríplice, disserta o historiador: “O primeiro tinha, na

ocasião, o mérito de ser irmão do finado senador Costa Barros; e o segundo, *natural de Tamboril* nesta Província, cedo foi residir ao Recife, onde fez-se político e advogado provisionado, conseguindo eleger-se por lá deputado à Constituinte Brasileira. Agora residia no Rio de Janeiro, donde tinha vindo ao Ceará, ao que parece como emissário do Regente. Depois teve a ventura de ser sogro do sábio e virtuoso maranhense Cândido Mendes de Almeida". (Sublinhei). Paulino Nogueira. [Presidentes do Ceará Durante a Monarquia — Typografia Studart, Fortaleza, 1889, p. 190].

Explico. Antes de serem criadas as freguesias de Tamboril e Boa Viagem, os curas da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Coços, instituída em 30.08.1757, costumeiramente desobrigavam após a longínqua divisa da freguesia de Quixeramobim, a cuja jurisdição eclesiástica estava subordinada a capela de Boa Viagem, que se tornaria freguesia pela Lei Provincial 1.025, de 18.11.1862. Ora, comprova a certidão do inventário de José Ribeiro Campos, processado no cartório de Quixeramobim em 1797, que Antonio Ribeiro Campos (sobrinho) nasceu em território daquela freguesia, hoje compondo a paróquia e município de Mons. Tabosa, ex-distrito de Tamboril. Portanto, a fazenda Espírito Santo, onde nasceu Antonio (sobrinho), hoje da comarca de Mons. Tabosa, foi território de Tamboril, onde foi gerado e batizado Antonio Ribeiro Campos (sobrinho).

Viúva de José Ribeiro Campos, veio dona Ana do Nascimento Vidal (1ª.) a contrair 2as. núpcias com o Cel. Antonio Ribeiro Campos, irmão de José Ribeiro Campos. Deste consórcio nasceu a menina, homônima da mãe — Ana do Nascimento Vidal (2ª.) —, que se casou com do Cel. José de Araújo Costa, neta materna do pioneiro colonizador das cabeceiras do rio Quixeramobim, o patriarca e judeu-português Antonio Domingos Alves e de s.m. Agostinha Sanches de Carvalho.

Aliás, a matéria mais recente que examina extensamente o casal — Antonio Domingos Alves e Agostinha Sanches de Carvalho — resultado de ampla pesquisa, tal se verá, os identifica como judeus-portugueses. De tal assertiva, associada a estudos de cripto-judeus

no povoamento do Nordeste, aponto estes reveladores indícios: 1) Os sobrenomes marranos ("cripto-judeus") — *Alves, Carvalho, Sanches e outros* — encontrados no casal, são mencionados por estudiosos. [Fonte Web. *Genealogia Judaica Portuguesa - Dicionário Sefaradi de Sobrenomes*: 2003]; 2) É curiosa, a vinda de dois portugueses a se situarem nas ermas cabeceiras do rio Quixeramobim, quando inúmeras e melhores glebas poderiam abrigá-los; 3) Não indo além, mesmo na primeira geração, Antonio Domingos e Agostinha, estranhamente nomeiam a 1ª. filha de Ana do Nascimento Vidal (1ª.), com sobrenomes alheios às origens, manifestando desejo de ocultação. Como dito, o estudo coevo que igualmente dá entendimento à origem judaica, tem por autor Aroldo Mota. [As "Sete Irmãs" e a História Política do Ceará — RIC — Fortaleza — 2002], ao qual remeto os leitores.

O Cel. Antonio Ribeiro Campos, sobrevivendo à dona Ana do Nascimento Vidal (1ª.), veio a ser inventariante no processo respectivo efetuado no mesmo 1º Cartório de Quixeramobim, julgado no dia 28.04.1825. Além de dona Ana do Nascimento Vidal (2ª.) — mulher do Cel. José de Araújo Costa — são mencionados no inventário os filhos: João Ribeiro Campos, Joana Ribeiro Campos e José Felipe Ribeiro Campos. Este, viria a casar-se com Raimunda Alves Feitosa — posteriormente Raimunda Francisca de Vasconcelos — filha do Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e dona Maria José de Araújo Sales, donde surgiu a família designada *Sales*, que deu origem ao *Solar do Campo Nobre*, de numerosa descendência, cuja narrativa exige um historiador.

Como está alhures, enviuvando em 1825, o Cel. Antonio Ribeiro Campos contraiu novas núpcias com uma irmã de seu genro e compadre, dona Beatriz Francisca de Vasconcelos, união que teve curta duração, eis que o Cel. Antonio Ribeiro Campos teve seu inventário processado e julgado no mesmo 1º Cartório de Quixeramobim no dia 04.07.1829, 4 anos após o casamento. Conforme adiante está, foi o Cel. Antonio Ribeiro Campos padrinho do primogênito do Cel. José de Araújo Costa e dona Ana do Nascimento Vidal (2ª.). Desta forma, era o Cel. Antonio Ribeiro Campos — tetravô materno do

autor destas linhas — sogro, cunhado e compadre do Cel. José de Araújo Costa, parentesco que parece intrincado, mas, explicável: sogro, porque era pai de d. Ana do Nascimento Vidal (2ª), mulher do Cel. José de Araújo Costa; cunhado, porque foi casado com d. Beatriz, irmã do Cel. José de Araújo Costa, e compadre porque foi padrinho do primogênito do Cel. José de Araújo Costa, homonímico em homenagem ao avô materno: Antonio Ribeiro Campos de Noronha, batizado na fazenda Caiçara, no dia 05.08.1827. Informa o genealogista Francisco Ferreira Lima, que a família Ribeiro Campos também procede das *Sete Irmãs Carcarás*. [A *Genealogia das Famílias Fernandes Vieira e Ferreira Lima*, Editora Edibrás Ltda., 1ª. Edição, RJ., 1972, p. 9]. Não alcancei tal liame.

Eis a ascendência de Anastácio de Araújo Costa Sales – de quem adiante cuidarei com destaque — pela linhagem de sua mãe, d. Ana do Nascimento Vidal (2ª) c.c. o Cel. José de Araújo Costa, na fazenda Espírito Santo, no dia 18.10.1825.

1. Antonio Domingos Alves, judeu/português, c.c. Agostinha Sanches de Carvalho, natural de Itamaracá, Pernambuco, 5a. das chamadas *Sete Irmãs Carcarás*, filha do cristão novo português Manuel da Rocha Franco e s. m. Maria Sanches de Carvalho. Esclareço que Antonio Domingos Alves foi o pioneiro sesmeiro das cabeceiras do rio Quixeramobim e titulado fundador da cidade de Boa Viagem, (4a. capa-q.v.) pais de,

2. Ana do Nascimento Vidal (1ª.), casada em segundas núpcias com o Cel. Antonio Ribeiro Campos, sesmeiro no riacho Vaca Brava, águas do rio Quixeramobim, pais de,

3. Ana do Nascimento Vidal (2ª.) c.c. o Cel. José de Araújo Costa, pais de,

4. Anastácio de Araújo Costa Sales c.c. Maria Gonçalves Chaves, bisavós maternos do autor destas letras.

Como está comprovado, os descendentes do Cel. José de Araújo Costa e dona Ana do Nascimento Vidal (2ª), trazem em suas

veias sangue dos primitivos colonizadores e povoadores das cabeceiras dos rios Acaraú e Quixeramobim, pois era ele neto materno do Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º) e d. Ana Alves Feitosa, fundadores da fazenda Tamboril, e sua mulher – Ana (2a.) – neta também materna de Antonio Domingos Alves e Agostinha Sanches de Carvalho, fundadores do lugar Cavalo Morto, hoje Boa Viagem. (4ª capa-q.v.). À título de ilustração histórica adianto que em 1810, o Pe. Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque Melo (Pe. Mororó), assumiu a capelania de Boa Viagem, em companhia de quem foram sua irmã e cunhado, pais do então menino Manoel Ximenes Aragão, futuro mestre-escola, e, de suas faladas *Memórias*, extrato este trecho: “A pouca idade, que eu tinha naquele tempo, não permitia que minha memória guardasse fatos ou circunstâncias algumas vistas por mim nestes lugares para dar hoje delas alguma relação; só me lembro que em Boa Viagem existia uma mulher octogenária chamada Maria do Ó de Carvalho, filha do fundador da Capela de N. Senhora da Boa Viagem que ali se vê. Já disse que a mulher de quem acabo de tratar, era filha do fundador da Capela de Boa Viagem. Apareceu neste lugar um homem desconhecido, trazendo em sua companhia uma moça branca e bem parecida. Antonio Domingues, que assim se chamava o raptor da moça, conhecendo o perigo em que se achava de cair nas mãos dos inimigos...recorreu à Mãe de Deus prometendo-lhe que se se visse salvo daquele iminente perigo, levantaria ali uma Igreja a sua custa com a invocação de N. Sra. da Boa Viagem, e não obstante, tomou a cautela de ocultar-se, até ver o que se passava. Então Antonio Domingues, vendo-se livre da perseguição, saiu de seu esconderijo, casou com a moça e edificou a capela, mudando o nome do lugar de Cavalo Morto para Boa Viagem”. [Ib. ps. 53/54]. (Atualizei a grafia, sublinhei e **vide última foto na 4a. capa**).

Conquanto lembranças de uma criança ao estilo de indícios lendários, a notícia exige analogia com notas coevas: A) Se em 1810, Maria do Ó de Carvalho aparentava 80 anos, seu nascimento deve ter ocorrido em torno de 1732, época em os pais situaram a fazenda Espírito Santo, segundo o historiador, Pe. Geraldo Oliveira Lima.

[*Gênese da Paróquia de Mons. Tabosa* – Marques Saraiva Gráficos e Editores - RJ: 1994].B) Somente em 1743, Antonio Domingos Alves saiu de seu esconderijo, como faz prova a mal distinta sesmaria à si concedida “no riacho Cratiú, (não encontrado na região) por outro nome Cavalo Morto (sic)”. [*Datas de Sesmarias* – Vol. 14 – n. 167 – ps. 131/132 – Eugênio Gadelha & Filho – Fortaleza: 1928]. (O Sublinhamento e parênteses são meus).

Finalmente, os primeiros (Cap. Luís e Ana) foram os colonizadores das cabeceiras do rio Acaraú, e os últimos (Antonio e Agostinha), das cabeceiras do rio Quixeramobim, tributário do Jaguaribe. Devo esclarecer, que embora tendo grande parte do seu território original desmembrado para outros municípios, Tamboril detém a exclusividade geográfica de ser o único município cearense donde vertem águas para as duas maiores bacias hídricas do Ceará — Acaraú e Jaguaribe — e para a segunda do Piauí — rio Poti — maior afluente do rio Parnaíba.

Na sua fazenda Caiçara, o Cel. José de Araújo Costa batizou a quase totalidade dos seus filhos, com exceção do caçulo, cujo solar foi palco de visitas notáveis. Adiante, com melhores detalhes, esclarecerei. Por ocasião do batizado do seu primogênito — Antonio Ribeiro Campos de Noronha — veio celebrar o ato sacramental seu primo, Pe. Francisco Gomes Parente, sobrinho do Cap. Sales e afilhado de d. Francisca Alves Feitosa. O termo está registrado no livro de batizados da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos — 1825-1829 — fotocópia em meu arquivo, p. 128, em data de 05.08.1827, cujo teor é o seguinte: “ANTONIO, filho legítimo de José de Araújo Costa e Anna do Nascimento Vidal, nasceo aos tres de Agosto de mil oitocentos e vinte e sete e foi baptizado de minha licença pelo Reverendo Vigário da Freguezia de Santa Quiteria Francisco Gomes Parente aos cinco do dito mez e anno em a Fazenda Caiçara, sendo seos padrinhos Antonio Ribeiro Campos e Donna Francisca Alves Feitosa do que para constar mandei fazer o presente termo, em que me assigno. Felipe Benicio Mariz — Parrocho Interino (sic)”. O padrinho era avô materno, e a madrinha avó paterna do batizando. (Sublinhei e mantive a grafia).

Por ser parente próximo do nosso biografado — primo paterno do Cel. José de Araújo Costa — e tendo uma existência singularíssima, faço uma digressão para transcrever breves dados de sua curiosa biografia, vistos no livro do Con. Dr. F. Sadoc de Araújo: *Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses* — Secretaria de Cultura e Desporto — Fortaleza — 1985, ps. 49/52: “*Nasceu em novembro de 1791, filho do Cap. Inácio Gomes Parente e Francisca de Araújo Costa (irmã do Capitão Sales), casados a 24 de novembro de 1777. O termo de batismo foi assim registrado: “FRANCISCO — filho legítimo de Inácio Gomes Parente, natural de Lamego, e de sua mulher dona Francisca de Araújo, natural desta freguesia, neto paterno de Manoel Gomes Parente e de sua mulher Catharina Lopes, naturais de Lamego, neto materno de José de Araújo Costa, natural de Braga, e sua mulher Beatriz de Vasconcelos, natural de Goiana, nasceo em novembro de mil setecentos e noventa e hum, e foi batizado com santos oleos nesta matriz de Sobral por mim cura Francisco Basílio dos Santos aos doze de dezembro do dito ano. Foram padrinhos Caetano da Costa Vieira, solteiro, e Francisca de Tal, mulher de Francisco de Araújo Costa, moradora na freguesia da Serra dos Cocos e o Padrinho, morador nesta, do que para constar fiz este termo e assignei. Basilio Francisco dos Santos, cura e Vigário da Vara do Sobral (Liv. Bat. Sobral, 1788-1792, fl. 227v.)”.* [Destaquei, e esclareço que o copista, como sói, omitiu o nome completo de Francisca Alves Feitosa, e errou o do marido, que na verdade é Francisco Xavier de Sales Araújo, tio do batizando.]

“*Estudou em Sobral com os professores Padre Manoel Pacheco Pimentel e João José Noronha. Concluiu os cursos de Filosofia e Teologia no Seminário de Olinda, onde foi ordenado sacerdote no ano de 1816. Cantou primeira missa solene na Matriz de Sobral, no dia 29 de junho do mesmo ano. Passou oito anos servindo à freguesia de Sobral, como auxiliar do vigário, e ministrando aulas particulares. A 15 de julho de 1817 assinou manifesto contra a Revolução Pernambucana. Em 1822, foi ao Crato como emissário da Câmara a fim de entrar em contato com os chefes do Governo Temporário, instalado naquela vila do Cariri”.*

"Por desejar ser vigário, começou a trabalhar para conseguir a criação da freguesia de Santa Quitéria, obtendo o apoio político de sua família. Apesar da oposição que teve de enfrentar, conseguiu que fosse expedido o Alvará Imperial de 22 de março de 1823, criando a referida freguesia. Em junho de 1824, viajou para Pernambuco com o fim de se submeter a concurso para ocupar o cargo de primeiro vigário colado de Santa Quitéria. Saiu-se vitorioso, tendo sido nomeado para a função por ato do Bispo Dom Tomás Noronha. A 2 de outubro de 1824 tomou posse da nova freguesia, tendo no mesmo dia assinado o termo de abertura do primeiro livro de assentos paroquiais, onde afirma: "Na qualidade de pároco, criador, me compete rubricar seus livros".

"Pe. Francisco Gomes Parente tinha uma ótima caligrafia e ele mesmo fazia, de próprio punho, todos os registros paroquiais. Permaneceu na freguesia de Santa Quitéria até 31 de maio de 1828. Foi afastado do cargo, suspenso de ordens, por viver em público concubinato com Isabel Carolina da Hungria, filha de Inácio de Castro e Silva e Rosa Maria do Livramento, residentes em Sobral. Dessa união nasceram três filhos: Dr. Esmerino Gomes Parente, Dr. Hermeto Gomes Parente e Francelina que foi mãe do Pe. João José de Castro. Voltando a residir em Sobral, dedicou-se ao magistério e as atividades políticas. Foi vereador da Câmara Municipal durante vários anos. Fez parte do Conselho Geral Provincial instalado em Fortaleza a 1º de dezembro de 1829. A 8 de janeiro de 1833, assumiu a presidência da Câmara. Eleito Deputado Provincial para o biênio 1835-1836, não pôde concluir o mandato por ter falecido em junho de 1835. Sua mãe faleceu a 8 de abril de 1826, com 75 anos, seu pai expirou a 13 de abril de 1838, com 96 anos de idade. Era natural da freguesia da Assunção, Lamego (Portugal), onde nasceu em 1742. Pe. Francisco Gomes Parente faleceu penitente, readmitido às ordens sacras. Era tio do Pe. Justino Domingos da Silva".

Ponderáveis razões motivaram-me a transcrever estes dados do Pe. Francisco Gomes Parente. Por eles, se constata que além de sobrinho do Capitão Sales, do Serrote, era afilhado de s.m. d. Francisca Alves Feitosa, indo à fazenda Caiçara celebrar o batizado do primogênito do tio, em território eclesiástico administrado pelo poderoso

Pe. Manoel Pacheco Pimentel, seu ferrenho opositor na criação da freguesia de Santa Quitéria, segundo notícia a *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, Vol. XVI — IBGE — Rio: 1959, p. 492. Por outro lado, por ironia da História veio a ser avô materno do último vigário da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos e primeiro da freguesia de São Sebastião do Ipu, Pe. João José de Castro, citado e biografado pelo mesmo Con. F. Dr. F. Sadoc de Araújo. [*Hist. Religiosa de Guaraciaba do Norte* — Edição IOCE — Fortaleza — 1988, p. 40].

Em verdade, mostra-nos uma existência das mais singulares, repleta de passagens conflitantes e tumultuadas, não obstante ter vivido apenas 57 anos: foi sacerdote, em cuja condição foi o fundador e primeiro vigário colado da freguesia de Santa Quitéria; exemplar pai de família, pois dos três filhos havidos com Isabel Carolina da Hungria, os dois varões colaram grau de bacharéis em Direito, não obstante as grandes dificuldades daqueles remotos tempos, sendo a filha mãe de outro sacerdote; foi professor e político de renome provincial, e - curiosamente - antes de falecer já era novamente sacerdote, readmitido às ordens sacras. Sem dúvida, uma profusão de invulgares acontecimentos para uma existência tão curta.

Feita a extensa digressão, torno ao tema. Pelo grande número de batizados ministrados na fazenda Caiçara, constata-se haver sido muito habitada, lá demorando dias os sacerdotes-curas. Dentre outros, é o caso do Pe. José Gomes Ferreira Torres, substituto do Pe. Manoel Pacheco Pimentel na freguesia da Serra dos Cocos. Tinha o Pe. José o apelido de Pe. Caú, sendo dele o primeiro reconhecimento oficial de ser Tamboril o mais importante povoado sertanejo daquela freguesia. Este sacerdote, no dia 25 de julho de 1841, batizou na fazenda Caiçara a filha Francisca, do Cel. José de Araújo Costa e d. Ana do Nascimento Vidal (2ª). O padrinho desta criança — de quem adiante tratarei — foi o Ten. Cel. Luiz Lopes Teixeira, que foi c.c. com duas filhas de Sebastião Ribeiro Melo, irmão de Alexandre da Silva Mourão (o velho). Foram elas, Ana e Úrsula, tendo sido morador na fazenda Canabrava, mais tarde designada Canabrava dos Mourões. Hoje é sede de município, com o topônimo de Ararendá, e foi seu

primitivo colonizador o Cap. Mor Antonio de Barros Galvão, que também foi sesmeiro na Serra dos Cocos. [Sesmarias Cearenses — DIO — Fortaleza — 1971, vol. 7, n° 598, datada de 22.06.1771].

O Cel. Luiz Lopes Teixeira, padrinho da última filha do Cel. José de Araújo Costa, homem de índole pacata, foi pai do futuro Pe. Dr. Luiz Lopes Teixeira, primeiro tamborilense a receber ordens sacras. Viu-se, enredado na perseguição movida aos parentes afins Mourões e Melos, segundo Nertan Macedo: *O Bacamarte dos Mourões* — Edit. Instituto do Ceará — Fortaleza: 1966.

Outra personalidade de destaque na historiografia cearense, de quem tratei no livro *História de Tamboril*, 1a. edição — Secretaria de Cultura — Fortaleza: 1993, ps. 39/50, foi seu procurador, assíduo frequentador e comensal do Solar da Caiçara, Vicente Lopes Vidal de Negreiros, conhecido por Vicente da Caminhadeira. Uma de suas visitas, ocorreu no dia 6 de julho de 1825, três meses antes do casamento do Cel. José de Araújo Costa, ocorrido em 18.10.1825, comprovando já estar concluído e habitado o solar, embora ainda solteiro seu senhorio. Na ocasião e juntamente com a mulher dona Antonia Leonor, apadrinharam duas crianças. A título de curiosidade histórica, transcrevo o termo de uma delas, visto à p. 78, do livro de assentos de batismos da freguesia da Serra dos Cocos de 1825-1829, com o teor seguinte: “VICENTE, filho legítimo de Joaquim Vieira e Joanna Clara naturaes e moradores nesta freguezia, nasceo aos trinta de outubro de mil oito centos e vinte cinco, baptizado solennemente por mim Parocho em a fazenda Caiçara, em desobriga de seis de julho de mil oito centos e vinte ceis, sendo seos padrinhos Vicente Lopes Vidal e sua mulher Antonia Leonor, do que para constar mandei fazer o presente termo em que me a Signo — Felipe Benício Mariz — Par° Int° (sic)”. (Sublinhei). Nota-se a homenagem ao padrinho, evidenciada no prenome da criança sacramentada. Tomando-se por verdadeiras as informações de seu biógrafo, tinha Vicente 21 anos, pois é dado como nascido em 1805.

Insisto e relembro, que Vicente Lopes Vidal de Negreiros é biografado pelo Coronel Tomás Catunda, nas antológicas páginas da RIC — Fortaleza — 1918, sob o título: *A Vida de Vicente Lopes Vidal*

de Negreiros, fonte à qual recorreram vários historiadores. À época em que apadrinhou estas crianças, perto estava a fatídica noite de 24 de dezembro de 1829, quando Vicente tornou-se o mais fidalgo inimigo dos Mourões, motivo que talvez haja contribuído para o Cel. José de Araújo Costa vir a tornar-se Presidente da Câmara de Vila Nova d'El Rei, em 1831, quando cruentas eram as ações dos Mourões.

Como grande proprietário rural, tinha o Cel. José de Araújo Costa sua casa no povoado de Tamboril, sendo ela a que hoje faz esquina das Ruas Cel. Salustiano Melo e Marechal Deodoro (hoje Joaquim de Macedo Melo), à direita, defronte da Igreja Matriz. Disto paz prova o requerimento assinado de próprio punho pelo Cel. Salustiano José de Melo — em meu arquivo — quando no dia 29 de julho de 1897 assume a tutoria das filhas menores — Sérvola e Auta — assim escrevendo na relação dos bens à elas pertencentes: “Uma casa de tijolos de três vãos, com quatro janelas uma porta e um portão de frente, na Rua do Tenente Coronel José de Araújo Costa, nesta Vila; três quartos de loja, com seis portas de frente, tendo armação e prateleiras no Mercado público desta Vila; dois quartos no mesmo mercado, tendo um deles balcão e prateleiras; uma casa com uma porta e uma janela de frente na rua do Comercio nesta Vila. As terras da fazenda Lagoas, neste termo, com uma boa casa, cercados e mais benfeitorias (sic)”. (Sublinhei).

Não é propósito, alentar neste texto o prestígio de que desfrutava o Cel. José de Araújo Costa; historio o que mostram as fontes documentais que exigem menção. Comprovo: a denominação de “Rua do Cel. José de Araújo Costa” perdurou até 12 de agosto de 1925, quando por escritura pública a viúva do mesmo Cel. Salustiano José de Melo adquiriu uma casa aos herdeiros do Cel. José Rodrigues de Farias, onde se lê: “uma casa de tijolos na Rua do Cel. José de Araújo Costa com duas portas de frente e fundos correspondentes (sic)”. (Sublinhei). Este documento, compõe meu arquivo.

A casa pertencente ao Cel. José de Araújo Costa, adiante foi adquirida por José Jorge de Sousa, servindo, por décadas, como residência ao tabelião Francisco Angelim de Araújo, funcionando o

cartório no vão da esquina. Atualmente, em vista de seu grande espaço físico, acha-se dividida em duas onde habitaram até pouco tempo, duas tetranetas do patriarca da Caiçara, Francisca Helena Alves Araújo e Francisca Lucilene Araújo Veras, casadas e filhas dos trinetos, Sebastião Araújo Quirino e Rosa Maria Araújo Veras.

RAÍZES GENEALÓGICAS

5 |

Como foi reiterado, visa este trabalho narrar a História e Genealogia do bicentenário Solar da Caiçara, em especial do seu fundador, eminente e principal habitante, não podendo prescindir de suas raízes genealógicas. Não é um texto que se proponha colorir com raízes ilustradas seu genearca, Cel. José de Araújo Costa. No entanto, em todos os meus labores históricos, sempre trabalhei com um veraz norteador: o documento. Se dá às gêneses suas origens, é imperativo relata-las. Doutra parte, nenhum trabalho histórico, que tenha propósito de seriedade pode prescindir da genealogia, pois, como está nas primeiras letras deste estudo, tal dissertou o Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, que "*sendo a história constituída pela atividade humana, tudo o que ela narra são dados biográficos de alguém*".[*Ib. op. cit.*].

Ao primogênito, deu o Cap. Sales o nome completo do pai — José de Araújo Costa — designando-o com o nome do avô paterno, sem qualquer distinção. Aliás, é necessário informar que nossos antepassados tinham este uso por norma, diverso do que hoje é obrigatoriamente usado, com o advento de legislação específica sobre o Registro Civil das Pessoas Naturais (Lei 6.015 de 01.01.1973 (recopilada). Por conseguinte, davam-lhes o nome completo do ancestral, sem nenhuma diferenciação, como no caso examinado.

Já que neste segmento menciono, especificamente, o Cel. José de Araújo Costa, vamos saber o que escreveram os genealogistas sobre suas origens, iniciando pela linhagem paterna. Estes informes estão nas páginas da *Revista do Instituto do Ceará — RIC*, sob o título *Notas Históricas da Cidade de Sobral*, da pena do

Mons. Fortunato Alves Linhares, "profundo conhecedor de História e Geografia", segundo seu conterrâneo, parente e historiador, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo. [Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses, op. cit. p. 45]. O estudo do Mons. Linhares, insisto, foi publicado na RIC — Revista do Instituto do Ceará — Fortaleza: 1922 - ps. 284/288, onde escreveu:

"DESCENDENTES DE ARNAUD DE HOLANDA. É sabido que Duarte Coelho Pereira, 1o. donatário da Capitania de Pernambuco, veio para esta em 1535, tomando a nove de maio do mesmo ano posse de todas as terras, conforme as cartas de Évora por El-Rei D. João III em 24 de setembro de 1534. Do Formal da Câmara de Olinda, em 17 de março de 1550, consta que Duarte Coelho trouxe em sua companhia sua mulher, dona Brites d'Albuquerque, seu cunhado Jeronymo d'Albuquerque, e muitos outros homens nobres, entre outros Arnaud de Holanda, natural de Utrecht, filho de Henrique de Holanda, Barão de Rhenobourg e da Princesa Margarida de Florência, irmã do Cardeal Adriano Florêncio de Boyer, que ocupou a Cadeira de São Pedro em 9 de janeiro 1522 com o nome de Adriano VI. Casou-se Arnaud de Holanda com dona Brites Mendes de Vasconcelos, filha de Bartolomeu Rodrigues, camareiro-mor do Infante D. Luiz, e de sua mulher Brites de Góes e Vasconcelos, dama da Rainha Catarina, mulher de D. João, e prima de Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho. Do casamento de Arnaud de Holanda com Brites, falecida em Olinda a 19 de dezembro de 1620, nasceram os seguintes filhos: 1º. — Cristóvão de Holanda Vasconcelos, que nasceu em Olinda e morreu a 2 de junho de 1614. Foi casado duas vezes: a primeira com D. Catharina de Albuquerque, filha de Phelippe Cavalcanti, fidalgo florentino, e a segunda com Clara da Costa. Teve cinco filhos do primeiro casamento e dois do segundo. 2º. — Antonio de Holanda e Vasconcelos que se casou com Phillipa de Albuquerque. Teve três filhos. 3º. — Agostinho de Holanda e Vasconcelos, nasceu em Olinda e faleceu em 1.600 na freguesia do Cabo de Santo Agostinho; foi casado com D. Maria

de Paiva, filha de Balthazar Leitão Cabral, natural de Évora, em Portugal. Desse casamento nasceram Balthazar Leitão de Vasconcelos, Agostinho de Hollanda, Joana de Góes e Brites Mendes (2º.). Dahi se originaram algumas famílias do Ceará. 4º. — Adriana de Hollanda, que se casou com Cristovão Lins, que conquistou aos índios Potyguaras as terras de Porto Calvo. 5º. — Isabel de Góes, que se casou com Antonio Cavalcanti de Albuquerque, fidalgo florentino. Aqui se encontra a origem da família Cavalcanti, donde vem o Cardeal Arco-verde. 6º. — Ignez de Góes, que se casou com Luiz do Rego Barreto d'onde se originou a família Rego Barreto de Pernambuco. 7º. — D. Anna de Hollanda, que se casou com João Gomes de Melo, antigo senhor do engenho Trapiche do Cabo. 8º. — D. Maria de Hollanda, que se casou com Antonio de Barros Pimentel (homem nobre), natural de Vianna. Desse matrimônio procede a família Barros Pimentel".

"DESCENDENTES DE AGOSTINHO DE HOLLANDA. Agostinho de Hollanda e Vasconcelos, 3o. e último filho varão de Arnaud de Hollanda e de sua mulher Brites Mendes de Góes, nasceu em Olinda e viveu na freguesia do Cabo de Santo Agostinho, no princípio do século XVII. Foi casado com dona Maria de Paiva, filha do 1o. matrimônio de Balthazar Leitão Cabral, Cavaleiro de Cristo, descendente de uma das principais famílias de Évora, e de sua mulher D. Ignez Fernandes de Góes. Do casamento de Agostinho de Hollanda com D. Maria de Paiva, nasceram Balthazar Leitão de Paiva e mais 6 filhos. Balthazar serviu com bravura na guerra contra os holandeses; casou com D. Francisca dos Santos França, filha de Gaspar Fernandes França. Desse matrimônio nasceram 14 filhos, e entre esses D. Maria de Góes, que se casou com Gaspar da Costa Coelho, Capitão de Infantaria na guerra holandesa, fidalgo, cavaleiro da casa real e Cavaleiro de Cristo. Quatro filhos nasceram desse matrimônio, entre os quais D. Brites de Vasconcelos (3ª.), que se casou com Francisco Vaz Carrasco, ordenado depois de viúvo. Era neto de Sebastião Vaz Carrasco, homem nobre, e de D.

Maria da Rocha, e filho de Manoel Vaz Vizeu. Commendador da Ordem de São Bartolomeu e Cavalheiro de Chisto, e de sua mulher D. Maria da Rocha (a nova)".

"De Brites de Vasconcelos com Francisco Vaz Carrasco nasceram 5 filhos, entre os quais Manoel Vaz Carrasco, que se tendo mudado para o Ceará veio residir na Ribeira do Acarahú, onde era geralmente conhecido pelo pai das "Sete Irmãs", das quaes se origina grande número de famílias, que actualmente habitam os municípios de Sobral, Sant' Anna e Acarahú. Casou-se Manoel Vaz Carrasco duas vezes: a primeira com Luiza de Sousa, filha de Sebastião Leitão Vasconcelos e de sua mulher Ignez de Sousa; a 2ª. vez com D. Maria Magdalena de Sá, viúva de Francisco Bezerra de Meneses, e filha de Nicácio de Aguiar de Oliveira e de sua mulher Maria Magdalena de Sá. Do primeiro casamento de Manoel Vaz Carrasco nasceram: Manoel Vaz da Silva, que se casou duas vezes, a 1ª. com D. Maria Bezerra Montenegro, filha do Capitão Phillipe Bezerra Montenegro e de sua mulher D. Maria; a segunda vez com uma sobrinha do Pe. Gonçalo, senhor do Engenho Mississipe. — D. Maria de Góes que se casou com Nicácio Aguiar de Oliveira filho de outro Nicácio d'Aguiar de Oliveira e de sua mulher D. Maria Magdalena de Sá. — D. Sebastiana de Vasconcelos, que se casou em Goiana com João Dias Gallego, filho de Domingos d'Aguiar de Oliveira e de D. Ignez Montenegro. Do 2º. matrimônio de Manoel Vaz Carrasco nasceram: Nicácio de Aguiar de Oliveira, que se casou na freguesia de Granja com D. Micaela da Silva, filha de Tomás e de sua mulher D. Nicácia Alves, donde provém a família Porto, de Granja; D. Maria Magdalena de Sá Oliveira, que se casou no sertão do Acarahú com Francisco Ferreira da Ponte, que foi Cel. do Regimento de Cavalaria desta Ribeira. Era filho de Gonçalo Ferreira da Ponte e de sua mulher Maria de Barros. D'ahi procedem os Ferreira da Ponte. D. Ignez Madeira de Vasconcelos, que se casou com o Sargento-mor Antonio Alves Linhares, filho do Cap. Dionísio Alves Linhares e de Rufina Alves Linhares. Dionísio era natural

do Rio Grande do Norte, Cavalheiro da Ordem de Christo, e por todos considerado como de muita boa nobreza. O que confirma a sua patente de Capitão-mor, registrado no livro das Misselâneas da Ouvidoria de Pernambuco, e descendente de uma nobilíssima família portuguesa. Dahi procedem os Linhares, como adiante veremos. D. Rosa de Sá e Oliveira, que se casou com seu parente Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa, autor da Genealogia da família Hollanda Cavalcanti e do qual descendem muitas outras famílias. Dona Brites de Vasconcelos (a nova), que se casou em 31 de julho de 1747 com o Capitão-mor José de Araújo Costa, que residia na ribeira do Acarahú, natural de Santa Lúcia de Barcelos, Arcebispo de Braga, em Portugal, filho de Pedro de Araújo e de D. Maria de Sá. Desse matrimônio nasceram: 1º. Anselmo de Araújo Costa, que deixou descendência; 2º. Diogo Lopes de Araújo Costa (Não confundir com Diogo Lopes de Araújo Sales) homem notável pela sua perspicácia medica: dizem as tradições que ele via através das cores branca, encarnada, preta e azul. Delle se contam curas admiráveis; era um verdadeiro discípulo de Hypocrates; 3º. Francisco Xavier de Sales, que viveu na villa de S. Gonçalo da Serra dos Cocos: delle se originam os Sales, os Araújo Costa de Tamboril; 4ª. Maria Magdalena de Sá; 5ª. Ana Tereza de Jesus, que se casou com seu parente João de Sousa Uchoa, filho de Luiz de Sousa Uchoa e Anna Tereza de Albuquerque, dos quais descende o Exmo. Sr. Bispo de Sobral D. José Tupinambá da Frota; 6ª. D. Francisca de Araújo Costa, que se casou com o Capitão Ignácio Gomes Parente, de nacionalidade portuguesa: deste matrimônio descendem os Gomes Parente; 7ª. Antonia da Purificação Araújo, que se casou com Paulo Joaquim de Medeiros, da freguezia de Granja; 8ª. Rita Thereza de Jesus Araújo, que se casou com o Capitão-mor José Alves Linhares; 9ª. D. Maria Quitéria de Jesus Araújo, que se casou com Octaviano Ferreira da Ponte (sic)". (Destaquei). Foi mantida a grafia e ortografia.

Não satisfeito com esta fonte, busquei outras que a corroborassem. Dentre várias, encontrei a obra Colonização do Nordes-

te, de Jarbas Cavalcante de Aragão — Editora Laudes S.A. — Rio — 1969, sendo o autor membro da Academia Brasileira de Filologia e Professor Catedrático do Colégio Militar do Rio de Janeiro. Há unanimidade com as pesquisas do Mons. Fortunato, o que deixa transparecer haverem fundamentado seus trabalhos no que diz o fidedigno e autorizado genealogista Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca, na sua *Nobiliarquia Pernambucana*, por mim consultada e compondo minha biblioteca.

Portanto, comprovado está que o senhor da Caiçara, tinha ascendência remota e comprovadamente nobre e ilustre pela linhagem da avó paterna. A seguir, disserto a árvore genealógica, pela linhagem da dita avó paterna, chegando ao filho caçulo Anastácio de Araújo Costa Sales, bisavô do autor destas letras e personagem realçada neste estudo:

1. Arnaud de Hollanda, chegado à colônia do Brasil a 9 de maio de 1535, vindo em companhia do primeiro donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira. Era natural de Utrecht, filho de Henrique de Hollanda, Barão de Renoburg e da Princesa Margarida de Florência, irmã do Cardeal Adriano Florêncio de Boyer, que ocupou o trono de São Pedro no dia 9 de janeiro de 1522, com o nome de Adriano VI, casado com Brites Mendes de Vasconcelos, filha de Bartolomeu Rodrigues, camareiro-mor do Infante D. Luiz, e de sua mulher D. Joana de Góes e Vasconcelos, dama da Rainha Catarina, mulher de D. João III, rei de Portugal, e prima de Brites de Albuquerque, mulher de Duarte Coelho Pereira, pais de

2. Agostinho de Hollanda e Vasconcelos, casado com Maria de Paiva, filha do primeiro matrimônio de Balthazar Leitão Cabral, Cavalheiro de Christo, e de sua mulher D. Ignez Fernandes de Góes, pais de

3. Balthazar Leitão de Paiva, que serviu com bravura na guerra contra os holandeses, casado com d. Francisca dos Santos França, filha de Gaspar Fernandes França, pais de

4. D. Maria de Góes, casada com Gaspar da Costa Coelho, Capitão de Infantaria na guerra holandesa, fidalgo Cavalheiro da Casa Real e Cavalheiro de Christo, pais de

5. D. Brites de Vasconcelos (2º), casada com Francisco Vaz Carrasco, ordenado depois de viúvo, filho de Manoel Vaz Vizeu, Comendador da Ordem de São Bartholomeu e Cavalheiro de Christo, e de sua mulher Maria da Rocha, pais de

6. Manoel Vaz Carrasco, que se mudando para o Ceará, veio residir na Ribeira do Acarahú, onde era geralmente conhecido pelo pai das notórias *Sete Irmãs*, casado em segundas núpcias com Maria Magdalena de Sá, pais de

7. D. Brites de Vasconcelos (3a.), homônima da avó paterna, 6ª. das *Sete Irmãs*, casada com o Capitão José de Araújo Costa, natural da freguesia de Santa Lucrécia de Louro, do concelho de Vila Nova de Famalicão, Arcebispado de Braga, Província do Minho, Portugal, pais de

8. Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, mais conhecido na história por Capitão Sales, do Serrote, casado com d. Francisca Alves Feitosa, filha do Capitão Luiz Vieira de Sousa (2o.) e de d. Ana Alves Feitosa, fundadores da fazenda Tamboril. Já viúva, d. Ana Alves Feitosa fez doação de terreno instituindo o patrimônio do orago Santo Anastácio, ação que lhe dá a titularidade de fundadora de Tamboril, pais de

9. Coronel José de Araújo Costa, casado com dona Ana do Nascimento Vidal (2ª), na fazenda Espírito Santo, no dia 18.10.1825 (4a. capa-q.v.), sendo ele Comandante da 5ª Companhia do Batalhão nº 39 da Guarda Nacional, do município de Tamboril, pais de

10. Anastácio de Araújo Costa Sales, nascido na fazenda Caiçara no dia 30.07.1844, casado com d. Maria Gonçalves Chaves, falecido na mesma fazenda Caiçara no dia 08.05.1898.

Os genealogistas referidos, são unânimes em afirmar ser esta árvore genética a mais nobre e ilustrada de quantas colonizaram o Nordeste do Brasil. É uma verdade óbvia, pois se origina da chegada à colônia do donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho Pereira, na companhia de quem vieram linhagens eminentes. Várias famílias, não só das cidades que formam a grande bacia do Alto, Médio e Baixo Acaraú, trazem suas origens destas priscas raízes.

Fica evidente que educado em tal ambiente familiar, o Cap. Sales bem conhecia suas origens, tendo demonstrado em suas ações grande estima por seus antepassados, inclusive nomeou uma de suas filhas de Beatriz Francisca de Vasconcelos. Esta atitude, demonstra uma clara homenagem à avó Brites (Beatriz) de Vasconcelos, 6a. das *Sete Irmãs*, também tratadas extensivamente pelo historiador, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo: *Cronologia Sobralense*, Volume I — 1604 — 1800, Gráfica Editorial Cearense — Fortaleza: 1974.

Dos filhos do Capitão Sales, o único que usou o apelido Vasconcelos em seus descendentes, foi o Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, assim nomeando as filhas Maria Genebra de Vasconcelos c.c. o Ten. Cel. Joaquim José de Castro, e Raimunda Francisca de Vasconcelos c.c. o Ten. Cel. José Felipe Ribeiro Campos, estes, fundadores do não menos ilustre *Solar do Campo Nobre*, que está a exigir um cronista.

Pela descrição acima, vê-se o entrelaçamento consanguíneo com a família Feitosa, proveniente do casamento do Cap. Sales com d. Francisca Alves Feitosa. Manda a genealogia, que a todos os liames prevaleça o materno. Desta forma, noticio a gênese de sua avó materna, d. Ana Alves Feitosa. Os dados constam da obra de L. Feitosa: *Tratado Genealógico da Família Feitosa*, — 2ª. edição — IOCE — Fortaleza — 1985.

1. João Alves Feitosa, natural da vila de Domisi, Portugal, emigrado para o Brasil por volta de 1.650, aqui casando com

Ana Gomes Vieira, filha do Cel. Manoel Martins Chaves e de s.m. Úrsula, habitantes em Penedo, Alagoas, pais de

2. Cel. Francisco Alves Feitosa, casado em segundas núpcias com Catarina Cardosa da Rocha Resende Macrina, natural de Pernambuco, pais de

3. Josefa Alves Feitosa, casada com o Sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa, pais de

4. Dona Ana Alves Feitosa, casada com o Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º.) fundadores da fazenda Tamboril, pais de.

5. Dona Francisca Alves Feitosa, casada com o Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, conhecido por Capitão Sales, do Serrote. pais de

6. Coronel José de Araújo Costa, fundador do Solar da Caiçara, casado com dona Ana do Nascimento Vidal (2ª.) pais de

7. Anastácio de Araújo Costa Sales, filho caçulo, nascido na fazenda Caiçara no dia 30.07.1844, casado com dona Maria Gonçalves Chaves e ali falecido no dia 08.05.1898.

É outra comprovação da antiga ascendência do Cel. José de Araújo Costa.

Quanto aos avôs paternos e maternos, é indispensável uma observação, objetivando que sejam compreendidas antigas notícias sobre as origens dos mesmos, pois, ambos trazem ascendência com o sobrenome ARAÚJO, surgindo este apelido com procedências variadas e dessemelhantes no Ceará.

O seu avô materno, Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º.), homônimo do pai por inteiro, embora não trazendo o apelido de família ARAÚJO, era neto materno do português Antonio de Sousa Carvalhedo c.c. Nazária Ferreira Chaves, filha do Cel. Manoel Martins Chaves e de s.m. D. Úrsula, moradores em Penedo, Alagoas. Era ele - o avô materno - sobrinho pela mesma linha, do Capitão-mor José de Araújo Chaves (1º.), das Ipueiras, que jun-

tamente com o Capitão Luiz Vieira de Sousa (1º.e pai), foram donatários da imensa sesmária do rio Acaraú, datada de 17.07.1722, que determinou a colonização do Centro-Oeste cearense, objeto doutro estudo de minha autoria.

O genealogista Leonardo Feitosa, no seu *Tratado Genealógico da Família Feitosa*, op. cit., cujo trabalho versa na Parte I a família FEITOSA, e, na Parte II e conclusiva a família ARAÚJO, escrevendo: “PARTE II — A FAMÍLIA ARAÚJO. É tronco comum da família Araújo no Ceará, o português Antonio de Sousa Carvalhedo, casado com uma filha do Cel. Manoel Martins Chaves (Nazária Ferreira Chaves), de Penedo, Alagoas, que também era pai da mulher do português João Alves Feitosa (Ana Gomes Vieira), conforme ficou dito no começo deste trabalho”. [Os parênteses são meus].

Nenhuma das duas irmãs trazia o sobrenome de família ARAÚJO. O próprio Leonardo Feitosa não explica a procedência de tal apelido, deixando a suposição de ser originário do Capitão-mor José de *Araújo Chaves*, das Ipueiras, que, chegando a estas ribeiras tornou-se *pater-famílias* dos demais irmãos e descendentes. Curiosamente, os outros filhos de Antonio de Sousa Carvalhedo e Nazária Ferreira Chaves: Cel. João Ferreira Chaves c.c. a sobrinha Ana Gonçalves Vieira, e Joana Paula Vieira Mimosa c.c. o Capitão Luiz Vieira de Sousa (1º.), cuja descendência é descrita por Leonardo Feitosa, o primeiro casal com dez filhos e o segundo com três, identicamente não traziam o sobrenome *Araújo*, comum somente aos descendentes do Capitão-mor José de Araújo Chaves, das Ipueiras. Assim, genealógico correto é designa-lo ARAÚJO CHAVES.

Ora, quem se propõe investigar a genealogia dos primitivos colonizadores do Ceará, tem como principal fonte a trilha dos sesmos. Sem um acurado e paciente exame destes documentos, onde aparecem os nomes das famílias, datas de chegadas, região explorada, origem dos requerentes, negócios entre si, deserções, entreveros pela posse da terra, e outras indicações, é impossível qualquer estudo com tal objetivo.

Seguindo tal orientação, e por imposição temática, devo esclarecer que os chamados ARAÚJOS e/ou ARAÚJO CHAVES, especificamente os que habitam as ribeiras do Tamboril, têm – muitos – ascendência doutras famílias de sobrenome ARAÚJO COSTA. Procede do judeu português Antonio Domingos Alves e s.m. Agostinha Sanches de Carvalho, com apelido similar ao das ribeiras do Acaraú, ou seja, igualmente ARAÚJO COSTA, e tem por berço a fazenda Espírito Santo, hoje território de Mons. Tabosa, antigo distrito de Tamboril, segundo, dentre outros, Aroldo Mota: *Boa Viagem – Realidade e Ficção*. Ijureh: Fortaleza, 1995, e *As “Sete Irmãs” e a História Política do Ceará*. RIC: Fortaleza, 2002.

Para fundamentar e bem concluir o estudo: *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*, o genealogista, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, fez viagens à Portugal, lá realizando intensas e sérias pesquisas em remotíssimos arquivos. Deles, resultaram as raízes genealógicas de várias e ilustradas famílias sobralenses, dentre as quais a já referida ARAÚJO COSTA, tratada às ps. 143/159, op. cit. Ao iniciar o estudo, à p. 143, assim escreveu: “A família *Araújo Costa* da ribeira do Acaraú provém de três irmãos portugueses *José de Araújo Costa*, *Pedro de Araújo Costa* e *Manoel de Araújo Sá*, naturais do lugarejo rural chamado *Estrufe*, freguesia de Santa *Lucrécia de Louro*, distrito e arquidiocese de Braga, província do Minho”. (Sublinhei).

Às ps. 158/159, finalizando o estudo da linhagem ARAÚJO COSTA, discorreu: “FAMÍLIA COSTA ARAÚJO. A família Araújo Costa, de que vimos tratando até agora, descende dos irmãos acima descritos e é natural da freguesia portuguesa de Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão (*Distrito de Braga*). Não deve ser confundida com outra família, a dos Costa Araújo, descendentes do Tenente Coronel Custódio da Costa Araújo, português natural da freguesia de São João de Rei, do concelho de Póvoa do Lanhoso (*Distrito de Braga*, região minhota, N.), onde nasceu em 1.699. Emigrou para o Brasil e se fixou em Olinda, onde casou com Tere-

sa de Jesus Maria. Este casal teve um filho homônimo, Capitão da Costa Araújo, que emigrou de Pernambuco para a ribeira do Acaraú, tendo casado na Matriz da Caiçara (Sobral), a 6 de novembro de 1.760, com Cosma Damiana do Espírito Santo, filha de Manoel Carneiro Rios e Maria do Livramento. Deste casal, por sua vez, nasceu um outro Custódio, terceiro do nome, que para diferenciar do pai e do avô homônimos, chamou-se Custódio de Araújo Costa, com os sobrenomes trocados. Este se casou com Bárbara Maria da Soledade, filha de Domingos Rodrigues Lima e Maria da Soledade Araújo, e dele tratei na obra *Cronologia Sobralense*, vol. 2º., pág. 41.” (Os destaques são meus). [Ib. ps. 158/159]

Ora, tal se verá, causa indagação o aparecimento de um COSTA ARAÚJO, mais de meio século antes de ter o Capitão da Costa Araújo, oriundo de Pernambuco, contraído casamento no dia 6 de novembro de 1760 na Matriz da Caiçara (Sobral), com Cosma Maria do Espírito Santo. É que, à p. 148 diz o autor, que “entre os principais sesmeiros que obtiveram terras no vale do Baixo Acaraú, muitos tiveram sobrenomes dessas famílias, cujos nomes completos passo a relacionar em ordem cronológica da doação das sesmarias: Leonardo de Sá, (1706), Maria de Sá, mulher de Félix da Cunha Linhares (1707), Paulo Lopes da Costa (1708), Antonio Marques da Costa (1717), Custódio da Costa Araújo — o mesmo antes referido — (1717), Domingos da Costa Araújo (1721), Francisco Peixoto de Araújo (1721).” Nesta relação, os sobrenomes ARAÚJO COSTA e COSTA ARAÚJO são entrelaçados, dando a compreensão de que formam uma única parentela.

Agora, vamos saber quem foi este COSTA ARAÚJO que precedeu em mais de meio século ao Capitão da Costa Araújo. Na p. 198, onde relaciona 120 portugueses que vieram habitar o Vale do Acaraú, informa: “114 — Rodrigo da Costa Araújo, nat. da Freg. de Ferreira, conc. de Paços do Ferreira (distrito de Porto, região Entre Douro e Minho), c.c. Juliana Ferreira de Barros, filha de Matias Vidal de Negreiros e Maria de Araújo Sampaio” (O pa-

rêntese e subliamento são meus). Ora, RODRIGO DA COSTA ARAÚJO foi um dos mais antigos sesmeiros do Vale do Acaraú, informação que presta a obra *Sesmarias Cearenses — DIO — Fortaleza* — 1970, quando lhe foi concedida uma sesmaria naquela ribeira, constante do Vol. 2, nº 172, em data de 13.11.1706, esclarecendo que, ao fazer o requerimento, Rodrigo da Costa Araújo diz ser procedente de Pernambuco, trazendo os mesmos sobrenomes COSTA ARAÚJO.

Ora, sendo Portugal um país de dimensões territoriais diminutas — 92.082 km² — área duas vezes inferior a do estado do Paraná — 198.554 km² — quase impossível seria a proliferação de tantas e dessemelhantes famílias com os mesmos sobrenomes, notadamente quando noticia a história procederem de localidades vizinhas tais as da antiga Província do Minho (extremo Norte), Chaves, Braga, Viana do Castelo, Amarante, Paços do Ferreira, Lamego e outras. Fácil, natural e até necessária seria a migração de um membro de determinada família para outra localidade, especialmente por razões de trabalho, casamento e outras. Aí, dava continuidade ao apelido original, ensejando o surgimento doutro clã, aparentemente dissociado do tronco original. É esta a hipótese mais lógica, não definitiva, que nos aponta a genealogia, no caso examinado. Destarte, as indicações aduzem, que ARAÚJO COSTA e COSTA ARAÚJO, tenham origens comuns.

A seguir, enuncio a árvore genealógica do Cel. José de Araújo Costa, pela linha do avô materno Capitão Luiz Vieira de Sousa (2º), provinda da estirpe chamada ARAÚJO, originada no Centro-Oeste, que à genealogia correto é o apelido ARAÚJO CHAVES.

1. Antonio de Sousa Carvalhedeo, português, c.c. Nazária Ferreira Chaves, filha do português, Cel. Manuel Martins Chaves e s.m. Úrsula, moradores em Penedo, Alagoas, pais de

2. Joana de Paula Vieira Mimosa, fundadora da cidade do Ipú: *Enc. dos Mun. Brasileiros* — Rio de Janeiro: Edição IBGE —

1959 — p. 278, c.c. o Capitão Luiz Vieira de Sousa, (1o.) sesmeiro da Carta de 17.07.1722, pais de

3. Capitão Luiz Vieira de Sousa (2o.), homônimo do pai, c.c. Ana Alves Feitosa, pais de

4. Francisca Alves Feitosa c.c. o Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, mais conhecido por Capitão Sales, do Serrote, pais de

5. Coronel José de Araújo Costa c.c. Ana do Nascimento Vidal (2ª.) pais de.

6. Anastácio de Araújo Costa Sales, caçulo, que foi c.c. Maria Gonçalves Chaves, único dos filhos a nascer, habitar e morrer na fazenda Caiçara, nascido no dia 30.07.1844 e lá falecido no dia 08.05.1898.

Da parte do avô paterno, Capitão José de Araújo Costa, português e homônimo, defrontei-a na obra, *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*, fazendo adiante uma observação ao estudo genealógico. É que o autor, genealogista e historiador, Con. Dr. F. Sado de Araújo, que trás suas origens da família Araújo Costa, ao escrever a Introdução da obra, à p.08 escreveu: “*Não tem qualquer sentido histórico, iniciar o estudo de nossas famílias-tronco pela descrição de brasões nobiliárquicos de sobrenomes homônimos portugueses, que apenas remotamente ou nenhuma ligação possuem com os nossos primitivos colonizadores. Os brasões familiares portugueses, como constam dos respectivos livros de Linhagens e Índices Nobiliárquicos, datam geralmente dos séculos XII, XIII e XIV, portanto quase quatrocentos anos antes da chegada de nossos primitivos colonizadores que, na ribeira do Acaraú, começam a aparecer a partir do século XVIII. Nesse longo intervalo de tempo, mesmo se alguma nobreza houvera, já se teria totalmente diluída no amálgama sucessivo de tantas gerações*”. [Sublinhei].

Ora, sempre foi e continua sendo usual em todos os países a distinção de seus filhos ilustrados com títulos honoríficos, hoje

não mais representados pelos pomposos barões, duques, condes, viscondes etc., mas, por comendas e medalhas, ensejando o surgimento de adjetivações tais como “Chanceler Edson Queiroz”, pra não ir além. Quem desejar conhecer a verdade sobre o título atribuído ao empresário Edson Queiroz, consulte tal vocábulo na Web: *Dicionário Eletrônico Aurélio* ou *Dicionário Eletrônico Houaiss*, quando verá a certeza da balela, da burla, embora a mídia assim o titule, com objetivo de chaleirismo lambe-botas.

Fato idêntico ocorria e ocorre nas monarquias, nestas havendo a distinção entre realeza e nobreza. É bem conhecida a milenar máxima, que verazmente sentencia “*não haverem reis que não descendam de pastores, nem pastores que não descendam de reis*”. Este velho rifão procede, quando se conhece que destronada uma dinastia, passavam seus membros a comporem uma classe desprovida dos privilégios reais antes auferidos. Perdiam bens materiais e títulos da realeza, embora seus descendentes se acreditassem como de sangue real, decaído e destronado. Por exemplo, cito a última dinastia portuguesa — Bragança — iniciada por D. João IV em 1640 e perpetuada até 1910, isto é, quase 3 séculos. Aliás, se no plebiscito constitucional ocorrido no dia 22.04.1993 houvesse sido majoritária a votação pro monarquia, teríamos hoje um Imperador ou Rei da Casa de Bragança, com quase 4 séculos de existência, sem extinção do liame de consanguinidade.

Já os chamados nobres daquelas eras — hoje representados por aqueles que recebem medalhas, comendas e outros distintivos quando caídos nas graças dos governantes — nas monarquias compunham a casta social que dava sustentáculo ao monarca, gozando da amizade da família real e dos privilégios palacianos. Como sublinhei linhas antes, não procede o fato da remotidade vir a significar que o sangue dos ascendentes seja extinto nos descendentes, sendo exatamente o outrora das linhagens que persegue o estudo da genealogia, pois o tempo não destrói nem “dilui” (desfaz) o gene, como mostra a recente pesquisa do DNA,

conferindo certeza científica da continuidade biogenética, pela qual as formas hereditárias e psíquicas se sucedem nas gerações.

Partindo do que escreveu o Con. F. Dr. Sadoc de Araújo, quando diz serem os três irmãos minhotos — naturais da província do Minho — e de *“que apenas muito remota ou nenhuma ligação possuem com nossos primitivos povoadores (sic)”*, transcrevo o seguinte documento: *“THE HISTORICAL RESEARCH CENTER — HISTÓRIA DO SOBRENOME”*.

ARAÚJO

Através de Bitorino

tienen sepulcros ya gastados

los famosos Araujos

en la tierra que riega el Miño

antigos, nobles afamados

(João Ribeiro Gaio, o bispo de Malaca).

El progenitor del linaje Araujo, parece que fue un tal Rodrigo Anes de Araujo, que tuvo el Señorío del castillo de Araujo, en Galicia, del cual tomó el nombre por apellido. Algunos genealogistas pretenden que el llamado Rodrigo vivió con su padre en los límites de Araujo. No se conoce con exactitud el origen de esta familia, pues algunos autores opinan que proceden de los Azas, otros de los Maías y otros de un caballero francés llamado Juan Tiranoth. Según algunos autores, Rodrigo Anes de Araujo se casó con dona Maior Alvares de Aza, parienta suya, que según dicen las crónicas, era hija de don Rodrigo Alvares de Aza y de su esposa doña Maria Pires de Ambia. De este Rodrigo Anes descendem los Araujo de Galicia, que fueron Señores de muchos lugares. Un miembro de este linaje, Vasco Rodrigues de Araujo, nieto de Ro-

drigo Anes, pasó junto com su esposa a Portugal, donde entraron al servicio de los monarcas del citado país. El topónimo Araujo se tomó directamente de la palabra gallega y portuguesa “araujo” del latín “arauja sericifera” que es un tipo de planta trepadora, de flores blancas y olorosas. Las armas aquí descritas fueron otorgadas a una familia Araujo, por las correspondientes autoridades de la corona de España. BLASON DE ARMAS: En sinople, una banda de plata, acompañada, en lo alto de dos estrellas y en lo bajo de una estrella, todas de oro. INTERPRETACION: El sinople (verde) denota gozo y esperanza; el plata, paz y sinceridad; el oro, honor y nobleza. TIMBRE: Tres plumas de avestruz. ORIGEN: ESPAÑA. H.R.C.A assinatura de nosso investigador aqui subscrita, confirma a autenticidade deste certificado. Em 15 de janeiro de 1995. Por (assinatura ilegível). N° 0355/0 — 35906. (sic). ”

Comprovando legitimidade ao documento transcrito, apresento dados biográficos do autor do texto e versos que o encimam, o bispo católico português e genealogista, natural de Vila do Conde, D. **João Ribeiro Gaio**: “D. João Ribeiro Gaio (Vila do Conde), foi um bispo católico português de Málaga entre 1578 e 1601. Foi bispo de Málaga na segunda metade do século XVI, falecendo já no final da centúria. Contemporâneo de dois vilacondenses que muito ilustram a história de sua cidade e a Igreja – o franciscano frei João de Vila do Conde e o jesuíta Pe. Manuel de Sá –, foi um bispo que não se empenhou no exercício do seu múnus, ao arrepio dos tempos, que eram de Contra-Reforma Católica. Deixou o seu nome ligado à genealogia e à geografia. Não podemos dizer ao certo quando e onde morreu. Tudo que sabemos é o que vem narrado na carta régia de 25 de janeiro de 1601 para o Vice-rei, D. Aires de Saldanha, acerca do regresso à Portugal do velho Bispo que foi gentilmente recebido por Felipe III da Espanha “*não só em atenção à sua idade, mas também porque ele (o Vice-rei) tinha ouvido dizer que ele (o Bispo) tivera contenda com alguns residentes da cidade (Málaga) e ele escreveu-me a queixar-se*”

de não lhe terem sido fornecidas as necessárias comodidades para a volta (a Portugal). (sic)". (Sublinhei). [Fonte Web: Edição crítica do roteiro com introdução de Jorge Manuel dos Santos Alves e Pierre-Yves Manguin – Lisboa - *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*: 1997. Categorias: *Religiosos de Portugal Naturais de Vila do Conde*]. Por oportuno, devo adiantar que Vila do Conde se limita a Leste com Vila Nova de Famalicão, território de origem da família ARAÚJO COSTA, que em terras cearenses e inicialmente brotou nas ribeiras do médio e baixo rio Acaraú, notadamente e com destaque na antiga Caiçara (Sobral). Direta e igualmente, dela procede a linhagem ARAÚJO COSTA, que se perpetua na descendência do bicentenário solar, que titula este estudo.

Finda a digressão, que se propôs ilustrar o tema, é esta a árvore genealógica do avô paterno do Cel. José de Araújo Costa, homonímico, oferecendo informes, dentre outras, das obras: *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú e Bela Cruz – biografia do município*. [Ops. e autores cits].

1. Pedro de Araújo c.c. Maria da Costa de Sá, naturais de Estrufe, freguesia de Santa Lucrécia de Louro (4a. capa-q.v.), distrito de Braga, província do Minho, Portugal, casados no dia 02.01.1714, pais de

2. Capitão José de Araújo Costa, português, nascido a 30 de junho de 1724, c.c. Brites de Vasconcelos, em 31.07.1747, aos 23 anos, pais de

3. Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, nascido em 13.12.1768, c.c. Francisca Alves Feitosa, pais de

4. Coronel José de Araújo Costa c.c. Ana do Nascimento Vidal (2ª.), matrimoniados na fazenda Espírito Santo, no dia 18.10.1825 (4a. capa-q.v.), trisavós do autor destas letras, pais de

5. Anastácio de Araújo Costa Sales, caçulo, nascido na fazenda Caiçara no dia 30.07.1844 c.c. Maria Gonçalves Chaves, falecido na mesma fazenda, no dia 08.05.1898.

Raros são os primitivos povoadores portugueses do Ceará, que trazem os locais de suas origens lusas identificadas, como a ARAÚJO COSTA, aqui disseminada nas ribeiras do rio Acaraú, de suas nascentes ao delta. Isto, graças ao denodado empenho do erudito estudioso e notável homem de letras, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, fundador e 1o. reitor da UVA (Universidade Estadual do Vale do Acaraú). Nessa faina, empreendeu demoradas viagens à Portugal, e, com resignação franciscana pesquisou centenários arquivos, onde encontrou as raízes lusitanas de várias famílias sobralenses, dentre elas a ARAÚJO COSTA.

Aos descendentes do Solar da Caiçara, que trazem suas origens da genes ARAÚJO COSTA, transcrevo breve trecho de longo texto, examinando a freguesia de Louro.

"Louro é uma das 49 freguesias que compõem o concelho de Vila Nova de Famalicão e fica, a meio caminho, entre esta vila e a de Barcelos. A freguesia de Louro deve o seu nome às plantas que predominavam no bosque de loureiros que, em tempos existiu, junto ao rio Este. Os seus primórdios históricos remontam ao século XIII. Data de 1220 o primeiro documento que cita esta freguesia, nas inquirições de D. Afonso II, que a denominam "Santa Lúgricia". No entanto, supõe-se que o povoamento de Louro terá ocorrido já no século X ou numa época próxima. É atravessada pelo rio Este, que nasce no Carvalho de Este, em Braga, e deságua no rio Ave, na freguesia de Touguinho, concelho de Vila do Conde. À nível religioso veneram-se: Santo Ovídio e Senhor dos Passos, numa capela construída em 1648, situada no Monte de S. Barnabé (4a. capa-q.v.), mais conhecida por Santo do Monte. Do alto do Monte a paisagem é privilegiada, pois pode desfrutar-se uma vista panorâmica da freguesia. Quanto a freguesia vizinha de Viatodos, que pertencia ao concelho de Barcelos e foi berço do pai dos três irmãos, é também sede da antiga abadia, tendo por orago Nossa Senhora da Apresentação (sic)". (Estrufe é hoje freguesia e pertence à Vila Nova de Famalicão da qual é limítrofe, adian-

to). (O sublinhamento e parênteses, são meus). Vicente Freitas de Araújo. [Ib., p. 319].

O apelido Araújo Costa – ou separadamente – veio sendo usado pelos descendentes do Capitão Sales, vezes sim, outras não, associado ao Araújo, até nossos dias. Já o vocábulo de origem francesa Sales, motivou outro sobrenome de família, donde surgiu um novo e numeroso clã, na fazenda Campo Nobre, município de Tamboril, já referido algures.

Destarte — insisto — não reputo procedência em que o tempo contribua para a extinção hereditária do ancestral aos descendentes distantes, pois o verbo diluir significa desfazer, o que contraria a pesquisa genética. Registra a história, como um dos mais antigos genealogistas o evangelista Mateus, que no seu evangelho disserta a gênese paterna de Jesus Cristo (Mt. I, 1-17), iniciando por Abraão até José, num total de 42 gerações, o que não implica em dizer que Jesus Cristo não levasse em suas veias sangue de Abraão, caso não fosse gerado pelo Espírito Divino, tal doutrina a Igreja de Roma.

Doutra parte, seria ingenuidade se imaginar que num diminuto Distrito como o de Braga, proliferassem numerosas famílias com o sobrenome ARAÚJO. Provir de uma ascendência nobre, não expressa a obrigação de caracteres bons ou maus, nem que os descendentes tenham a obrigatoriedade de serem possuidores de suntuosos castelos medievais e outros bens, pois, com o passar dos séculos, sucessão de monarquias, natural ocorrência de casamentos, sequente por fenecimentos e sucessões de inventários e acontecimentos outros, é um processo natural a dissipação de bens materiais das progênes, notadamente com os desfazimentos, o que faz filhos de reis comporem a “*classe dos pastores*”.

Por oportuno, acresço que cronistas do passado, quase todos desejosos de promoção pessoal, nas esferas intelectuais, políticas, sociais, econômicas etc., quiçá sempre comprometidos com o poder, na ânsia de “aparecerem”, recorriam a todos os meios para

atingirem tais objetivos. Destarte, faziam uso de temas “sensacionalistas”, numa época em que só diminuta parte da elite econômica e social era alfabetizada, e a grande massa imersa na obscuridade. Os assuntos palpitantes, que agradavam aos leitores do tempo — como hoje à grande turba analfabeta faz a mídia eletrônica — eram os que tratavam de fatos sanguinolentos, rixas familiares, crimes passionais, assaltos, chacinhas, conflitos fundiários e por aí afora. Um dos pratos favoritos deste rol de contravindos da história, sem qualquer comprovação, foi a família ARAÚJO CHAVES.

E, dentre os primeiros a investir contra este clã está o autor da “*bíblia da nacionalidade*”, da “*obra monumento*”, e outras adjetivações igualmente pomposas. Euclides da Cunha conseguiu - fato inédito em nossa literatura - enfeixar num livro polígrafo o mais eclético conjunto de conhecimentos científicos, tais como geologia, geofísica, geografia, meteorologia, étnico, sociologia, gnosticismo, genéticos, médico-legais, flora, fauna, estratégia e tática militar, afora outros, cuja 1ª. Edição é de todos sabida datar de 1902. Ali trata, justificando a gênese “bélica” de Antonio Conselheiro, de uma rixa havida entre as famílias Maciel e Araújo, fato já investigado, e comprovada sua improcedência e desimportância no livro: *História de Tamboril* – 2ª Edição – Premium Editora – Fortaleza: 2012.

Contudo, pela notoriedade internacional da “*obra monumento*”, e sendo esta pesquisa, tão-somente, alicerçada em fontes documentais, é importante saber a quais recursos valeu-se Euclides para assacar levandades à família ARAÚJO CHAVES. Às ps. 81/83 do livro examinado, publicação comemorativa do 90º aniversário de *Os Sertões*, EDIOURO — Rio — 1992, com menções de pé de página, amparou-se no panfletista João Brígido dos Santos; nascido em Campos, Estado do Rio, pra cá migrando quando criança, e ao professor Manoel Ximenes Aragão, fazendo o notório escritor relato da contenda entre Silvestre Rodrigues Veras (o novo), da fazenda Cascavel, seu genro e sobrinho, Pedro Mar-

tins de Araújo Veras e outros, unidos na querela com os Macieis, inexato e irrefletidamente nela comprometendo, por inteiro, o clã ARAÚJO CHAVES.

Essencial é saber, que as *Memórias do Professor Manuel Ximenes Aragão* só seriam publicadas nas páginas da RIC no ano de 1913, portanto, onze anos depois da 1ª. edição d' *Os Sertões*, informando o autor que tal matéria chegou-lhe através do panfleto João Brígido. Portanto, eram inéditas. Aliás, informes memoriais sempre foram ricas e acreditadas fontes históricas, quando provêm de observações de memorialistas sérios e imparciais, como o jovem Ximenes Aragão. Refiro inicialmente *Os Sertões*, tendo em vista seu elevado conceito como obra literária, além de mencionar no texto, como uma das poucas localidades cearenses a cidade de Tamboril, o que já analisei e considere na obra: *Antonio Conselheiro e Canudos — Vida e Obra* — Premiis Editora — Fortaleza: 2011.

Por outro lado cronistas recentes, igualmente sem mencionarem quaisquer fontes — sequer orais — assacaram calúnias e injúrias ao clã dos ARAÚJO CHAVES, acompanhadas de imperdoáveis ofensas. A razão única de tais afrontas, provém da conduta irregular de um ou outro membro da imensa família, que acima de tudo merece o crédito, consideração e respeito histórico, como pioneira na árdua tarefa de colonização e povoamento do Centro-Oeste do Ceará.

Não tornando o tema copioso, e fazendo mais evidente o que desenvolvi, enquanto e igualmente comprovei verdades até então omitidas, destino o capítulo seguinte para a transcrição — *ipsis verbis* — do trabalho do historiador e parente Carlos Leite Feitosa, publicado nas páginas da seleta e antológica *Revista do Instituto do Ceará* — RIC — Fortaleza — 1957, ps. 74/87.

“O BARÃO DE STUDART E AS FAMÍLIAS FEITOSA E ARAÚJO

6 |

Assinalando a passagem do primeiro centenário de nascimento do Dr. Guilherme Studart — O Barão de Studart das lides do pensamento, título honorífico com que firmava suas pesquisas históricas e de genealogia —, ocorrido a 5 de janeiro do ano fluente, prestaram o mundo intelectual do Ceará, a classe médica e as Conferências Vicentinas o tributo das homenagens de que se faz merecedor aquele que dedicou as excelências de sua nobre e privilegiada inteligência à retificação histórica de sua terra e à filantropia, como principal inspirador e sustentáculo que foi da Pia Sociedade de São Vicente de Paulo, da qual, por quarenta anos, foi Presidente de seu Conselho Central, exercendo a missão que lhe confiaram os seus pares como o dever maior de sua luta.

Quem tomar conhecimento desta vida longa, útil e proveitosa, não poderá discernir em que mais se agigantou: se como paciente esquadrinhador dos nossos primórdios ou como discípulo dileto de Ozanan.

2. As primeiras tentativas para escrever a história do Ceará foram feitas pelas autoridades administrativas que, numa fuga da linguagem monótona e tediosa dos relatórios oficiais, se alongavam em apreciações sobre fatos travados durante suas gestões e às vezes observados em visitas ao interior, a que se obrigavam, os que se impunham o bom desempenho da função. Incluem-se nesta categoria, a “Relação” de Soares Moreno, a “Memória” de Barba Alardo, a “Descrição” de Paulet, o “Relatório” de Montaury, a “Notícia” de Borges da Fonseca, etc.

Ao depois, surgiram os viajantes estrangeiros. Entre eles, e por haver transitado por nossa terra, cujo estudo colimamos, res-

saltamos a figura de Henry Koster que, vindo da brumosa Albion, refugiou-se no clima tropical do Recife, com o fito de obter melhoras para a saúde seriamente abalada. Não deve ser esquecida a presença entre nós de George Gardner.

Procurando distrair-se dos fastidiosos dias do burgozinho acanhado que era a cidade Maurícia de então, para quem procedia da metrópole inglesa, deliberou Koster percorrer as capitanias vizinhas e de registrar o que ia vendo, ouvindo e participando em sua passagem. Por fim, enfeixou o produto de seus apontamentos na obra que recebeu o batismo de "Travels in Brazil", magnificamente versada para o português por Luiz da Câmara Cascudo, que lhe ajustou o nome para "Viagens ao Nordeste do Brasil" e lhe enriqueceu de notas eruditas e explicativas de vários pontos obscuros e mal interpretados.

Logo depois de publicada, no seu original, dela se aproveitou largamente Roberto Southey em sua "History of the Brazil", "copiando o seu patricio quase textualmente", (Paulino Nogueira, CONSTITUIÇÃO, de Fortaleza, de 19.3.1884), em muitas partes, inclusive na que descreveu a prisão do Coronel Manoel Martins Chaves, como se constata do confronto feito pelo esmiuçador Studart.

A esta fase, que podemos chamar de memorialista, seguiu-se a de uma plêiade de ilustres coletadores que tiveram como pioneiro o espírito-santense Major João Brígido dos Santos — que aliava às atividades jornalísticas a de historiador — com os "Apontamentos para a História do Cariri" nas páginas do já centenário ARARIPE, do Crato, 10 de fevereiro de 1859, mais tarde, com outros trabalhos, reeditados com o nome de "Resumo Cronológico da História do Ceará", segundo os "Documentos Conhecidos até 1850". Em 1867, acompanhou-o o médico francês-nordestino Dr. Pedro Thèberge totalmente integrado na terra cearense, com o "Esboço Histórico sobre a Província do Ceará", primeiramente, propagado nas folhas do DIÁRIO DE PERNAMBUCO, a 28 de novembro de 1859, posteriormente, reunido em dois tomos saí-

dos a lume, respectivamente, nos anos de 1869 e 1875; em seguida — agora, com cabeças-chatas genuínos — surgiu o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, com a "História da Província do Ceará, desde os tempos primitivos até 1850", inicialmente estampada no DIÁRIO DE PERNAMBUCO, de 13 de novembro de 1862, e impressa em 1867, continuado pelo Senador Tomaz Pompeu de Sousa Brasil, com "Estudos para a História do Ceará", por Rodolfo Teófilo, Perdigão de Oliveira e outros, em artigos espalhados em jornais e revistas.

Ressalte-se, também, o contributo da obra de feitio jornalístico que são as "Notas de Viagem na Província do Ceará — Parte Norte", de Antonio Bezerra, datado de 1889, que foi colher os fatos no próprio local de sua elaboração. Aliás, trabalho mais de romancista, para o deleite dos leitores, do que de indagação histórica. Não deve ficar deslembado que este autor é o maior responsável, senão o único, pela grande porção de fantasmagorias de que a nossa história está recheada. Não o condenamos inteiramente, por que a lenda ou fantasia é sempre o **subtractum** da realidade. O que desaprovamos é a invencionice, aquilo que é exposto com nudez forte para impressionar como verdadeiro.

Enfim, na expressão veraz de Sílvio Júlio, estava honestamente escrita a história política do Ceará, ao contrário do que sucedia com outros ramos do conhecimento humano, alguns deles ainda pouco sabidos. (Terra e Povo do Ceará — 1936, pág. 80).

3. O mesmo arroubo e audácia que caracterizaram o desenrolar dos relatos históricos marcaram, por igual, as primeiras tentativas dos cronistas coevos, que, ao se dedicarem ao nosso patrimônio histórico, deixaram-no cheio de erros, de opiniões contraditórias entre um autor e outro, de indícios e suposições quando não encontravam os liames que uniam os episódios.

Não devemos esquecer que, se a 1ª. fase foi sacrificada pela elevada dose de parcialidade, uma vez que os seus autores eram fi-

guras principais dos fatos, e a 2ª. ficou prejudicada pela pressa dos viajantes — cronistas do acaso — também a 3ª se viu fortemente influenciada pelas injunções políticas, pois os que se ocupavam dela detinham as posições exponenciais do tempo, como se infere dos prenomes dos seus apelidos.

Assim, tais obras necessitavam de serem submetidas ao crivo de um exame rigoroso, para lhes esvurmar, corrigir e aclarar todos os defeitos.

Apareceu, então, nesta etapa áurea de nossa historiografia, o Barão de Studart, com seus métodos de pesquisas extenuativas até o esgoto completo da via probatória, estabelecendo paralelos, coligindo a matéria dispersa e constrangendo a volumosa, esclarecendo as passagens duvidosas, e compendiando o produto dos seus esforços. Em tudo, sobrepondo a verdade ao conjectural.

Obtido o material, como ocorria, interessava, agora, joear a colheita e sistematizá-la.

É do Barão de Jaceguai a imagem que passamos a transcrever, a respeito da formação dos povos:

“A História de todas as civilizações é como a formação dos rios; antes de acharem o seu leito, são torrentes errantes que se precipitam, se cruzam, se espraíam, percorrendo largos trechos com aparência de um curso normal para irromperem subitamente, através dos aluviões em direções divergentes, antes de confluírem para o vale em que encontram afinal o seu álveo definitivo”.

A ideia se adapta perfeitamente à evolução de nossa terra, pois, apanhada de envolta com as alegorias e imaginações fantasistas, a Cronologia do Ceará só se enveredou nos seus verdadeiros limites com os comentários do Barão de Studart.

Incansavelmente, e com sua probidade inatacável, ele se atirou à tarefa inumana de refazer os sucessos do seu pátrio torrão, escoimando-os dos graves senões que os mutilavam.

A coleção da Revista do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras aí estão para atestarem a energia incommum deste homem, presente em quase todos os números, e em monografias e separatas, que contêm descobertas não conhecidas dos que o antecederam. Os arquivos da Bahia, de Pernambuco e o Nacional, bem assim os europeus, objeto de seus cuidados, foram vasculhados e deles retiradas cópias que são hoje documentos valerosíssimos para quantos se interessem pelos longes da história do Norte, especialmente do Ceará. Nestes repositórios do pretérito, estão as pegadas do escavador indormido que ele foi.

4. Duas famílias até então estigmatizadas por aqueles historiadores suspeitos, e acreditados com reservas em face da desfiguração histórica que fizeram, **foram grandemente beneficiadas pela renitência da caça ao “por quê” do Barão de Studart. Em primeiro lugar a Feitosa, seguindo-se-lhe a Araújo Chaves, ambas, muito entrelaçadas entre si, familiarmente, porém, politicamente independentes e obedecendo a pater-famílias próprios.**

Conhecidas nos fastos coloniais pelos incidentes em que se viram enredadas, graves acusações lhes pesavam por cometimento de atos que não praticaram, uns, outros, ditados pelo meio em que se agitavam.

De ambas, o provecto historiador se ocupou, possuído do fervor da verdade, tão forte quanto o era o que consumia Epaminondas.

Da Feitosa, tratou em **Inéditos Relativos ao Levante Ocorrido na Ribeira do Jaguaribe no Tempo de Manoel Francês e do Ouvidor Mendes Machado** (Rev. Trim. do Inst. do Ceará, 1º. trim., Tomo X, ano de 1896, págs. 142/208, revivendo as gestões épicas da demanda entre Montes e Feitosas, do que foi extraída uma separata. Este trabalho se acompanha de vasta correspondência oficial ainda não vista, oferta do Cel. Lourenço Feitosa e Castro, guardião glorioso do arquivo e das tradições mais caras da família.

Sobre a Araújo Chaves, focalizou em **João Carlos de Oeynhausen e Manoel Martins Chaves** (Rev. do Instituto do Ceará, Tomo XXXIII, ano de 1919, págs. 3 a 21), reconstituindo a prisão deste último, que era Coronel da Quinta Companhia do Regimento de Vila Nova d'El Rei, pelo primeiro, no momento Governador do Ceará. Em outro número do mesmo periódico, versando ainda este próprio assunto, para o ano de 1927, páginas 121 a 158, sob a epígrafe **Manoel Martins Chaves — Documentos do Arquivo Público Nacional, copiados e oferecidos pelo Barão de Vasconcelos**, diversos títulos de prova estão entranhados.

5. Vale, mais uma vez, desfazer os equívocos em que incidiram Koster e Southey.

O primeiro estudo, como se disse, reporta-se à luta de famílias conhecidas por dos Montes e Feitosas, ferida no primeiro quartel do século 18. O outro, diz respeito à prisão de Manoel Martins Chaves, injustamente apontado como autor intelectual do homicídio praticado contra o juiz ordinário de Vila Nova d'El Rei, ao depois, Campo Grande, e, hoje ora Inhuçú, ora Guaraciaba do Norte.

Studart empreendeu procura exaustiva para mostrar a diferença entre os dois fatos. Uma razia entre os Montes e Feitosas, travadas no primeiro quartel do século 18, nos sertões dos Inhamuns, no Alto e Médio Jaguaribe; o outro, a prisão do Coronel Manoel Martins Chaves, pelo Governador João Carlos, no primeiro lustro do século 19, nos campos dos Crateús, na Ribeira do Acaraú. Por conseguinte: fatos, épocas, motivos e participantes diferentes, de cuja distinção não se apercebeu Koster, que ficou empolgado com as mirabolantes encenações de puros gestos que delas fizeram os áulicos do Governo, emprestando-lhes colorido exagerado. Todavia, não hesitamos em afirmar que estes recontros danados despertaram um fascínio muito grande na alma daquela gente simples e inculta dos tempos da conquista da terra.

Colhendo sua narrativa por via oral, o viajante inglês Henry Koster, considerado por Richard Burton como **the accurate Koster** — muito embora ele não tenha sido tão cuidadoso quando trabalhou o material recebido —, que por aqui passou e se demorou entre 16 de dezembro de 1810 a 8 de janeiro de 1811, encontrou ainda fresco o alarde que a prisão de Martins Chaves levantou, pois que ocorrera de novembro para dezembro de 1805. Portanto, o fato ainda estava cheio dos exageros que a exaltação suscitou. Não se advertindo disto, Koster fundiu os dois fatos num só, atribuindo à família Feitosa o que sucedera com um membro da Araújo Chaves.

Hospedando-se na casa de Marcos Antonio Brício, e frequentando assiduamente o Palácio do Governador Barba Alardo, como ele próprio afirma, o qual fomentava política diversa da dos Feitosas, estes já ligados aos Araújo Chaves por elo familiar, dele e de elementos palacianos colheu aquelas histórias tão escancaradamente adulteradas que renderam ensejo a Studart de, depois de fazer cotejo rigoroso dos dois textos, aparar os excessos e as excrescências, afinal, taxar a descrição de Koster como a de Southey de **“um tecido de inexatidões”** (Rev. do Inst. do Ceará, 1919, pág. 6). Coube ao Barão o afanoso trabalho de desfazer o imbróglio criado por Koster.

Evidentemente, 23 dias passados por entre as paredes do Palácio Governamental, ouvindo conversas nos jantares e em festas, para depois emprestar-lhe marca de autenticidade, é um meio muito duvidoso de se fazer história, para o que se exige o completo alheamento das paixões. Observando-se o período em que ele esteve entre nós, vê-se que o assunto que lhe conferia autoridade para falar, seriam as festas natalinas, as de ano bom e os reisados, que, se esta tivesse sido a sua preocupação, teria deixado excelente contribuição para o conhecimento dos nossos costumes daqueles tempos.

Vamos abrir um parêntese para apresentar ao público um documento que esteve perdido nos Cartórios, até agora, e que vem assentar, como definitivo, o que já se tinha como verdadeiro.

Diz o sr. Leonardo Feitosa, apoiado em duas cartas encontradas no arquivo da família, manuscritas por Francisco do Vale Pedrosa, uma, a outra, por Manoel Martins Chaves e Vale, que os verdadeiros responsáveis intelectuais pela morte do Juiz Ordinário Antonio Barbosa Ribeiro foram o Ten. Cel. Antonio da Costa Leitão e seu sobrinho, o Cap. mor Bernardino Gomes Franco, por causa de haver o Juiz, por motivo de intriga (sic), ter sentenciado contra a fazenda "Cachoeira", pertencente ao primeiro e, ainda, a referida autoridade haver morto um rapaz do segundo (Ver O Coronel Manoel Martins Chaves, in "Rev. do Inst. do Ceará", 1928, pág. 27 e o "Tratado Genealógico da Família Feitosa", 1952, págs. 146/148).

Um documento que, por intermédio do Dr. Meton Vieira, bela vocação de linhagista transviada para a advocacia, tivemos a fortuna de recolher, e ora apresentamos à discussão, em primeira mão, escrita do próprio punho do Governador Montaury, revela a existência de uma questão de terras, provavelmente a da fazenda "Cachoeira", que vem corroborar, plenamente, as cartas de Francisco do Vale Pedrosa e de Manoel Martins Chaves e Vale, atualmente em poder do Sr. Leonardo Feitosa, dando-lhe, assim, cunho de veracidade. Mais, ainda, confirmam os juízos críticos de Studart, ressaltando a acuidade do saudoso historiador:

Expõe a peça em destaque:

"Depois de ter despachado hum requerimento seu instruído com documentos que ao parecer comprovarão o que no mesmo allegava, ordenando por desp^o meu no mesmo requerimento posto, ao Capm.-mor Antonio Pinto de Mesquita erigisse a caissara q. tinha demolido nas terras cuja possessão vmce. contendem, me foi apresentado por parte do dito Mesquita outro requerimento tão bem instruído com documento, títulos de que consta igual-

mente serem suas as mesmas terras, que sendo por mim visto, e à vista delle e ambiguidade da matéria: Ordeno a ambos que a ventilassem no competente juizo, aonde só podem ventilar o direito e preferência q. às mesmas terras cada hum tiver.

Como porem infiro que ainda não recebeo referida ordem, por esta lhe ordeno que com o mesmo Mesquita não contenda senão pelos meios da justiça, e a elle torno agora a ordenar o mesmo.

Deos ge. a vmve. de Santa Cruz do Aracaty, 9 de agosto de 1783. João Bapta. de Azdo. Conto. de Montaury.

Sr. Captm. Ant^o. de Souza Carvalhedeo".

O reconhecimento pelo Governador Montaury da dualidade de direitos ora conferido a uma parte e em detrimento da outra, e vice-versa, quando se presume que só os primeiros eram idôneos, sendo obra de arranjo os últimos e o convencimento posterior da autoridade governamental, fruto do protecionismo político; a ordem primeiramente tomada e a expedição de um novo mandado em sentido oposto; o aviamento em tempo regular de uma contra-ordem e o envio de uma outra no mesmo sentido, em caráter urgente, para evitar o desfecho da primeira resolução, às pressas desfeita, e de assim ficarem ressabiados os seus amigos políticos; a declinação da competência toda poderosa do Governador, para julgar as lides, para o Juiz Ordinário, eleito graças a sua interferência (Ver João Carlos Augusto Oeynhausen e Manoel Martins Chaves, op. e n^o cit., p. 8), que foi uma desgarantia maior de imparcialidade no desate da causa, além de por o julgamento nas mãos dos adversários mais renhidos do querelante, que, por sinal, foi vencido; tudo isto vem demonstrar o caráter parcial e fraco do Governador Montaury — julgados à Pilatos — pondo à mostra a instabilidade de suas sentenças, que tinham ainda o aspecto vacilante.

Por outro lado, tendo o Juiz Ordinário sido assassinado a 3 de março de 1795, como justificar a prisão de Martins Chaves,

em novembro ou dezembro de 1805, mais de dez anos depois, sem ele nunca haver arredado o pé de sua fazenda, em pleno gozo dos seus direitos políticos, pois era Coronel da 5ª Cia. de Cavalaria de Vila Nova d'EL Rei, quando os ânimos já estavam arrefecidos? Não há negar que se tratava de perseguição política, pois nem sequer a sua patente havia sido cassada ou os Governadores que antecederam a João Carlos procuraram prendê-lo.

A felonía do Juiz Barbosa Ribeiro não ficou só na decisão injusta dada contra a fazenda "Cachoeira". Abusando de suas funções e com o propósito de vingar-se de seus adversários e atender a compromissos assumidos no pleito que o elegeu, matou um rapaz do Cap. Mor Bernardino Gomes Franco, crime que lhe valeu o seu assassinato.

Não esqueçamos que vivíamos em pleno fastígio da lei de Talião: *fraturam pro fractura, oculum pro oculum, dentem pro dentem*, como prescrevia o código babilônico de Hammurabi, que é norma consuetudinária de toda sociedade no embrião. Por sua vez, nas faças a outrem... recomendam os Evangelhos. Deste modo, e como não calhassem em sua alma desajustada os conselhos dos livros sábios, pagou com a vida a existência roubada a outrem.

Conhecidos os precedentes, não se pode concluir que o Coronel tenha mandado eliminar a autoridade arbitrária. Chegamos a admitir que ele estivesse a par, nunca, porém, que autorizasse o sacrifício. Quem se dispuser a ler as crônicas do tempo, verá que o crime foi cometido por uma multidão, tantos quantos eram os seus desafetos.

O Coronel Martins Chaves, ao ser acusado da morte que não praticara, teve a atitude digna da posição que desfrutava no seio de sua família, chamando a si a responsabilidade do crime que sabia pertencer a dois de seus parentes, muito embora isto lhe custasse flagício e morte.

O assento de personalidade do clã dos Araújo Chaves, que não se vergavam a Montaury e o favoritismo que este dispensava ao Juiz Ordinário, foi o principal fator da morte deste.

O **atestado** firmado pelo Ouvidor Manoel de Magalhães Pinto e Avelar de Barbedo, fornecido em 23 de setembro de 1786, cujo inteiro teor se encontra no "Trat. Gen. da Fam. Feitosa, págs. 146, e o "Cel. M. Chaves", págs. 25-26, já citados, explica pormenorizadamente as razões por que Montaury moveu forte perseguição aos Araújo Chaves.

Esclareça-se que tanto a família Feitosa, como a Araújo Chaves eram nativistas, contrárias, portanto, aos objetivos da metrópole na cobiça execrável de ouro e de poder, representada pelos Governadores que, a ferro e fogo, impunham às Províncias o sinete da força.

O lema destas famílias era: com os colonizadores, quando o inimigo vinha de fora, como aconteceu na Invasão Holandesa, em Pernambuco; contra eles, quando se feriam interesses dos brasileiros, como sucedeu na Guerra dos Mascates, em Recife, de cuja unidade federada são provenientes ambas as famílias.

Como prova de nossa assertiva, apresentamos o Coronel João de Araújo Chaves, do "Estreito", Comendador do Hábito de Cristo pelos serviços prestados na seca de 1825-1827 e Conselheiro Provincial em 1829, de quem Manoel Martins Chaves era tio-avô, que marchou em 1823 como Comandante das Tropas dos Inhamuns para se reunir às forças Expedicionárias Cearenses, ao comando de Filgueiras e de Tristão, despachados pelo Imperador Pedro I, contra o Major Fidié, que em Oeiras, no Piauí, representava a última resistência portuguesa, cuja ação se estendeu a Caxias, no Maranhão, com o escopo de ajudar a consolidar a independência política do Brasil.

Por outro lado, estava contra a legalidade, quando esta procurava ferir direitos dos nacionais, como o foi a dissolução da

Constituinte por D. Pedro I, que provocou a deflagração da Revolução do Equador, a favor da qual o Coronel João de Araújo Chaves prestou relevantes serviços tomando parte na célebre Comissão Matuta ou do chamado Governo Revolucionário do Icó, em 1824, do qual foi um dos três Vogais.

Ali, estava com o Governo; agora, virava-se contra ele. De sua parte, circunstâncias várias concorreram para que a família Feitosa tomasse posição adversa aos Governadores.

Em primeiro plano, vem sua rebeldia contra as imposições arbitrárias e descabidas das autoridades, com suas ingerências na vida patrimonial dos particulares para satisfazer apetites políticos, de que é exemplo a ordem assinada pelo Governador Montaury que se tornou inimigo fidagal da gente dos Araújo Chaves, pelo fato de não se sujeitar aos caprichos seus; o acendrado amor à terra, que dominava e donde tirava sua subsistência, manifestado, em Pernambuco, pelo heróico patriotismo na defesa da terra invadida, e de onde foram acossados, daí decorrendo a vinda desta família a estas plagas, como acentua João Brígido: "Os Feitosas, pernambucanos de Serinhaém, emigrados, ao que parece, no período de ocupação holandesa" (Ceará — Homens e Fatos, 1919, págs. 173 e 338) ou por se haverem comprometido, no levante dos Mascates em Recife, em virtude do seu nativismo exaltado, contra os portugueses que açambarcavam as posições dignas, no pensar de Thèberge, que, referindo-se aos Feitosas, diz: "que se supõe gravemente comprometidos no levante dos mascates do Recife. Para evitar a perseguição que se fez aos brasileiros que entraram nesta sedição, fugiram para o interior do Ceará, onde se fixaram nas proximidades do Icó" (Est. Hist. s/a Prov. do Ceará, 1ª Parte, 1869, pág. 128); resistência aos atos de injustiça, que é a motivação das guerras aos Montes, que haviam perdido em favor dos Feitosas, por ter caído em comisso, a data da Lagoa do Iguatú (Datas de Sesmarias, vol. 6º., pág. 168, nº 468), cujos direitos, concedidos pelo Cap.-Mor Manoel Francês, e reconhecido pelo Ouvidor José

Mendes Lobato, o Tubarão, defenderam sem desfalecimentos por largos anos em cruenta luta.

A política despótica dos Governadores, acobertando os seus partidários de todas as faltas cometidas e vexando os que lhes eram contrários por nonadas, e, às vezes gratuitamente, como ainda hoje sói acontecer, foi, talvez, a razão mais forte por que a realidade dos fatos ficou tão empanada nos racontos dos nossos cronistas.

O eminente Ministro Abner de Vasconcelos, do Tribunal Federal de Recursos, hoje aposentado, ao tempo em que exercia as elevadas funções de Procurador Geral do Estado, de cujo Tribunal fora conspícuo Desembargador, apreciando a psicologia das acusações dos senhores do mando, deste modo se expressou em Parecer que foi submetido à consideração do honrado Interventor Carneiro de Mendonça:

"É preciso que V. Excia. não perca de vista que, em todas estas cousas do interior, vive, infelizmente, em estado latente, o velho sentimento de partidatismo, segundo o qual os amigos de um credo político inocentam sempre os correligionários de todas as suas faltas, enquanto os adversários os acusam, ainda quando nenhuma infração do dever se haja verificado. O meu conhecimento da vida do interior habilita-me, data vênua, a fazer essa observação à V. Excia". (Pareceres, 1o. vol., 1935, pág. 102).

O caso debatido está retratado fielmente pela figura da acusação gratuita de que nos fala o ínclito Ministro Abner de Vasconcelos. Como no momento em que ele viu o interior do nosso Estado, quando percorria e fazia seu currículo de Juiz, a situação de seu tempo é a mesma de hoje e a da época em que se verificaram os fatos ora examinados.

Para os sectários da cor política situacionista, os seus correligionários são os melhores, sem mácula. Os piores, os negrejados, estão do outro lado.

Grandes adversários das famílias Feitosa e Araújo Chaves, por diferenças políticas, foram os governadores João Carlos, Montaury e outros.

A respeito da personalidade do primeiro, o historiador José Honório Rodrigues, Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, apresentando o volume CII da Coleção "Documentos Históricos" (1953), pertencente à Revolução de 1817, despede este comentário contra o Governador João Carlos:

"Não faltam palavras legalistas de ânimos servís, que não sabiam sequer disfarçar a sabujice de caráter com que se prostaram ante os poderosos do momento. Figuram, entre estes, homens como o dicionarista Antonio de Moraes e Silva e João Carlos de Oeynhausen e Gravenburg, que governou Mato Grosso e São Paulo. O primeiro chama de canalha ao povo que se ajuntou aos conspiradores e à tropa de linha e o segundo diz que em Mato Grosso não se fazia idéia de que houvesse portugueses como estes degenerados infames que intentaram desordem na Capitania de Pernambuco, da glória com que andam anexos ao seu nome os de Vieira, Camarão e Dias. Oeynhausen beijava a benfazeja e protetora mão com que S. Majestade ia castigar ou já tinha castigado o ultraje feito à dignidade e lealdade portuguesas".

Realmente, quem se dispuser a ler a carta que João Carlos enviou ao Conde da Barca, em 10. de dezembro de 1817, referindo-se aos recentes casos ocorridos em Pernambuco (doc. nº 56, fls. 106-108, vol. CII) e a reafirmação de lealdade dos seus governados, ficará enojado de tanta subserviência.

Outra mostra do descolorido do caráter do Governador João Carlos é aquele fato que se passou entre ele, Ministro das Relações Exteriores e da Marinha, e D. Pedro I, como se vê da seguinte passagem:

"A rigidez do caráter do Marquez de Aracaty foi muito apregoadada no seu tempo, e passou para a história do nosso país.

Mas, isto se entende, quando elle agia amparado pelo poder official contra adversários mais fracos, ou quando, na presunção de que a Marqueza de Santos começava a perder as graças de D. Pedro I, cortou-lhe a visita à Imperatriz moribunda, ameaçando-a asperamente. Mas quando D. Pedro lhe disse verbalmente: "E eu no meu regresso vos enforcaria por crime de lesa-beleza!...", acrescentando: "Agora, meu amigo, para que jamais apareçam motivos de perigo para o seu pescoço, eu o dispenso do Ministério. A um Ministro enforcado, eu prefiro um Ministro esquecido. Saia da minha presença".

Que atitude foi a daquele homem rígido?

Não obstante D. Pedro ter agido vergonhosamente, sem razão, em favor de sua atrevida e audaciosa amante, o grande Ministro não teve nenhuma energia, e só teve a dignidade de que um escravo teria perante o seu senhor: submisso, calou-se.

Por que não seguiu o exemplo dos Ministros de D. Affonso IV, o Bravo, 7o. Rei de Portugal? (O Coronel Martins Chaves, op. e lugar cit., págs. 21 a 32).

Montaury, como já vimos, desfazia, com prontidão, qualquer despacho que viesse contrariar seus amigos e seguidores políticos.

6. Fechado o parêntese, reiniciamos nosso debate.

De tudo que ficou dito, há um fato a lamentar. É que a causa de tantas inverdades andarem ainda torcidas e de já não estarem totalmente desmentidos os cronistas sem vocação, em que faltam fé histórica — para não dizer inteireza moral —, deve-se, na maioria dos casos, à circunstância de os livros do Barão de Studart terem sido lidos por pouca gente, no tempo de suas edições, em virtude de tiragens reduzidas e fora do mercado. E hoje, que se tornaram raridades bibliográficas, muito menos o são. Nem mesmo lêem-nos aqueles que se dedicam à História e sobre ela escrevem, como tivemos oportunidade de assinalar em "Lutas de Famílias no Brasil", do prof. L. A. da Costa Pinto, da Universidade do Brasil.

Contra esta obra redigimos enérgica refutação nas edições de "O Nordeste", de 11 e 12 de outubro de 1950, corrigindo conceitos inaplicáveis emitidos sobre as famílias Feitosa e Araújo Chaves, que não se coadunam com o caráter de ambas.

Outro historiador não menos categorizado, no caso o escritor Gustavo Barroso, da Academia Brasileira de Letras e Diretor do Museu Histórico Nacional, em seção que mantém na revista "O Cruzeiro", sob o título **Segredos e Revelações da História do Brasil**, com um artigo que é uma traição histórica, porém de grande efeito jornalístico, em face da manchete UM CANGACEIRO CEARENSE NA PRISÃO DE LIMOEIRO, versando a prisão do Coronel Manoel Martins Chaves pelo Governador João Carlos, adulterou o acontecimento ventilado.

Lendo-se o conteúdo da reportagem, vê-se logo que ele se abeberou unicamente dos ensinamentos de Koster e de Southey, estando, pois, jejuo dos reparos do Barão de Studart.

Não desejando ver propagada tão mal versada história, resolvemos enviar-lhe dois exemplares do jornal que difundiu nossa modesta corrigenda, quando redargüimos o prof. Costa Pinto e pugnávamos para que ninguém escrevesse algo a respeito do assunto, sem provas novas ou antecipado exame das obras do venerando historiador, as quais exigem consulta obrigatória de quem se ocupar de qualquer aspecto das antiguidades do Ceará.

Seis anos o nosso coestadano Gustavo Barroso se queudou silencioso em relação à matéria que havia suscitado a réplica. Agora, na dita seção e mesma revista, número de 4 de novembro de 1956, rompeu o mutismo em que ficara e recontou o episódio nos moldes de como o refez o Barão.

Desta vez, já não se trata de **Um cangaceiro Cearense na Prisão de Limoeiro**, mas de **Uma tragédia em Vila Nova d'El Rei**. Não se fala mais em façanhas de um cangaceiro, mas em tragédia de um infeliz. Foi um belo tento que marcamos, mas, a nos-

sa maior satisfação está no fato de haveremos vencido mais um dos que pensam que devemos romancear os fios perdidos da história, a nosso bel prazer, quer por propósito interesse, quer por negligência em procurar as fontes da história, ou preguiça, mesmo, sem se aperceber no mal que tal comportamento possa causar a outrem.

De novo, na estacada da família Feitosa, estivemos quando veio à publicidade o livro "**Dr. Antonio Vicente do Nascimento Feitosa**", do Mestre Antonio Austregésilo de Ataíde, da Academia Brasileira de Letras, e professor emérito, cujo protesto se encontra em "**O Povo**", de 5 de julho de 1954. Foi outro que não leu Studart.

Por igual, o polígrafo Abelardo Fernando Montenegro, da Academia Cearense de Letras, em sua bem lançada *História do Cangaceirismo no Ceará*, 1955, no capítulo Clã Pastoral e Liderança, esteando-se em Théberge e no Prof. Costa Pinto, este, já amparado naquele, mostra-se desconhecedor da contrastação do Barão aos escritos de Koster e Southey e incorre nos mesmos erros do professor universitário.

Recentemente, a divulgação *Anuário do Ceará* (1953-1954) de Waldery Uchoa, nos títulos Guaraciaba do Norte (p.107) e Ipueiras (p. 127) expõe o ato indigitado ao Coronel Manoel Martins Chaves, adulteradamente. É o resultado que colhem os que escrevem apressadamente. Nesta obra encontramos confusões lamentáveis. Naquele título, vê-se que a vítima é o Juiz Antonio Barbosa Ribeiro. No outro, o Juiz passa a ser o Coronel Porbem Barbosa. Foi a primeira vez que vimos o nome daquele senhor assim modificado, com risco grave de aumentar a algaravia em que já se acha, e contra a qual lutamos.

Finalmente, em outra oportunidade que não esta, iremos contraditar os "Montes", do Dr. Raimundo Girão, do Instituto do Ceará, pondo-o em contradição com o Dr. Helvécio Monte (Edição do "Unitário", de 4 de junho de 1916), o Barão de Studart, as "Datas de Sesmarias" e outras fontes velhas, e, então diremos

quantos eram os “800 índios Jenipapos”, demonstraremos que os Feitosas não usurparam as terras de Trussu, mas, que lhes foram concedidas por sesmarias, em virtude de ter caído em comisso, pelo Cap.mor Salvador Alves da Silva, provaremos que não existe “data do Jucá” e que os Feitosas não esbulharam os Montes, até porque como tal não deve ser havido quem não tem posse; e detalharemos mais alguns senões do apressado esboço genealógico indicado.

7. Nenhum historiador com responsabilidade de buscador dos fatos da vida humana, e que deles queira ocupar-se com fidelidade, poderá prescindir dos trabalhos do Barão de Studart. Salvo, se quiser ter as mesmas canseiras. Assim mesmo, seria proveitoso um confronto do resultado de suas especulações, pois os que lhe sucederam terão sempre que seguir pela mesma trilha por ele aberta.

Com inaudito esforço, e o propósito de restaurar a verdade histórica de sua terra, dedicou ele os melhores dias de sua vida. Como um artista que apanhasse um bloco de mármore bruto ou um arqueólogo que achasse uma esquirola, ele recompôs a história do Ceará de antanho.

Sobre o seu labor benfazejo, assim se externou o Prof. Djacir de Menezes, conhecido jurista e sociólogo contrerrâneo:

“Durante decênios ele foi o garimpeiro incansável a sondar os filões da nossa tradição, mergulhando nas crônicas para retificar desvios, corrigir erros, aluir falsidades, na faina de clarear os meandros obscuros do nosso passado. E foram de tal porte o valor de sua tarefa, as revelações de seu gênio investigador, as revelações do seu esforço fecundo, que o nome do Barão de Studart varou os quadrantes do Nordeste, repercutiu em todos os ângulos do Brasil intelectual, projetou-se além das fronteiras, nos centros de ressonância cultural do mundo”. “Boletim”, do Instituto do Ceará).

8. Concluindo, realçamos que o reconhecimento da obra do Barão de Studart, a sua significação, acham-se comprovados pelos inúmeros epítetos que recebeu, testificantes todos da ope-

rosidade e qualidade de sua lida absorvente. Aí estão: para José Vieira Fazenda, o mais profundo conhecedor das antiguidades do Rio de Janeiro, autor do inestimável “Antigualhas”, era “o Alexandre Herculano do Norte do Brasil”; para o genial Capistrano de Abreu era “o beneditino dos arquivos”; para uns, era o “Thiers cearense”; para outros, “o Fernão Dias de nossa História” ou “o Heródoto cearense”.

Não resta dúvida de que se tratava de um gigante, e lhe assentavam bem as alcunhas com que foi designado, pois foi um obreiro infatigável que soube inteligentemente revelar dos velhos alfarrábios os segredos dos nossos arquivos”. [Os destaques são nossos].

Ponderáveis razões me impuseram à transcrição do estudo de Carlos Feitosa, fundamentado, no seu todo, em comprovações históricas-documentais. Uma delas, é por ser o fundador do Solar da Caiçara, Cel. José de Araújo Costa, descendente das famílias analisadas. Outra — esta a principal — é o demolidor desmantelamento de vários escritos de autores ditos notáveis, de forma cabal e definitiva, fazendo uso do maior instrumento válido ao estudo da história: o documento — das imposturas e aleivosias de que foram alvo estas famílias, sem dúvida, duas das mais ilustradas de quantas colonizaram nosso “Siará Grande”.

Usando de sua pena veraz e historicamente esclarecedora, faz desacreditados escritos de membros da Academia Brasileira de Letras, Universidade do Brasil, Academia Cearense de Letras e do próprio Instituto do Ceará, e, como se não bastasse, utiliza das páginas da mesma e renomada Revista, para tornar manifesto seu acurado estudo. É necessário ser lembrado, que todos os autores que tiveram seus estudos impugnados à época da publicação do trabalho transcrito, eram vivos e em pleno exercício de suas atividades, de nenhum deles partindo réplica ou contestação. Pelo contrário, houve *mea culpa*.

É lamentável o sinuoso caminho trilhado por alguns escrevinhadores recentes, tratando do nosso passado, cujos trabalhos

demoram em meu arquivo, agravando-lhes o fato de receberem patrocínio de entidades públicas e supostamente sérias em suas publicações. Alguns, encontrei carentes de melhor genealogia que os faz, frustrados, conspurcar a memória das ilustradas, esquecidos — ou melhor ignorantes — de que foram elas que deram seu labor, seus melhores dias, seu sangue, seu suor e muitas vidas para realizarem a colonização e povoamento dos sertões do Ceará, fatos que comprovam e bem mostram nossa história. Em trabalho de recente publicação — *Araújos e Feitosas — Colonizadores do Alto e Médio Acaraú* — Fundação Cultural de Fortaleza — 1995, comprovei, documentalmente, que nada menos de sete cidades, que compunham o primitivo e extenso território da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, tiveram seus primeiros alicerces cavados e fincadas suas primeiras estacas por membros das referidas famílias, tais como: Guaraciaba do Norte, Ipú, Ipueiras, Ararendá, Nova Russas, Hidrolândia e Tamboril, além doutros municípios destes desmembrados.

Um dos chamados “historiadores” que tinha por deleite macular famílias honradas, foi o jornalista Nertan Macedo. Para um melhor juízo sobre como escrevia suas crônicas, leia-se o seguinte episódio. Em resposta a um artigo do Dr. Carlos Feitosa, publicado no jornal *O Povo* — edição de 30.11.1963, versando sobre a ascendência de Virgulino Ferreira da Silva — o Lampião — assim escreveu o jornalista Nertan, quando pesquisou para o livro *Capitão Virgulino Ferreira Lampião* — Rio — 1962: “não precisou (ele, Nertan) recorrer ao Barão de Studart, nem meter o nariz nas traças dos cartórios do sertão. Aliás, há muita gente que pensa que fazer história é somente rebuscar arquivos, fuçar documentos (sic)”. (O parêntese é meu.) Transcrito da *Revista do Inst. do Ceará — RIC* — Fortaleza — 1964 — p. 260.

Incríveis e absurdas expressões, proferidas por uma pessoa que a crônica da época titulava de historiador. Aliás, iniciando a orelha do livro *Bacamarte dos Mourões* — Edit. Instituto do Ceará

— Fortaleza — 1966, é ele assim qualificado pela editoria: “Nertan Macedo, cearense do Crato, foi redator político e literário de alguns dos mais importantes jornais do Brasil (sic)”. Nesta qualificação o considero. Historiador, não. Pelo desprazer de não consultar escritos de indormidos pesquisadores — tais os do Barão de Studart — e de ser avesso aos velhos arquivos, gostava de fazer suas “transcrições” debruçado sobre cômodos achados de peregrinantes pesquisadores, fato que não traduz demérito. Agrava-o, imperdoavelmente, a aversão pela pesquisa, obrigação primeira do historiador.

Eis um exemplo: “DEPARTAMENTO GERAL DE EDUCAÇÃO — (Armas da República) — Estado do Ceará — Gabinete do Diretor — Ilmo. am^o Cel. Francisco Félix: Boa noite. Rogo-lhe a bondade de emprestar-me a carta do Cel. Diogo Sales, que o sr. teve a gentileza de mostrar-me hoje. Depois de extrair da mesma uma cópia para o meu arquivo de documentos históricos lha devolverei com a segurança dos meus melhores agradecimentos. Com especial estima, seu am^o — Hugo Catunda — Tamb., 7-out-38 (sic)”. Esta correspondência demora em meu arquivo, e, foi destinada ao avô paterno do autor destas letras, sendo a carta solicitada a mesma que está transcrita no livro *Bacamarte dos Mourões*, op. cit, ps. 46/50, sem nenhuma referência à fonte. Foi seu autor, o Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, filho do Cap. Sales, do Serrote.

Até aqui, nada de irregular no procedimento histórico, não obstante ser de conhecimento público que o jornalista Macedo sempre se abeberou nos seus escritos, do imenso arquivo do lúcido e obstinado pesquisador, Dr. Hugo Catunda Fontenele, sócio efetivo do Instituto do Ceará, cujo acervo foi penosamente destruído.

Contudo, nas suas crônicas “históricas”, fundamentado em escritos de Henry Koster e Robert Shoutey, desconhecendo o que sobre estes disse o Barão de Studart, gostava o jornalista Mace-

do de assacar inverdades contra as famílias FEITOSA e ARAÚJO CHAVES, com especial ênfase à última. Respeitante a FEITOSA dá mostra quando nas páginas introdutórias do livro *Bacamarte dos Mourões*, op. cit., transcreve uma matéria sociológica de autoria do Dr. Hugo Catunda — ps. 9/10 —, publicada na RIC — 1955 — ps. 96/99, que assim conclui: “Este grupo parental — autêntica dinastia de pioneiros — que encheu, com seu nome, com o seu poderio e a sua riqueza, os fastos coloniais do Nordeste, entrou pelo tempo à dentro, atravessando quase três séculos de prestigiosa evidência, e, embora já modificado na sua estrutura, nos seus hábitos e nas suas atitudes, pela fusão com outras linhagens, chegou até nossos dias, ainda numeroso e com o desempenho da velha enfiatura, com aquilo que Le Bon chamou a “alma da raça” que o bom sangue perpetua e os tempos não destroem (sic)”. Do texto, depreende-se a atitude preconceituosa do jornalista Macedo em relação aos FEITOSAS em matérias precedentes, em desrespeito às letras do Dr. Hugo Catunda.

No livro *Antonio Conselheiro* — Gráfica Record Editora — Rio — 1966, investindo, indistintamente, às ps. 65/66, escreveu: “Os Araújo eram poderosos e brigões. Da mesma família Araújo Chaves, ricos senhores nos sertões da Serra Grande, que muito cruzaram com os Feitosas e os Veras, outros clãs potentados do Ceará (sic)”. [Sublinhei]. No mesmo livro, à p. 81, escreveu: “Mesmo os Mourões tinham respeito aos Araújo, que eram parentes dos Feitosas dos Inhamuns, e dos Martins Chaves, das Ipueiras(sic)”. [Sublinhei]. Já em *Bacamarte dos Mourões*, op. cit., assim está à p. 12: “Melos e Mourões eram, consequentemente, parentes próximos do Cel. Manoel Martins Chaves e de sua mulher, autênticos Araújo, cujos descendentes cruzaram profusamente com os Feitosas (sic)”. (Sublinhei).

Está comprovado, que além da aversão aos arquivos e velhos documentos, o jornalista também desprezava textos genealógicos, cujo absoluto desconhecimento expressa nas transcrições anteriores, não obstante ser um dos seus deleites escrever sobre “clãs”, tal confessa na apresentação do livro *Bacamarte dos Mou-*

rões, op. cit. “Daí a publicação deste trabalho, que prosseguirá se Deus quiser, com a crônica de outros clãs”. (Sublinhei). Ora, a genealogia não é uma simples ciência auxiliar da história, mas, parte intrínseca e inseparável da mesma. Bem a designa o historiador, Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, no seu *Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses* — SECULT — Fortaleza — 1985, já transcrita nas páginas iniciais: “Como a história é constituída pela atividade humana, tudo o que ela narra são dados biográficos de alguém”, o que mostra serem ciências humanas e sociais convergentes.

Pelos dizeres do escritor Nertan Macedo, ignorava ele o primitivo trabalho genealógico de Leonardo Feitosa, dividido em duas partes dedicadas à família FEITOSA, a primeira, e à ARAÚJO, a segunda, cuja primeira edição veio a público através da Tipografia Paulina, em 1952, sob o título *Tratado Genealógico da Família Feitosa*.

Mais e melhormente evidenciado este desconhecimento transparece, com os “muito cruzaram; que eram parentes dos Feitosas dos Inhamuns; e dos Martins Chaves, das Ipueiras; cujos descendentes cruzaram profusamente com os Feitosas”. (Sublinhei). Para quem se dedica a escrever sobre clãs, o primeiro exame são suas raízes genealógicas, trabalho que o escritor não realizou, daí decorrendo crassos e imperdoáveis erros. É que as famílias FEITOSA e ARAÚJO tinham ascendência comum, provinda da parte mais legítima da genealogia, eis que descendem — no Nordeste do Brasil —, de duas matrizes irmãs, filhas do Cel. Manoel Martins Chaves e s.m. Úrsula, habitantes em Penedo, Alagoas. Caso o escritor tivesse lido o trabalho de Leonardo Feitosa, não cometeria erros tão rudimentares. Quanto ao “muito cruzaram”, os Araújo e Feitosas que aqui chegaram originalmente, **eram primos legítimos pelo liame materno**. No que concerne aos Mourões terem respeito aos Araújo, por serem estes parentes dos Feitosas dos Inhamuns, e dos Martins Chaves, das Ipueiras, dá o escritor outra demonstração de absoluta ignorância dos estudos da gênese das famílias tratadas.

É que a família Mourão já era cruzada com Araújo e Feitosa, em vista dos casamentos dos irmãos Alexandre da Silva Mourão (o velho), e Sebastião Ribeiro Melo (o velho), com as irmãs Úrsula Gonçalves Vieira e Eufrásia — netas do Cel. João Ferreira Chaves e de d. Ana Gonçalves Vieira —, autênticos Araújo e Feitosa, tal se lê à p. 256 do estudo de L. Feitosa. Quanto aos Veras, procede este sobrenome do casamento do português Silvestre Rodrigues Veras (o velho), com d. Cosma de Araújo Chaves, filha do patriarca, Capitão-mor José de Araújo Chaves, das Ipueiras. L. Feitosa: [op. cit, p. 232]. Não há a negar, que vários casamentos endogâmicos ocorreram entre Araújo e Feitosa, no período em que assenhoreavam o Alto e Médio Jaguaribe e Alto e Médio Acaraú. Cruzamentos endogâmicos sim, mas não nas suas origens, que eram comuns e pela linha materna. A quem ignora raízes, não é boa atividade romancear falsos fios perdidos da história.

Por outro lado, corajosos e valentes foram todos os que se ocuparam da conquista e colonização do Ceará, sendo frequentes e havidos como pecados veniais, alguns excessos nesta faina. Não pode, isto não, clãs imensos serem levemente assacados com adjetivações injuriosas, pelo deslize de um ou outro membro. Quem assim diz, o faz com leviandade e irreflexão. Neste estudo, demonstrei, com provas **documentais**, que pecados houveram entre os membros do Solar da Caiçara, o que não autoriza nem justifica, em absoluto, macular a família de forma contextual.

Finalizando, dando definitivas provas de que os clãs ARAÚJO e FEITOSA, como antes e até hoje sempre foram conceituados, em todas as cidades que compõem hoje o extenso e primitivo território da primeva freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos — região por eles colonizada — foram ou são gestores municipais, agropecuaristas, empresários e homens públicos de realce, com apelidos de famílias originários das linhagens Araújo e Feitosa.

O INVENTÁRIO DO CORONEL JOSÉ DE ARAÚJO COSTA

71

Antes, esclareci as razões que me levaram a dar capítulo próprio à matéria do historiador Carlos Feitosa. Contudo, não é possível deixar na impunidade histórica o que dizem os escritos do jornalista Nertan Macedo. Seu regalo de escrever sobre clãs tem estreita analogia com escritos notariais, conhecidos por “termos sacramentais”, isto é, a similitude de transcrições providas das mesmas fontes, já desacreditadas por pesquisadores doutros, circunstâncias que o jornalista também desconhecia, inclusive os do Barão de Studart, figura maior de nossa historiografia. Quem se der ao trabalho de ler apenas *Antonio Conselheiro e Bacamarte dos Mourões*, verá que um de seus mananciais prediletos foram as notáveis *Memórias*, do Professor Manoel Ximenes Aragão, que sequer cita como fonte profícua, sendo curiosa — repiso — a ausência bibliográfica nos seus trabalhos.

Ao iniciar às pesquisas para o presente estudo, antevi dificuldades. Enfrentei desestímulo, gastos pecuniários, viagens, noites insones, incompreensões e má vontade de alguns. Contudo, em busca da verdade histórica, nada me fez vacilar. Um dos obstáculos, foi a destruição quase completa do remoto arquivo do Cartório do 1º. Ofício, devastado pelas águas do rio Acaraú no rigoroso e atípico inverno de 1974. Sendo o primeiro cartório instalado na cidade, era o natural guardião do velho acervo histórico, não só de Tamboril, como — naturalmente — de grande parte da remota freguesia da Serra dos Cocos, uma vez que, após sua instalação muitos autos e documentos deveriam compor tal arquivo. Salvou-se parte do acervo da Câmara Municipal, onde alguns achados me foram de excelente valia, indo aqui meus agra-

decimentos ao então Presidente, vereador Frederico Guilherme de Holanda Rangel, membro afim do Solar da Caiçara.

Sendo meu trabalho dedicado a lidar com “traças de cartório”; “fuçar antigos documentos e velhos arquivos”, nas funções de notário e escrivão, daqui e dali fui coletando dados. De antemão, sabia que as demarcações e divisões levadas a termo na comarca, tinham suas origens em primitivos documentos, especialmente nos do inventário do Cel. José de Araújo Costa. Procurei os descendentes dos antigos requerentes, onde encontrei cópia completa do inventário do patriarca da Caiçara, além doutros. Busquei velhos parentes, que me foram generosos em presentear-me com antigos documentos, alguns em seus originais, outros fotocopiados, todos relacionados com a família do Cel. José de Araújo Costa. Dentre outros, aqui vai meu agradecimento ao genealogista e saudoso parente Anastácio Martins de Araújo — Tácio Martins. Com insana laboração, fato é que coletei o indispensável a este estudo, acrescentando que nenhum lucro financeiro dele pretendo auferir. Restou-me, isto sim, o prazer de escrever a história nas suas verdadeiras e corretas manifestações.

Eis o resultado, iniciando pelo inventário do Cel. José de Araújo Costa. Foi ele, Coronel Comandante da 5ª. Companhia do Batalhão nº 39 da Guarda Nacional no município de Tamboril, vindo a falecer, repentinamente, no dia 10 de junho de 1864, na sua fazenda Caiçara. No inventário, representou a viúva inventariante — Ana do Nascimento Vidal (2ª.) —, o filho primogênito, Capitão Antonio Ribeiro Campos de Noronha, como procurador. Na qualidade de Juiz de Órfãos, funcionou o cidadão Manoel Rodrigues de Farias, que julgou o feito orfanológico no dia 21 de março de 1865.

A incrível imensidade da fortuna do inventariado, para conhecimento dos pósteros e demais interessados, transcrevo *ipsis verbis*. “OURO — Hum crucifixo de ouro, com peso de oito oitavas, sendo cada oitava avaliada em 3\$000, perfazendo o to-

tal de 24\$000. PRATA — 01 copo e 01 salva de prata, avaliados em 18\$000. 12 garfos de prata, avaliados em 14\$000. 14 colheres grandes de prata, avaliadas em 19\$680. 12 colheres pequenas de prata, avaliadas em 5\$500. 01 colher grande, para sopa (concha), de prata, avaliada em 3\$000. 01 colher de prata, para açúcar, avaliada em \$720. 01 par de estribos de prata, avaliados em 18\$720. 01 ferragem de prata, avaliada em 14\$400. 01 brida de prata, avaliada em \$960. COBRE — 01 tacho grande velho, de cobre, avaliado em 6\$000. 01 tacho grande, mais novo, de cobre, avaliado em 5\$000. 01 tacho menor, de cobre, avaliado em 3\$000. FERRO E OBJETOS DE MADEIRA — 03 alavancas novas, avaliadas em 4\$000. 03 machados americanos, avaliados em 3\$000. 04 pás, avaliadas em 4\$000. 05 enxadas velhas, avaliadas por 1\$200. 12 machados velhos, avaliados em \$600. 04 foices, avaliadas em 2\$560. 01 jogo de balins, avaliados por 10\$000. 01 jogo de canecos, avaliados por 10\$000. 04 jogos de malas, cobertas de couro, avaliadas em 6\$000. 12 jogos de malas, também cobertas de couro, avaliadas por 10\$000. 02 jogos de malas menores, também cobertas de couro, avaliadas por 2\$000. 06 cadeiras de palinha, avaliadas em 10\$000. 10 cadeiras cobertas de couro, avaliadas por 20\$000. 01 mesa grande de madeira, com duas gavetas, avaliadas por 6\$000. 01 mesa menor de madeira, com gavetas, avaliada por 3\$000. 01 mesa velha de madeira, com gavetas, avaliada por 3\$000. 01 jogo de lanternas de ferro, avaliadas por 8\$000. 01 silhão, avaliado por 8\$000. 88 surrões de sola, avaliados por 112\$680. 01 jogo de sacos de couro de capoeiro, avaliados por 8\$000. 04 jogos de sacos de capoeiro, avaliados por 16\$000. 01 jogo de surrões de sola, avaliados por 9\$000. 10 cangalhas, avaliadas por 6\$400. 01 jogo caixões grandes, velhos, de madeira, avaliado por 8\$000.

OBJETOS RELIGIOSOS — 01 oratório de madeira, avaliado por 4\$000. 01 imagem de São Benedito, avaliada por 10\$000. 01 imagem de Cristo, avaliada por 15\$000. 01 imagem de Nossa Senhora, avaliada por 20\$000. 01 imagem de São José, avaliada

por 15\$000. 01 imagem de São Gonçalo, avaliada por 15\$000. 01 imagem de São Raimundo, avaliada por 15\$000. 01 imagem de São Joaquim, avaliada por 10\$000. 01 imagem de São Francisco, avaliada por 15\$000. 01 imagem de Santa Anna, avaliada por 15\$000. 01 imagem de Santa Luzia, avaliada por 15\$000". (Insiro um parêntese para análise dalgumas evidências. Fica demonstrado o grande fervor religioso do casal do Solar da Caiçara, pois, nada menos de 10 imagens religiosas, estão relacionadas, merecendo atenção para suas avaliações. Enquanto 14 colheres grandes de prata receberam a avaliação de 19\$680, uma só imagem era avaliada por 20\$000). "OUTROS — 01 chapéu chile, novo, avaliado por 10\$000. 01 espada, com bainha de metal, avaliada por 20\$000".

"GADO VACUM — 482 vacas parideiras, avaliadas por 8.148\$000. 34 novilhotas, avaliadas por 304\$000. 52 garrotas, avaliadas por 260\$000. 02 novilhotas, avaliadas por 16\$000. 330 bezerros, avaliados por 825\$000. 28 bois mansos, avaliados por 840\$000. 12 bois de quatro anos de capação, avaliados por 1.110\$000. 48 touros, avaliados por 420\$000. 65 novilhotes, avaliados por 420\$000. 24 garrotes, avaliados por 220\$000". (Merece registro a quantidade de bovinos pertencentes ao inventariado, perfazendo um total de 1.238 animais, em pleno semiárido, numa época em que grassavam epidemias e inexistia a medicina veterinária).

"CAVALAR — 51 cavalos capados, avaliados por 1.530\$000. 12 cavalos estradeiros, avaliados por 64\$000. 07 cavalos inteiros, avaliados por 196\$000. 09 poltros, avaliados por 162\$000. 08 poldretes de ano e meio, avaliados por 112\$000. 19 burros, avaliados por 1.140\$000. 01 poltrinho de burro, avaliado por 20\$000. 01 jumento, avaliado por 140\$000. 04 jumentas, avaliadas por 280\$000. 01 jumentinho de ano e meio, avaliado por 40\$000. 04 poltrinhos de jumentos, avaliados por 120\$000. 45 éguas novas, avaliadas por 920\$000. 16 éguas velhas, avaliadas por 192\$000. 01 poltro de muda, avaliado por 20\$000. 05 poltros de muda, avaliados por 80\$000. 06 poldretes, avaliados por 12\$000. 18 poltrinhos, avaliados por 144\$000". OBS. É com nostalgia e

emoção que recordamos nossa infância, quando existiam em abundância os chamados cavalos "estradeiros" e "marchadores", percorrendo os caminhos do sertão e enfeitando as feiras dominicais. Eram o orgulho e único veículo de transporte, usado por fazendeiros, vaqueiros e o povo.

"ESCRAVOS — 01 escrava de nome COSMA, cabra, de 30 anos, avaliada em 100\$000. 01 escrava de nome VICÊNCIA, mulata de 20 anos, avaliada em 600\$000. 01 escrava de nome QUITÉRIA, caboclinha de 18 anos, avaliada em 500\$000. 01 escrava de nome LUZIA, cabra, de 18 anos, avaliada em 600\$000. 01 escrava de nome GONÇALA, cabra, de 05 anos, avaliada em 200\$000. 01 escrava de nome BENEDITA, mulata de 07 anos, avaliada em 200\$000. 01 escrava de nome LUZIA, mulata de 03 anos, avaliada em 150\$000. 01 escrava de nome IGNÁCIA, mulata de 03 anos, avaliada em 150\$000. 01 escrava de nome JOSEFHA, cabra, de 02 anos de idade, avaliada em 80\$000. 01 escravinha recém-nascida, pagã, com idade de 18 dias, filha da escrava LUZIA, avaliada por 30\$000". Sempre escrevendo digressões, surgem aqui fatos interessantes. Enquanto uma só escrava tinha o valor de 600\$000. 34 novilhotas, que representam no ano seguinte o dobro, tinham a metade do valor, isto é, 304\$000. Foi a época em que a mão de obra escrava obteve grande valorização, com o advento da cultura cafeeira no sul do país. Outra parte, evidencia-se que o escravo tinha o valor correspondente ao seu desempenho no trabalho, pois a escrava QUITÉRIA, com idade de 18 anos, recebeu o valor de 500\$000, enquanto LUZIA, da mesma idade, foi avaliada em 600\$000.

Contudo, a representação maior da imensa fortuna do Cel. José de Araújo Costa, foi constituída de imóveis rurais, sendo, tal escrevi alhures, a maior e jamais suplantada da história fundiária de Tamboril. Hei-la.

"1. Declarou haver uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua Direita, de tijolos, coberta de telhas, com duas portas de frente, avaliada por 600\$000.

2. Declarou mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua Direita, de tijolos, coberta de telhas, com duas portas de frente, avaliada por 300\$000.

3. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua Direita, de tijolos, coberta de telhas, com duas portas e uma janela, avaliada por 200\$000.

4. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua Direita, de tijolos, coberta de telhas, ainda em preto, com duas portas de frente, avaliada por 100\$000.

5. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua da Matriz, de tijolos, coberta de telhas, com uma porta e uma janela de frente, avaliada por 150\$000.

6. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua da Matriz, de tijolos, coberta de telhas, avaliada por 150\$000.

7. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua da Matriz, de tijolos e coberta de telhas, avaliada por 70\$000.

8. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na Rua da Tatajuba, de tijolos e coberta de telhas, em preto, com uma porta de frente, avaliada por 25\$000.

9. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na beira do rio, de tijolos e coberta de telhas, com duas portas e uma janela de frente, avaliada por 300\$000.

10. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na beira do rio, em mal estado, avaliada por 20\$000.

11. Declarou haver mais uma morada de casa, sita nesta Villa, na beira do rio, também em mal estado, avaliada por 20\$000.

12. Declarou haver mais um terreno foreiro a Santo Anas-tácio, nesta Villa, com alicerces de tijolos, na rua da Vitória, avaliada por 20\$000.

13. Declarou haver mais uma morada de casa de tijolos e coberta de telhas, caiada, na fazenda "Caiçara", deste termo, avaliada por 200\$000".

Nesta descrição devem ser considerados alguns fatos. A casa descrita sob o nº 1, vem a ser a antiga morada do inventariado na vila, estando hoje localizada na esquina das ruas Mal. Deodoro e Cel. Salustiano, cuja rua passaria à designação de "Rua do Cel. José de Araújo Costa", também com a denominação de Rua Direita, tomando-se por ponto de observação à frente da Igreja Matriz. A casa descrita sob nº 9, vem a ser a antiga e primitiva moradia de seus avós maternos, Cap. Luiz Vieira de Sousa (2º) e d. Ana Alves Feitosa, eis que localizada na beira do rio, obteve o valor de 300\$000. Por outro lado, verifica-se a distinção atribuída à casa da fazenda Caiçara (descrição n. 13), sendo a única moradia rural que mereceu descrição entre as casas urbanas. Evidencio a descrição dos imóveis rurais.

"1. Declarou haver mais uma légua de terras no lugar "Caiçara", por um e outro lado do Riacho de São João que houve por compra ao Reverendo Miguel Francisco de Oliveira, extremado de uma Timbaúba que fica junto da cacimba de gado, que serve de extremas com o Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, pelo dito Riacho acima, até inteirar meia légua a contestar com terras do Capitão Luiz Vieira de Sousa, de uma Alagoa para cima, que fica junto a estrada com meia légua por uma e outra banda do Riacho, de norte a sul, fazendo um quadrado, que foi avaliada com todas as suas benfeitorias em 800\$000.

2. Declarou haver mais uma posse de terras no lugar PA-JEHÚ, deste termo, iniciada na estrada que sai do dito lugar Pajehú para o Tamboril, pela parte do poente da estrada, até onde extremar com a fazenda do inventariado, cujas terras é só pela parte do norte, com meia légua de ilharga do Riacho São João, que houve por compra a Antonio Ferreira Sampaio, avaliada por 60\$000".

Nesta descrição, comporta a confirmação de um reparo histórico, referido em estudos anteriores, e que trata do Brig. Antonio de Sampaio, Patrono da Infantaria do Exército Brasileiro. Esta menção procede do fato de alguns recalcitrantes insistirem em afirmar haver Sampaio nascido na fazenda Victor, desprovidos de fonte afirmativa. No livro *Araújos e Feitosas — Colonizadores do Alto e Médio Acaraú* - Fundação Cultural de Fortaleza — 1995, *op. cit.*, desenvolvi tal comprovação. Isto é, Sampaio veio ao mundo na fazenda Pajeú, localidade onde tiveram moradia e eram proprietários seus pais, Antonio Ferreira Sampaio e d. Antonia de Araújo Chaves. Não questiono que conste na sua ficha de assentamento militar tal informação, provinda de engano do copista, sendo mais provável vir do fato de lá haver morado o pai de Sampaio, nisto resumindo-se seus biógrafos.

Contudo, pelas evidências dos documentos em meu arquivo, não procede tal suposição. A primeira indicação que a desmerece, vem do fato de não existir qualquer desobriga, em época nenhuma, levada a termo na fazenda Victor, não obstante ficar no trajeto dos curas que, partindo da fazenda Ponta da Serra para a Cachoeira — estas curadas — obrigatoriamente deveriam passar naquela localidade. Outra prova primária e que aponta para a forma de aquisição fundiária obtida pelos pais do Brig. Sampaio, é a certidão do inventário de Luiz Vieira de Sousa (3º), tio materno da mãe de Sampaio, que foi c.c. dona Leonarda Bezerra do Vale (2º), esta, tia paterna também de dona Antonia de Araújo Chaves, mãe do Brig., cujas terras só pela parte sul do Riacho São João, adquiridas pelo inventariado por sucessão de seu pai, Cap. Luiz Vieira de Sousa (2º), que foi c.c. Ana Alves Feitosa, os primeiros, avós maternos da mãe de Sampaio, cujo inventário foi processado em Vila Nova d'EL Rei, e julgado no dia 31.01.1831, pelo juiz Vital Raimundo da Costa Pinheiro.

Outra certeza de que os pais de Sampaio tiveram residência na fazenda Pajeú, evidencia o termo de batismo da menina QUITÉRIA, irmã de Sampaio, realizado naquela fazenda no dia

28.07.1828, sendo padrinhos o Cel. José de Araújo Costa e d. Ana do Nascimento Vidal (2ª) [Liv. de Bat. de 1825-1829, p. 89]. Agora, resulta a prova de que os pais de Sampaio foram proprietários no imóvel Pajeú — lado norte — vendida ao Cel. José de Araújo Costa, consoante transcrição anterior. Detive a escritura particular de venda do imóvel Queimadas, feita pelo pai de Sampaio — Antonio Ferreira Sampaio —, datando o documento desta forma: “Victor, 8 de maio de 1859 (sic)”, inexistindo qualquer documento anterior que traga referência àquela localidade. Mais alto devem falar os documentos, até porque nenhum biógrafo de Sampaio apresenta qualquer prova de haver ele nascido na fazenda Victor. É um crasso erro biográfico desfeito pela escritura, cujo original foi por mim doado ao Museu Brig. Antonio de Sampaio, no QG. da 10ª. RM., por ocasião de sua inauguração onde compareci a convite, com ofício de agradecimento da 10ª RM arquivado.

“3. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar ALA-GÔA DO MATO, deste termo, que houve por compra a Miguel Francisco de Torres e sua mulher Maria Ferreira Sampaio, estremando ao norte com terras de Bernardino Pereira da Luz, Manoel Pereira e seus filhos, em uma grota; ao poente, com terras do mesmo inventariado, com as benfeitorias nela existentes, avaliada por 400\$000.

4. Declarou haver mais duas moradas de casas no mesmo lugar Alagoa do Mato, compradas a Miguel Francisco Torres e sua mulher Maria Ferreira Sampaio, avaliadas cada uma em cinquenta mil reis, que importam em 100\$000.

5. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar “ALA-GÔA DO MATO”, deste termo, comprada a Manoel Antonio Sampaio e sua mulher, de que ainda não passou a escritura de venda, avaliada por 25\$000.

6. Declarou mais uma posse de terra no lugar “URUBUZHINO”, de um quarto de légua que comprou a Joaquim de Barros

Galvão e sua mulher Francisca Maria da Penha, extremando com o Riacho São João, da parte do nascente com terras da fazenda Pajehú de dona Francisca da Mota Sousa; ao Poente com terras do mesmo inventariado no lugar Caiçara, para o Sul, com terras do Assude do falecido Capitão Francisco Xavier de Sales, e para o Norte, com terras do Riacho São João, avaliada por 60\$000.

7. Declarou haver mais uma légua de terras no lugar "ALEGRE", deste termo, compradas a Antonio Martins Galvão e sua mulher Luzia de Matos Vasconcelos, extremando com terras da Arara para a parte do nascente no Riacho Mil, de uma parte e outra do Rio, e para a parte do Sul extremando com terras da fazenda Convento, no cume do lajeiro, para a parte do Norte com terras do Capitão Silvestre Rodrigues Veras (filho) no rumo da casa de pedra, e para a parte do Poente, extremando com terras do Irapuá, na barra do Rio, de uma e outra parte, avaliada por setecentos mil reis (700\$000).

8. Declarou mais uma morada de casa no mesmo lugar Alegre, de taipa e coberta de telhas, avaliada por dez mil reis (10\$000).

9. Declarou mais uma posse de terra no lugar "MORRO REDONDO", comprada a Manoel Ferreira Ferro e sua mulher Raimunda Benedita Martins, extremando para o norte, pegando do olho d'água para baixo até a cacimba do novilho, extremando com Belchior de Barros Galvão, para a parte do sul, extremando com terras de Antonio Martins Chaves, para a parte do norte, com terras da fazenda Saco Grande de Francisco Paulino Galvão, avaliada por 150\$000.

10. Declarou mais uma posse de terra com meia légua de comprido, com meia légua de largo para cada banda do Riacho, extremando por um lado com terras do Capitão Víctor e do outro com terras do Capitão Sales, por outro lado com terras de Antonio Martins Chaves e para a outra parte com terras do sítio Arara,

compradas a Antonio Francisco e sua mulher Maria Madalena de Vasconcelos, avaliada por 300\$000". Aqui merece uma elucidação. Não obstante o escrivão não mencionar a denominação do lugar, tais terras, pelos limites, devem ficar à margem do Riacho Arara, afluente direito do Acaraú.

11. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar Riacho Arara, (eis a confirmação) no lugar denominado "Angelim", de uma só banda do Riacho do lado do norte, com os fundos que se acharem, extremando para cima com terras do mesmo inventariado e para baixo com terras de Raimundo Ferreira Chaves, compradas a Benedito Martins Chaves, avaliada por 200\$000.

12. Declarou mais uma posse de terra de criar no lugar "RIACHO DA ARARA", de uma parte do rio, pegando da parte do nascente extremando com terras de dona Leonarda Bezerra do Vale, no lugar de um cercado de Antonio Martins Chaves, e para a parte do poente, extremando com terras de Francisco Pedrosa do Vale aonde faz barra o riacho do Urubú, para a parte do norte, com terras do mesmo inventariado e do Capitão Víctor de Barros Galvão, compradas a Quitéria Ferreira Mimosa, avaliada por 120\$000.

13. Declarou mais uma posse de terras de criar gados no lugar "BELÉM", em cima da Serra das Matas, deste termo, compradas a Domingos José da Silva, avaliada por 10\$000.

14. Declarou mais duas posses de terras sem extremas no lugar "BELÉM", em cima da Serra das Matas, deste termo, compradas a Faustino José Dias e sua mulher Úrsula Maria da Conceição, avaliadas por 20\$000.

15. Declarou mais uma sorte de terras no lugar Riacho do Mulungu, lugar denominado "MULUNGU", hoje Monte Alegre, deste termo, compradas a Antonio de Souza Carvalho e sua mulher Ana Alves Feitosa, extremando da barra do mencionado Riacho Mulungu até as nascenças; para o Nascente, com terras

do Capitão Antonio Ribeiro Campos, servindo de extrema a alagoa da Vaca Brava, e para a parte do Poente, com terras do Capitão Francisco Xavier de Sales, servindo de extrema o Massapê do Correia, onde tem uma aroeira grande e umas barrocas, avaliada por um conto de reis (1.000\$000).

16. Declarou haver mais uma morada de casa no mesmo lugar "MONTE ALEGRE", de taipa e coberta de telhas, avaliada por 20\$000.

17. Declarou haver mais uma légua de terra no lugar "BOA VISTA", deste termo, no rio Acaracu, cuja légua de terra ou o que se achar principiam suas extremas ao Poente com a fazenda Serrote, no riacho Fundo; ao Nascente, com terras do mesmo inventariado no Boqueirão do Salobro, ao Sul, com terras do São João, e ao Norte com a Serra das Matas, havida por herança do pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 500\$000.

18. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "BOA VISTA", deste termo, no rio Acaracu, cuja posse de terra tem meia légua, pouco mais ou menos, principiando suas extremas ao Poente com o Boqueirão do Salobro; ao Nascente, na Cachoeira do mesmo rio, com terras do inventariado, ao Norte com a Serra das Matas, e ao sul, com terras do Riacho São João, que houve por compra aos herdeiros do finado Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 400\$000.

19. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "MANIPUEIRA", em cima da Serra das Matas, deste termo, que houve ao casal do inventariado por compra ao Ten. Cel. Joaquim José de Castro, avaliada por 10\$000.

20. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SÃO GONÇALO", em cima da Serra das Matas, deste termo, que o casal do inventariado houve por troca ao Ten. Cel. Joaquim José de Castro, e avaliada por 10\$000.

21. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "JUNCO", deste termo, extremando com terras do Capitão Antonio Martins Veras para o Nascente, com terras do Pajehú para o Poente, com terras do Olho d'Água e do Assude para o Sul, sendo ditas terras por um e outro lado do Riacho São João, aliás, só pela parte do Sul, compreendendo nesta posse de terra o lugar onde se acha situado o Capitão José Felipe Ribeiro Campos, por haver este trocado com o casal do falecido inventariado por igual quantidade de terras no lugar Floresta, deste termo, avaliada por 500\$000". OBS. Terras do Campo Nobre.

22. Declarou haver mais duas léguas de terras ou o que na verdade se achar, no lugar "ASSUDE", deste termo, de uma só banda do Riacho, lado da parte Sul, extremando para o Nascente com terras de Lourenço Alves de Castro; para o Poente, com terras da fazenda Barra, na confrontação da alagoa de São Francisco, para o Norte com terras do mesmo inventariado, e para o Sul, com terras dos herdeiros do finado Capitão João Ferreira Chaves, cuja terra houve ao casal do finado por compra a Francisco Benjamim Lopes e sua mulher Isabel Alves Feitosa e Valle, avaliada por 900\$000.

23. Declarou haver mais uma morada de casa no mesmo lugar Assude, avaliada por 20\$000.

24. Declarou haver mais uma légua de terras de criar, no lugar "CACONHA", no rio Acaracu, deste termo, compradas a Pedro Martins de Araújo Veras e sua mulher dona Anna Rodrigues Veras, extremando para o Poente com terras da fazenda Mata-Frêscas, para o Nascente com terras da fazenda Convento, para o Norte, com terras da fazenda Alegre, e para o Sul, com terras da Fazenda Cachorro, avaliada por 300\$000.

25. Declarou haver mais uma morada de casa no mesmo lugar Caconha, avaliada por 20\$000".

Duas passagens exigem atenção na descrição do imóvel Caconha. A primeira delas, é que estas terras foram adquiridas

pelo Cel. José de Araújo Costa a Pedro Martins de Araújo Veras, sobrinho e genro de Silvestre Rodrigues Veras (o novo), da fazenda Cascavel, envolvidos na rixa com os Macieis, ambos "imortalizados" no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha - Edições EDIOURO — Rio — 1992, comemorativa do 90º aniversário da 1ª. edição, p. 83. Outra menção encontrada na descrição é feita ao imóvel Cachorro, onde nasceu o legendário Vicente Lopes Vidal de Negreiros, mais conhecido por Vicente da Caminhadeira. A ele, Euclides faz referência à mesma p. designando-o de "*Vicente de Aracatiaçu* (sic)". Passou Vicente a morar naquela localidade, quando foi forçado a mudar-se do território de Tamboril, lá adquirindo a fazenda Caminhadeira, donde lhe veio o epíteto.

26. Declarou haver mais uma posse de terra nesta Villa, sem extremas, no rio Acaracu, compradas ao Tenente João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher donna Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 60\$000.

27. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "Tamboril", desta Villa, sem extremas, compradas ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher Maria José de Araújo Sales, avaliada por 180\$000.

28. Declarou haver mais no lugar "Tamboril", desta Villa, no Rio Acaracu, uma posse de terra comprada a Bernardo Pereira de Oliveira, extremando pela parte do Nascente com terras do "Juá", pela parte do Poente com terras da "Cacimbinha", pela parte do Sul, com terras do Pajehú, e pela parte do Norte, com terras da Santa Bárbara, avaliada por 60\$000.

29. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "Tamboril", nesta Villa, a margem do Rio, inclusive cercado, sem extremas, compradas a Balthazar Pereira dos Reis e sua mulher Quitéria Maria da Conceição, avaliada por 400\$000.

30. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "Tamboril", nesta Villa, a margem do Rio Acaracu,

havia por troca com o Cel. José Felipe Ribeiro Campos, avaliada por 60\$000.

31. Declarou haver mais uma posse de terra, sem extremas a margem do Rio Acaracu, nesta Villa, no lugar "Tamboril", havida por herança do finado pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 180\$000.

32. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "SEDRO", deste termo, comprada a Balthazar Pereira dos Reis e sua mulher Quitéria Maria da Conceição, avaliada por 120\$000.

33. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "SEDRO", deste termo, comprada a João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 10\$000.

34. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "SEDRO", deste termo, havido por herança do finado pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 30\$000.

35. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "SERROTE", a margem do Rio Acaracu, compradas ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher Maria José de Araújo Sales, avaliadas por 400\$000.

36. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SERROTE", deste termo, a margem do Rio Acaracu, compradas a João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher Rachel do Brasil Montenegro, avaliadas por 150\$000.

37. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SERROTE", deste termo, a margem do Rio Acaracu, havidas por herança do finado pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 400\$000.

38. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SACCO", deste termo, havida por compra ao Cel.

Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher Maria José de Araújo Sales, avaliadas por 60\$000.

39. Declarou haver mais uma posse de terras no lugar "SACCO", deste termo, havida por herança do finado pai do inventariado, avaliada por 60\$000.

40. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SÃO JOÃO", deste termo, compradas ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher Maria José de Araújo Sales, avaliada por 150\$000.

41. Declarou haver mais uma posse de terras, sem extremas, no lugar riacho "SÃO JOÃO", deste termo, compradas a João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher Rachel do Brasil Montenegro, avaliadas por 30\$000.

42. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SÃO JOÃO", deste termo, havidas por herança do finado pai do inventariado, avaliadas por 120\$000.

43. Declarou haver mais uma posse de terras no lugar "MANIPUEIRA", deste termo, em cima da Serra das Matas, comprada ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher Maria José de Araújo Sales, avaliada por 12\$000.

44. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "MANIPUEIRA", deste termo, compradas ao Tenente João Ribeiro Pessoa e sua mulher, donna Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 4\$000.

45. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "MANIPUEIRA", em cima da Serra das Matas, deste termo, havidas por herança do finado pai do inventariado, Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliado por 12\$000.

46. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SÃO GONÇALO", em cima da Serra das Matas, deste termo, compradas ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher donna Maria José de Araújo Sales, avaliadas por 10\$000.

47. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "SÃO GONÇALO", sobre a Serra das Matas, deste termo, havida por herança do finado pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 10\$000.

48. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "ARARA", deste termo, comprada a João Ribeiro Pessoa e sua mulher donna Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 20\$000.

49. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "ARARA", deste termo, havida por herança do finado pai do inventariado, Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 60\$000.

50. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "QUIRINO", aliás "QUEIMADAS", deste termo, comprada a João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher donna Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 20\$000.

51. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "QUEIMADAS", na Várzea do Pinheiro, deste termo, havida por herança do finado pai do inventariado, Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 60\$000.

52. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "ALAGÔA DO MATO", deste termo, da barra do Acaraçu, compradas ao Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales e sua mulher donna Maria José de Araújo Sales, avaliada por 10\$000.

53. Declarou haver mais uma posse de terra no mesmo lugar "ALAGÔA DO MATO", no termo da barra do Acaraçu, desta Província, havida por herança do finado pai do inventariado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, avaliada por 10\$000.

54. Declarou haver mais uma posse de terra no lugar "VACA BRAVA", do termo de Quixeramobim, desta Província, havidas por herança do finado Capitão Antonio Ribeiro Campos, avaliada por 60\$000.

55. Declarou haver mais uma posse de terra, sem extremas, no lugar "POÇO GRANDE", havidas por herança da finada donna Anna de Carvalho, avaliada por 10\$000.

56. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "JOÃO LOPES", havidas por herança do finado Capitão Antonio Ribeiro Campos, avaliada por 30\$000.

57. Declarou haver mais por aforamento de Quixeramobim, desta Província, hum sítio de uma légua denominado "JACINTHO", extremado ao Poente, com água do Acaracu, ao Nascente, com a Barra do Olho d'Águinha, ao Norte, no divisor das águas do Sedro, ao Sul, nas quebradas da serra, avaliada por 200\$000.

58. Declarou haver mais uma posse de terra sem extremas, no lugar "VACA BRAVA", por uma e outra banda do riacho Carahubas, do termo de Quixeramobim, desta Província, comprada a João Guerreiro Ribeiro e sua mulher Maria Joanna de Jesus, avaliada por 60\$000.

59. Declarou haver mais uma posse de terras sem extremas, no lugar "FLORESTA", deste termo, no Riacho São João, compradas a João Ribeiro Pessoa Montenegro e sua mulher Rachel do Brasil Montenegro, avaliada por 200\$000.

60. Declarou haver mais um quarto de terras, pouco mais ou menos, sem extremas, no lugar "FLORESTA", no Riacho São João, deste termo, havidas por troca com o Capitão José Felipe Ribeiro Campos e sua mulher donna Raimunda Francisca de Vasconcelos, por outra de igual porção no lugar Alagoa do Desterro, à margem esquerda do mesmo Riacho São João, hoje Campo Nobre, avaliada por 250\$000.

61. Declarou haver mais onze pés de coqueiro botadores, no lugar "Serrote", deste termo, avaliados a quatro mil reis, que importam na quantia de 44\$000.

62. Declarou haver mais treis pés de coqueiros no lugar "Sacco", deste termo, avaliados cada um a quatro mil reis, que importam na quantia de 12\$000.

DÍVIDAS ACTIVAS: É extenso enumerar a grande quantidade de pessoas que ficaram a dever ao Cel. José de Araújo Costa, transcrição que tornaria este estudo bastante lato. Delas, ressaltó a que comprova haver sido seu procurador Vicente Lopes Vidal de Negreiros, conhecido por Vicente da Caminhadeira: "Declarou haver mais um crédito de Vicente Lopes Vidal de Negreiros, assignado em dezasseis de março de mil oitocentos e sessenta e quatro, proveniente de dinheiro apurado pelo mesmo, da quantia de duzentos e vinte e dois mil e seiscentos reis, que sahe (222\$600). (sic)".

Prescindem maiores comentários sobre o imenso patrimônio do inventariado, merecendo adiantar — insisto — que foi o maior proprietário rural da história fundiária de Tamboril, informação que me autoriza a descrição, e a função de Oficial do Registro de Imóveis de Tamboril, exercida por mais de quatro décadas.

Sem dificuldade, constata-se na descrição que nada menos de 27 imóveis rurais, todos com diferentes denominações, lhe pertenceram. Ao leitor que desconhece a topografia do município de Tamboril, adianto que todo o curso do rio Acaraú, desde o seu divisor de águas com o rio Quixeramobim, afluente do Jaguaribe, com a interrupção da herança das duas irmãs - Beatriz Francisca de Vasconcelos e Ana Alves Feitosa (neta) - no imóvel Serrote, ultrapassando a cidade de Tamboril até a localidade de Cacimbinha, foram terras por ele possuídas. Este percurso, não é inferior a 35 kms., em linha reta.

Certo é, tal escrevi alhures, haver sido o dinâmico senhor do Solar da Caiçara um homem voltado, especificamente, para as atividades agropecuárias. Extremamente laborioso, é fácil constatar que a grande maioria dos seus bens provieram de compras, inclusive de irmãos e demais parentes, em muito ultrapassando os

descritos no inventário do avô paterno português e homonímico, Capitão José de Araújo Costa. É que o também descendente deste, o historiador Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, ao fazer a descrição dos bens do avô português-sobralense com acentuada admiração, às ps. 155/157, no livro *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*, menciona apenas 10 propriedades rurais e 60 vacas parideiras. Antes, faz referência a “muitos objetos de ouro, entre colares, cadeados, cordões e a coberta de uma verônica dos Santos Reis (sic)”.

Ora, causa perplexidade o que consta na descrição do inventário do neto tamborilense, onde aparecem menções a objetos variados, restando como ouro, apenas um crucifixo de oito oitavas, ou sejam, 28,64 gramas. Nunca foi meu propósito escrever História, enfaticamente, trabalhando com versões orais, tais “*diz o povo*”, “*falam na rua*” ou “*rezam as crônicas*”. No entanto, diante de tão inusitado fato, até estórias de “*visagem*” ocorreram e adiante narrarei, dando, contudo, sua fonte originária, à quem remeto a responsabilidade.

Igualmente e com muito trabalho, consegui daqui e dali várias notícias documentais do inventário da viúva, dona Ana do Nascimento Vidal (2ª), falecida menos de um ano após o marido — 1865 —, onde deparei curiosa divergência nas declarações, provindas do fato de que, no inventário do marido, só foram descritas escravas do sexo feminino. Já na descrição do inventário da viúva, são mencionados todos, sem distinção de sexo, num total de 13. Não compreendi a razão de tal procedimento processual.

Outra revelação na descrição do inventário do Cel. José de Araújo Costa, é a quase certeza de que o Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, seu irmão mais moço, faleceu antes. Isto, está manifesto pelas aquisições feitas aos descendentes do Cel. Diogo Lopes, como é caso das filhas Maria Genebra de Vasconcelos c.c. Ten. Cel. Joaquim José de Castro e Maria Francisca de Vasconcelos, c.c. Ten. Cel. José Felipe Ribeiro Campos.

Evidencio que do casal — Capitão Francisco Xavier de Sa-

les Araújo e d. Francisca Alves Feitosa —, nasceram cinco filhos, que foram: 1. Cel. José de Araújo Costa, c.c. d. Ana do Nascimento Vidal (2ª); 2. Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, c.c. d. Maria José Rodrigues de Farias, que após o casamento passou a assinar-se Maria José de Araújo Sales; 3. Beatriz Francisca de Vasconcelos, que foi c.c. o Cel. Antonio Ribeiro Campos, ele em segundas núpcias; 4. Josefa Alves Feitosa (homônima da bisavó materna), que foi c.c. José Casemiro Pessoa Montenegro, e 5. Ana Alves Feitosa (neta), que foi c.c. Antonio de Souza Carvalhedeo (bisneto). Somente os filhos varões e Josefa c.c. José Casemiro, deixaram descendência.

A PROLE DO SENHOR DA CAIÇARA

8|

Os ricos proprietários rurais daqueles idos, embora afortunados materialmente, poucos eram alfabetizados, razão que os levou a dar aos filhos rudimentares conhecimentos nas letras. Quase todos prolíficos, tal praxe causou aos descendentes transtornos e dissabores vários. Com o advento de novos tempos e costumes, muitos não tinham vocação para as lides rurais, motivando a dissipação de suas heranças. Boa parte, falecia em quase absoluta miséria. Dentre outros, cito o exemplo já mencionado no livro *História de Tamboril*, 2ª edição, *op. cit.*, p. 154. É que, apesar do Ten. Cel. Joaquim José de Castro, comprovadamente o político mais importante de toda a História de Tamboril, membros de sua descendência faleceram em estado de pobreza, tais as conhecidas por *Moças Velhas do Serrote*, fato até hoje comentado por pessoas idosas, em Tamboril.

Embora possuidor de inestimável riqueza, nesta infelicidade incorreu o Cel. José de Araújo Costa, não sendo justificável as dificuldades educacionais da época, pois seu irmão, Cel. Diogo Lopes, deu à Tamboril o primeiro bacharel em direito, Dr. Herculano de Araújo Sales, promotor público e primeiro deputado natural de Tamboril, por 4 legislaturas.

Finda a digressão, volto-me à prole. Muito resumida e incompleta, eram as declarações preliminares nos antigos inventários, até mesmo no século XX, quer no que respeita aos bens, como até mesmo a relação dos herdeiros naturais. No caso do Cel. José de Araújo Costa, consegui a relação dos seus filhos buscando maiores e melhores conhecimentos, em antigos documentos e outras fontes afins. Hei-la:

I. ANTONIO RIBEIRO CAMPOS DE NORONHA, primogênito, homônimo do padrinho e avô materno. Foi c.c. Prudência Ribeiro Campos. Nasceu no dia 03 de agosto de 1827, na fazenda Caiçara, onde foi batizado, vindo a falecer no dia 07.01.1879, com a jovem idade de 51 anos, de cujo inventário tenho cópia arquivada. Deixou os seguintes herdeiros:

1. Prudenciana Ribeiro Campos, viúva, com 42 anos.

FILHOS:

1. Antonio Ribeiro Campos de Noronha — atente-se para a homonímia — com 25 anos de idade, casado.

2. Umbelina Ribeiro Campos, solteira 24 anos.

3. Anastácio da Cruz Ribeiro Campos, 23 anos, solteiro.

4. José Ribeiro Campos, 19 anos, solteiro, gêmeas.

5. Maria Ribeiro Campos, 19 anos, solteira.

6. Manoel do Nascimento Ribeiro Campos, 18 anos, solteiro.

7. João Ribeiro Campos, 14 anos, solteiro.

8. Manuela Ribeiro de Araújo Costa, 11 anos, solteira.

9. Aprígio Ribeiro Campos de Noronha, 9 anos.

10. Joaquim Ribeiro de Araújo Sales, 6 anos.

Por imposição genealógica, adianto que os sobrenomes Ribeiro Campos, deram origem a outras progênies, e delas, a quase totalidade dos descendentes ignora suas origens do Cel. José de Araújo Costa.

II. JOSÉ DE ARAÚJO COSTA, homônimo do pai e do bisavô paterno, nasceu em dia e mês imprecisos do ano de 1830, tendo casado com Isabel de Araújo Costa. No dia 22.05.1865, fez testamento público, legando todos os bens à mulher. Faleceu com a prematura idade de 37 anos, no dia 22.11.1867, não deixando descendência.

III. MARIA FRANCISCA DE ARAÚJO ROCHA, nascida em dia e mês indeterminados do ano de 1837, tendo sido casada com Francisco Cordeiro da Rocha. De seus filhos, temos conhecimento, apenas, de Ana Ribeiro Cordeiro de Sales Campos, que foi c.c. o Dr. Francisco de Sales Ribeiro Campos. Bacharelado-se em direito, aqui exerceu, a função de Juiz de Direito, Promotor de Justiça, tendo sido Juiz em Crateús. Foram bisavós paternos do Pe. José Acrísio Vale Sales e demais filhos de Anastácio Farias Sales e Olga do Vale Sales, tendo estes exercido as funções de Prefeitos Municipais de Tamboril.

IV. VICENTE ALVES DE ARAÚJO SALES nasceu em dia e mês imprecisos do ano de 1835, casado com Maria Teodora de Araújo. Compôs, como vereador a primeira Câmara Municipal de Tamboril, onde tomou assento no dia 26.06.1863, contando 28 anos de idade. Encontramos o batismo de um filho do casal, com o prenome Antonio, constante do livro nº 17, de 1856-1861, da matriz da Serra dos Cocos, nascido no dia 15.03.1860. Em arquivo, tenho comprovação da venda de sua herança paterna, como mostra uma escritura datada de 03.11.1890. Nenhum outro dado, me foi possível obter.

V. ANA MARIA DE ARAÚJO PESSOA, nascida em dia e mês desconhecidos do ano de 1839. Casou em primeiras núpcias com Anastácio Pessoa de Castro, filho do Ten. Cel. Joaquim José de Castro e dona Maria Genebra de Vasconcelos, por conseguinte, primos em 2º grau. Deste consórcio, nasceram os filhos José, Joaquim, Anastácio, Maria e Ana, todos com prenomes indicativos de homenagem aos ascendentes. Eram todos menores, quando, prematuramente faleceu o pai no ano de 1866. Ana Maria veio a contrair segundas núpcias com José Gonçalves da Silva Sobrinho, advindo-lhes os filhos Amália, Ismênia e José, os quais, também ficaram na orfandade com o fenecimento da mãe. No dia 07.10.1884, José Gonçalves da Silva Sobrinho assume a tutela dos filhos menores, depois de prolongado litígio judicial com o

avô paterno dos primeiros, Ten. Cel. Joaquim José de Castro. Dos descendentes de Ana Maria, tenho notícia documental apenas do primogênito do 1º. matrimônio, José Casemiro de Araújo Pessoa, que foi c.c. Maria Ribeiro Pessoa, tendo ele exercido a função de Coletor Estadual de Tamboril até o dia 15.04.1900.

VI. FRANCISCA DE ARAÚJO COSTA PINHEIRO, que foi casada com Victal Raimundo da Costa Pinheiro. Nasceu na fazenda Caiçara no dia 03.07.1841, batizada na mesma localidade pelo Pe. José Gomes Ferreira Torres, em desobriga no dia 25.07.1841. Faleceu no dia 19.04.1914, com 73 anos de idade, sendo dos descendentes do Cel. José de Araújo Costa, o de maior longevidade. Deixou os seguintes filhos:

1. José de Araújo Costa Pinheiro, que foi c.c. Maria Ribeiro Campos Pinheiro, ditos como moradores na fazenda Boa Vista.

2. Maria Francisca de Araújo Magalhães, falecida antes da mãe, c.c. Antonio de Oliveira Magalhães, moradores no lugar Olho d'Água dos Bois, no município de Santa Quitéria, deixando os seguintes filhos: Frederico Pinheiro Magalhães, com 21 anos de idade, morador em Baturité; Francisca Magalhães, com 19 anos de idade, e Vespasiano Pinheiro Magalhães, com 11 anos, todos moradores no município de Santa Quitéria. Deles procede a família Magalhães, de Canindé.

VII. ANASTÁCIO DE ARAÚJO COSTA SALES, último filho do Cel. José de Araújo Costa e de dona Ana do Nascimento Vidal (2ª.). Nasceu no dia 30.07.1844, na fazenda Caiçara, sendo batizado no dia 25.08.1844, na capela de Santo Anastácio, único dos filhos a ser cristianizado em Tamboril. É o seguinte, o texto do seu assento de batismo: *"ANASTÁCIO, filho legítimo de José d'Araújo Costa e de donna Anna do Nascimento Vidal. Nasceu no dia trinta de julho de mil oitocentos quarenta e quatro, e foi solenemente batizado de licença minha na Capella do Tamboril, pelo Reverendo Joaquim Cordeiro da Rocha, a vinte e cinco de agosto do*

mesmo ano, sendo padrinhos Joaquim José de Castro e Izabel Maria de Jesus, do que para constar mandei fazer este assento em o qual me assigno. Vig. Francisco Correia de Carvalho e Silva (sic)" [Livro de Assentos da Freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, 1841-1844, p. 170v.]. Cópia em meu Arquivo.

Quando faleceu seu pai, no dia 10.06.1864, contava apenas 19 anos, sendo-lhe nomeado Curador de Órfãos, Pedro Honorato de Araújo Chaves. No ano seguinte — 1865 — por ocasião do inventário de sua mãe, d. Ana do Nascimento Vidal (2ª.), foi-lhe nomeado Curador Geral de Órfãos, o Ten. Cel. José Felipe Ribeiro Campos.

O FILHO CAÇULO

9 |

Não persiste causa específica, embora seja o autor bisneto materno de Anastácio de Araújo Costa Sales, para sobrepô-lo e realça-lo neste estudo. Motiva-me, tão-somente, a razão maior de haver ele ocupado, até o final dos seus dias, o velho Solar da Caiçara. Por outro lado, embora caçulo, foi o único dos filhos do Cel. José de Araújo Costa a demonstrar vocação para a vida campestre, sendo, entre todos, o proprietário de maior número de imóveis rurais, como está adiante.

Pouco tempo de convivência paterna e materna desfrutou, pois, sucumbindo-lhe os pais em anos seguidos, ficou órfão e de menoridade. Não obstante tal infelicidade, foi o mais laborioso e obstinado dos filhos do velho Solar, pois, pesquisando daqui e dali obtive cópias de 4 inventários doutros filhos do Cel. José, que me autorizam tal afirmação.

Em plena mocidade, faltando-lhe de forma repentina os pais, ficou a residir na antiga na fazenda Caiçara, não obstante lá não haver herdado, vindo a comprá-la 15 anos depois, já das mãos do cunhado e compadre Victal Raimundo da Costa Pinheiro, reformando a casa que lhe viu nascer, viver e morrer, antiga e primitiva moradia dos seus maiores. Não satisfeito, comprou a parte norte da mesma fazenda, já das mãos de José Honorato de Araújo Chaves, que, por seu lado a havia adquirido de outros herdeiros do Cel. José de Araújo Costa. Sucessor único da vocação e obstinação paterna, desenvolto lutador, passou a adquirir de seus irmãos — a exemplo do que fizera o pai — grande parte do que havia pertencido aos seus antepassados.

Nada lhe obstava os passos, sendo ainda agravado - segundo informam alguns documentos - haver sido uma criança de

saúde débil, razão que motivou sua mãe, d. Ana do Nascimento Vidal (2ª.), a fazer promessa ao padroeiro Santo Anastácio, pelo restabelecimento do caçulo. Tal promessa foi pelo filho cumprida, atestada pela doação que fez de uma imagem de Santo Anastácio, referida em *História de Tamboril*, 2a. Edição, ps. 79/80, e que se encontra na Igreja Matriz de Tamboril, fato de conhecimento da população letrada, inclusive confirmada pelo próprio vigário, Pe. Helênio Pereira, prefaciante do estudo *História de Tamboril*, 1a. Edição, corroborada pela dinâmica Secretária Paroquial de então, Rita de Lira Salgueiro.

Por ocasião do falecimento repentino do pai, foi vítima de um engodo perverso praticado por um cunhado, cuja versão é até hoje corrente entre os sobreviventes idosos e descendentes do Cel. José de Araújo Costa. Com maiores e melhores detalhes, o fato me foi narrado pelo trineto, sr. Sebastião Araújo Quirino, comerciante estabelecido na cidade de Tamboril, à Travessa Floriano Peixoto, lado norte do Mercado Público.

Ocorrendo de surpresa, natural é que a morte repentina de uma figura do porte do Cel. José de Araújo Costa, suscite vexatória situação aos familiares. Por ocasião do triste evento, lá se encontravam a mulher, de visita um genro do falecido, o caçulo Anastácio e os escravos. Mandou o genro Vital Raimundo ao cunhado e aturdido rapaz, que selasse um cavalo e saísse avisando a parentes, amigos e vizinhos a infausta notícia, no que foi prontamente atendido.

Aproveitando-se da ausência do jovem, e da consternação e constrangimento que o falecimento inesperado produziu à viúva e serviçais, assim agiu Vital. Determinou a um escravo que enchesse dois baús, cobertos de couro - muito em uso pelos mascates do sertão - de todos os objetos de ouro que fosse encontrando, indicando onde estavam guardados. Isto feito, ordenou ao negro que fosse esconder a valiosíssima "encomenda" após o conhecido "cordão-de-pedra", indicando o local, obviamente conhecido

do escravo. Consumado o roubo, fingindo constrangimento e pesar, continuou recebendo os visitantes.

A noite firmou-se, o tempo decorreu, os presentes na "sentinela" oravam e expressavam sentidos pêsames, e do obediente escravo e tão valiosa carga nunca mais houve notícia, embora em época próxima, de muitos fosse identificado o realizador. Prosseguiu Sebastião, adiantando que após a morte do abjeto genro, em noites escuras, pessoas de casa passaram a escutar o pisar de um animal, provindo do *cordão-de-pedras*, chegando a ouvir-se o tilintar de metais. Quem conhece o local sabe que, quem provém do dito *cordão-de-pedras*, segue a trajetória sul-norte, tendo, forçosamente, que passar muito próximo da calçada do casarão, sob a copa de centenário e frondoso juazeiro. Quando o animal chegava a emparelhar-se com a casa, ouvia-se o comando de um tangerino:

— Buuuuro!...

Neste instante, tudo voltava ao mais absoluto silêncio. Vai além Sebastião, pois, namorando uma prima, filha de Eurico Araújo Alves — Rosa Maria — com quem veio a se casar, sendo Eurico bisneto do Cel. José de Araújo Costa, e habitando à época o velho Solar, aconteceu o insólito. Estando Sebastião, numa indeterminada noite sentado à calçada, juntamente com Rosa Maria e outros familiares, foram todos surpreendidos com o acontecimento narrado.

É inteligível que tal notícia desmereça exame. Todavia, causa espécie e pasmo que um homem de tão avantajada fortuna, infinitamente superior a do avô português homonímico, deixasse como único objeto de ouro um crucifixo, herdado pela viúva, e por último, pelo caçulo. Trarei à lume, com provas documentais, a ignominiosa vilania deste genro do Cel. José de Araújo Costa, Vital Raimundo da Costa Pinheiro, autêntica e única **ovelha negra** a compor a família, apenas e felizmente, por afinidade.

Finda a digressão, sigo com o biografado. Praticando intensas atividades rurais, aos 47 anos Anastácio Coronheira sofreu

um AVC — acidente vascular cerebral —, em decorrência do qual ficou semiparalítico por 4 anos. Durante tal padecimento, passou parte do tempo deitado numa rede, servido por familiares e criados.

Depois de razoável melhora, iniciou a mover-se pela casa sentado numa esteira. Nessa época, a título de ocupação e passatempo, adquiriu a prática artesanal de fazer coronhas para espingardas, donde lhe veio a alcunha de “Anastácio Coronheira”. No decurso da enfermidade, gerenciou-lhe os bens, como procurador, o cunhado Victal Raimundo da Costa Pinheiro, reassumindo o comando de seus bens após seu miraculoso restabelecimento.

É de conhecimento de toda gente, haver sido Anastácio Coronheira um homem de acentuado espírito humanitário e caritativo, sendo de todos seus descendentes conhecido o episódio, ocorrido entre ele e o vaqueiro Antonio Francisco Jacaúna, por ocasião da grande seca de 1877. Vendo grassar a fome e a miséria entre os famintos retirantes, adotou o costume de doar aos que passavam em sua porta, ajuda em víveres, tais como farinha, feijão, rapadura etc., e, em alguns casos um carneiro ou um bode. Pasmado de tanto ver sair animais do chiqueiro, certo dia, disse-lhe Antonio Francisco:

— *Meu padrinho, com este que o senhor acaba de dar, já passam de 90 cabeças...*

Replicou-lhe Coronheira:

— *Antonio, eu não quero saber quantas já dei, mas, quantas ainda tenho pra dar!*

Passagens semelhantes, são contadas através dos tempos, todas revelando este impulso natural em assistir os desvalidos. Muitos dos seus velhos afilhados tinham o prazer de dizer, que a estátua grande de Santo Anastácio, em gesso (o Bispo), “era o padrinho Coronheira, que havia virado santo”. O autor destas linhas, no final dos anos 50, ouviu estes dizeres proferidos por dois afilhados de Coronheira, já avançados nonagenários. Um deles, filho de

um antigo vaqueiro de Coronheira, foi o sr. Francisco Ferreira dos Santos, conhecido por Chico Quilé que, vindo de sua propriedade União, tinha o costume — nas feiras dominicais — de almoçar na casa de minhas tias. Outro, foi o sr. Anastácio Jacaúna, conhecido por Anastácio Severo, filho de Antonio Francisco Jacaúna, que igualmente o tinha na condição de santificado.

Sua curta existência foi suficiente à que, em seu perdulário coração, vencendo as falsas e hipócritas convenções sociais da época — hoje prática habitual em todas as classes — vivesse em público concubinato com três mulheres: Maria Gonçalves Chaves, com quem teve prole numerosa e viria a se casar; Luzia Ferreira Chaves, com quem não houve descendência, e, Francisca Pereira da Luz c.c. Anastácio Pereira da Luz, que lhe deu um filho — José de Araújo Costa — homônimo do avô e trisavô paternos.

Gravemente enfermo do derrame padecido, no dia 14.10.1891, é lavrado um testamento à si atribuído, motivo de extenso litígio judicial adiante narrado, cujo teor — *verbum pro verbo* — é o seguinte: “Em nome da Santíssima Trindade, Padre Filho Espírito Santo, em que eu Anastácio de Araújo Costa Sales firmemente creio, e em cuja fé tenho vivido e protesto morrer como bom e fiel catholico. Achando-me gravemente doente, com perfeito conhecimento do que faço, vou proceder a este testamento e disposições de última vontade, afim de dispor de minha terça na forma das leis do Pais para depois de minha morte. Declaro que sou cidadão brasileiro, honra de que muito me préso, natural desta freguesia, filho legítimo do Coronel José de Araújo Costa e de dona Anna do Nascimento Vidal, já falecidos. Falecendo nesta freguesia, desejo que meu enterro seja feito sem pompa alguma, conforme os usos do lugar, e meu corpo seja inhumado em sepultura perpetua ou da forma que intender o meu testamentário; e mando que por minha alma se digão cinquenta missas e vinte e cinco pela de meus pais. Declaro que sou solteiro, de quarenta e sete annos de idade, morador na fazenda Caiçara, onde crio gados

e animais, assim como noutras partes do município. Declaro que tenho de Maria Gonçalves da Conceição (que depois se assina-ria Maria Gonçalves Chaves), mulher solteira e sem impedimen-to para casar-se as filhas Anna, Maria, Amélia, Maria Capitulina, Emilia e Francisca, que as reconheço por minhas, como já também o disse em escripturas públicas, e as instituo por minhas herdeiras na parte que por lei lhes competir. Instituo também como aquellas por minha herdeira ou herdeiros não somente o postthermo que der á luz a referida Maria Gonçalves da Conceição, como outro qualquer filho ou filha que ella venha ater enquanto vivermos jun-tos, casa, teúda e manteúda. Deixo ao menor José de Araújo Cos-ta, uma posse de terra das que possuo, assim como vinte cabeças de gado de bizerra a vaca, cujo menor é filho de Francisca, casada com Anastácio Pereira da Luz. Deixo a Maria Gonçalves da Con-ceição e a sua irmã Luzia a quantia de duzentos mil réis para cada uma, em bens de minha propriedade. Deixo ao meu compadre Victal Raimundo da Costa Pinheiro a quantia de duzentos mil réis, ou bens que importem nessa quantia. Deixo a minha irmã Francisca de Araújo Costa Pinheiro a quantia de tresentos mil réis, digo a quantia de quinhentos mil reis, com a condição de que a ella deixo ser incomunicável com os bens do seu marido o sobre dito Victal Raimundo da Costa Pinheiro, e livres de sugeição ao pagamento de qualquer dívida passiva que deva e pôssa a vir a dever o casal, inclusive a condição de ella não pode alhear. Deixo a minha sobrinha Maria Francisca de Araújo Pinheiro, a quantia de quinhentos mil reis ou em bens que deem este valor, com a condição do que a ella tocar, ficar em poder do tutor de minhas filhas para ser-lhe entregue quando contrahir seu casamento, sem que aos ditos bens tenha direito ao uzo e fructo seu dicto pai Vic-tal Raimundo da Costa Pinheiro. Deixo para beneficio da Igreja de Santo Anastácio, orago desta freguisia, a quantia de cem mil reis. Declaro mais que todos os legados e deixa serão isentos de qualquer imposto, o qual será tirado da importancia de minha terça. Declaro que estando ainda dentro da força da minha terça

a fiança que assignei por meu procurador no Thesouro Estadual a meu sobrinho José Casimiro de Araújo Pessoa para ser Colletor das Rendas do Estado deste município, cuja fiança não chegou a dois contos de reis, sou contente que prevaleça a referida fiança e hipoteca que fiz, cujo bem hipotecado, livre da fiança com o acabamento do dito lugar de Colletor, reverta a minhas filhas livre de onus. Nomeio para meus testamenteiros a meu compadre José Gonçalves da Silva Sobrinho, e em segundo lugar a meu paren-te José Rodrigues de Farias, a este meu testamento e disposições para que depois de minha morte, e por este revogo qualquer que, por ventura apparecer, de data anterior, embóra seja certo que ne-nhum outro ha. Vai este escripto a meu pedido pelo Tabelião An-tonio Francisco de Lima, e sendo lido e achado conforme dictei; pedi ao Senhor Ignácio Mendes Guerreiro assignasse a meu rogo, visto não poder eu escrever, por meu estado de saúde. Caiçara, 14 de outubro de 1891. A rogo do testador por não poder escrever — Ignácio Mendes Guerreiro. Instrumento de aprovação. Saibão quantos este virem, que sendo no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, aos quatorze dias do mes de outubro, nesta fazenda denominada Caiçara, da Villa do Tamboril, aonde vim eu Tabellião a chamado, ahi foi-me presente Anastácio de Araújo Costa Sales, doente de cama, mas em seu juizo e entendimento do que dou fé, bem como ser elle Anastácio de Araújo Costa Sales, o próprio por ser de mim bem conhecido, e perante as mesmas testemunhas abaixo nomeadas, e no fim assignadas me entregou elle Anastácio de Araújo Costa Sales este papel que disse ser o seu testamento, escripto por mim Tabellião e assignado a rogo e pe-dido pelo Senhor Ignácio Mendes Guerreiro, o qual tomei de sua mão, vi e não li, e achei não ter borrão, entrelinha ou cousa que duvida faça, e a elle testador perguntei se é este seu testamento, e si ha por bom firme e valioso; ao que me respondeu que, sem duvida é este seu testamento, e que ha por bom, firme e valioso, e que por isso me pedia este instrumento de aprovação, o qual eu fiz comessando logo em seguida da assignatura do testador. Foram

testemunhas a tudo presentes — Francisco Magalhães — Manoel Carlos de Sousa — Ponciano Garcia Maranhão — Raimundo Nonato de Mello e Christiano de Oliveira Magalhães, que assignarão com o testador, depois de ser este lido e achado conforme; sendo que a rogo do mesmo testador, por não poder escrever, assignou Ignácio Mendes Guerreiro. Eu, Antonio Francisco Lima, Tabelião que a escrevi e assignei em público e raso do que uso. Em testemunho AFL da verdade. O Tab. Pº Antonio Francisco Lima. Ignácio Mendes Guerreiro, a rogo do testador por não poder assinar. Francisco Magalhães. Manoel Carlos de Sousa. Ponciano Garcia Maranhão. Raimundo Nonato de Mello. Christiano de Oliveira Magalhães (sic)”. [Mantida a grafia].

Alguns motivos me franqueiam autoridade para uma rápida análise deste testamento. A primeira, vem do fato de pertencer à família, na qualidade de bisneto materno do testador, além de estudioso e exponente dos fatos. Por último, me permite a franquia de, por quase quatro décadas, haver exercido a função de tabelião público.

Lendo com atenção a escritura, nela estão contidas disposições que contrariam a mais primária razão. Não seria do caráter do testador, legar ao filho a quem deu o nome do pai — José de Araújo Costa — e a quem por certo dedicava grande estima “*uma posse de terra das que possuo, assim como vinte cabeças de gado de bizerra a vaca* (sic)”. Clarifica e transparece desdém — o que contraria a índole do testador — legado que concebe pressa na redação do documento. Ora, que posse de terra seria essa, se tantas tinha o testador? Quantas vacas e quantas bezerras?

Em seguida, lega às suas mulheres, Maria Gonçalves da Conceição e Luzia, a irrisória importância de duzentos mil reis (200\$000) a cada uma, pessoas por ele queridas e amadas, com as quais vivia no mais íntimo relacionamento sentimental. A seguir, desponta outro legado, este indicativo do absurdo, quando é con-

templado o cunhado Victal Raimundo da Costa Pinheiro - pessoa com quem o testador não mantinha relações de amizade - com a mesma quantia de duzentos mil reis (200\$000). Contudo, o desejo de abocanhar a “*parte do Leão*”, razão que motivou a locomoção da comitiva de Tamboril à fazenda Caiçara, comandada por Victal Raimundo e um certo advogado Azevedo — como adiante relatarei — está expressa a seguir. Lega à irmã, Francisca de Araújo Costa Pinheiro, a quantia de trezentos mil reis, aparecendo em seguida o salvador “digo” — usual nos termos sacramentais dos notários — que transforma o legado em quinhentos mil reis (500\$000), sendo aquinhoadada com a mesma importância a sobrinha Maria Francisca de Araújo Pinheiro. Arranjos foram feitos para clausurar estes últimos legados, tendo em vista o grande endividamento do chefe da “troupe”, Victal Raimundo da Costa Pinheiro, tal comprovarei.

Por último, não obstante ter boa caligrafia, é dito pelo Tabelião que recebeu o testamento das mãos do testador, assim: “*o qual tomei de sua mão, vi e não li* (sic)”. Antes, foram palavras do testador: “*vai este escrito a meu pedido pelo Tabelião Antonio Francisco Lima, e sendo lido e achado conforme dictei* (sic)” (Destaquei). São expressões de conteúdos e atitudes diametralmente opostas. Que necessidade teria o Tabelião em dizer que recebeu o testamento das mãos do testador sem o ler, quando foi o instrumento escrito por ele próprio? Se o testador tinha disposição e maneiio de o entregar o documento, por quê não o assinou?

São “descuidos” claros e translúcidos, normais de ocorrerem numa mal planejada e ardilosa trama, que tinha por objetivo único solapar o patrimônio do moribundo, como evidenciarão os fatos adiante narrados.

CASAMENTO E MORTE

10|

As considerações expressas no final do capítulo anterior, quando emiti opiniões sobre o testamento, procedem do conhecimento que conservo, e que fazem parte do meu arquivo. Um membro da família, que preferiu e preservou o anonimato, há anos conseguiu fotocopiar, além do inventário de Anastácio de Araújo Costa Sales, dois outros processos a ele relacionados, versando: um sobre a nulidade do testamento, e, o outro, uma ação penal. Esta, procede de uma denúncia do Promotor Público de Tamboril à época, Dr. Urcesino Xavier de Castro Magalhães — inclusive deputado — após uma representação que lhe dirigiu Cesário José de Melo, contra Victal Raimundo da Costa Pinheiro e o tabelião Antonio Francisco Lima.

Cientificado de minhas pesquisas, ofertou-me o cuidadoso parente fotocópias das que detém, informando-me que tal dádiva origina-se da boataria maldosa, surgida após o fenecimento de Anastácio de Araújo Costa Sales. Adiantou-me, que dentre essas “estórias”, despidas de quaisquer comprovação, está a notícia de que Anastácio Coronheira havia sido casado depois de falecido, sendo o autor desta hipotética e absurda façanha, o cunhado Victal Raimundo da Costa Pinheiro. Esta inestimável oferta, constituiu preciosa e imprescindível fonte documental, elucidando fatos entorpecidos pela *vox populi*.

Veja-se o outro lado da história veraz, a documentada. Pasmem ao que escreveu o Promotor, Dr. Urcesino Xavier, na peça denunciatória, à p. 2, sobre as relações dos cunhados: *“Continuava ainda na administração da fazenda, o denunciado Victal Raimundo. O enfermo pretenso testador, de melhora em melhora,*

chegou a restabelecer-se, convencido de que o testamento havia sido queimado, como esta era a sua vontade, começou, no uzo de sua razão, a aborrecer-se do seu cunhado, o administrador denunciado, até que o retirou dessa incumbência, ficando ambos malquistos, a ponto de não se visitarem (sic)". (Sublinhei).

Prossegue o Dr. Promotor Público: "Passando-se sete annos, todo o Mundo sabia que o testamento, roto ou queimado pelo testador, tinha desaparecido; quando um acontecimento imprevisto, o desparamento de uma arma de fogo, ferira o pretens testador, rompendo-lhe uma artéria na frente de que resultou copioso fluxo de sangue, com intermitências que lhe permitiam dispor de si... Neste estado casou-se civilmente, e oito dias depois faleceria (sic)". (Sublinhei).

Não resignei-me com os textos do Promotor Público. Socorreu-me e fala mais claro a certidão de casamento adiante transcrita, onde figura o próprio Dr. Urcesino Xavier como testemunha, deitando por terra a absurda "estória" de haver Victal Raimundo conseguido casar Anastácio Coronheira, após defunto. Deixa evidente que o acidente fatal por ele sofrido, procedente do disparo acidental de uma espingarda, teve ocorrência no dia 30.04.1898, provocando-lhe a morte no dia 08.05.1898, conforme transcrições adiante. Doutra parte, não iria um juiz, tendo por testemunhas, dentre outras, o próprio Promotor Público, celebrar o casamento de um finado. Por fim, é o próprio Promotor Público, quem relata a inimizade já prevalente entre os cunhados, desmerecendo comentário adicional.

Das mais infelicitadas foi a existência do filho caçulo do Cel. José de Araújo Costa, último habitante da prole a ocupar o velho Solar. Faltando-lhe os pais em plena menoridade, teve poucos anos para, arduamente conservar o que herdara, e ainda, adquirir a de alguns irmãos, parentes próximos e doutros, o que faz prova de sua hercúlea disposição para o trabalho. Logo aos 47 anos, em pleno vigor, é vítima de um AVC, advindo-lhe longo e mutilante sofrimento, para, antes de sua total recuperação, ser

acidentado por um disparo casual de uma espingarda, que, attingindo-lhe uma artéria na frente, vir a falecer de hemorragia aos 53 anos. Não foi este um merecido fim, para quem tanto lutou em tão pouco tempo.

Eis o termo de casamento civil, *ipsis litteris*: "O cidadão Antonio Francisco Lima, Official do Registro Civil e dos Casamentos do Termo de Tamboril por nomeação legal etc... Certifico que revendo o livro dos casamentos deste termo, nelle afolhas sessenta e seis verso e sessenta sete, encontrei o termo de casamento de que faz menção a supplicante em sua petição supra, o qual é do theor seguinte: Ao primeiro dia do mes de maio de mil oitocentos e noventa e oito, em casa de residencia do cidadão Anastácio de Araújo Costa Sales, em audiência que fazia o Dr. José, digo, Doutor Juiz de direito da Comarca José de Xerez, ahi as sete horas da noite, aonde fora chamado para efetuar este casamento, presentes o mesmo Juiz, comigo Officcial effetivo abaixo assinado, e as testemunhas José Casimiro de Araújo Pessoa, de trinta e oito annos de idade, empregado público, morador na Villa do Tamboril, Urcesino Xavier de Castro Magalhães, Promotor de Justiça desta comarca, de cincoenta e sete annos de idade, morador na Villa do Tamboril, Manoel Teixeira Souto, de vinte annos de idade, criador e residente na fazenda Sitio do Meio, e Antonio Mariano de Souza, de quarenta e trez annos de idade, criador e residente na fazenda Regalo, todos deste Termo, receberão-se em matrimonio Anastácio de Araújo Costa Sales, filho legítimo do Coronel José de Araújo Costa e sua mulher Dona Ana do Nascimento Vidal, ambos já falecidos, com cincoenta e quatro annos de idade, natural desta freguesia, digo natural deste termo, residente nesta fazenda Caiçara, e Dona Maria Gonçalves Chaves, filha legítima de Gonçalo Ferreira Chaves e sua mulher Manoela Maria da Conceição, ambos já falecidos, com quarenta e quatro annos de idade, natural do termo de Caratheús, deste Estado, residindo na mesma fazenda Caiçara; os quaes no mesmo acto declararão que tinham

tido antes do casamento os seguintes filhos: Anna com dezoito annos de idade, cazada com Francisco Quirino das Chagas, Maria Gonçalves de Salles, com desasete annos de idade, Amélia, com dezasseis annos de idade, José com seis annos de idade, e Anastácio com quatro annos de idade, Maria de Araújo Salles, de quatoze annos de idade; Emília, com treze annos de idade; Francisca, com sete annos de idade; José, com seis annos de idade e Anastácio com quatro annos de idade, os quaes elle contrahente reconhece por seus legitimos filhos havidos de si com a contrahente por bem deste casamento. Em firmeza do que. Eu, Antonio Francisco Lima, Official do Registro Cível, lavrei este acto, que vai assignado pelo contrahente, assignando a rogo da contrahente por não saber ler nem escrever Vicente Ferreira Souto, com as testemunhas do acto e o Juiz = José Xerez = Anastácio de Araújo Costa Sales = Vicente Ferreira Souto = José Casimiro de Araújo Pessoa = Urcesino Xavier de Castro Magalhães = Manoel Teixeira Souto = e Antonio Mariano de Souza. Era o que se continha em dito termo de casamento, que bem e fielmente para aqui copiei, ao qual me reporto em meu poder e cartório e dou fé. Tamboril, 23 de junho de 1898. Eu, Antonio Francisco Lima, Official do Registro Cível e dos casamentos a escrevi e assignei. Antonio Francisco Lima (sic)". (Está selado com uma estampilha de \$200.).

Tal documento impõe exames. De forma inusitada, às vésperas de falecer, o contraente assina o nome de próprio punho, na presença do Juiz. O official enganou-se com relação a idade do contraente, que iria completar 54 anos no dia 30.07.1898, tendo, portanto, 53 anos. Vê-se que Anastácio Coronheira contraiu núpcias com uma mulher do clã dos Araújo, conforme se depreende dos sobrenomes do pai - Ferreira Chaves. Quanto ao Juiz celebrante, Dr. José Xerez, descende de conhecida família sobralense, eis que também procede de uma das notórias *Sete Irmãs*. Pouco deve ter demorado em Tamboril, já que não funcionou no processo de inventário, iniciado logo após a morte de Anastácio Coronheira.

Transcrevo o assento de óbito, emitido pela secretaria paroquial de Tamboril: "DIOCESE DE CRATEÚS — Crateús — Ceará — Brasil. Paróquia de Santo Anastácio em Tamboril. CERTIFICADO que revendo os livros de termos de óbitos realizados nesta Paróquia, foi encontrado o de teor seguinte, fls. 134 v., nº 27, no ano de 1898. Aos oito de maio de mil oitocentos e noventa e oito, faleceu de uma Emorragia as seis horas da tarde nesta Freguesia do Tamboril, Bispado do Ceará, o Adulto **Anastácio de Araújo Costa Salles**, com cincoenta e quatro annos de idade, casado com Maria Gonçalves Chaves, tendo recebido os Sacramentos da Penitencia e Extrema-unção; Seu cadaver amortalhado em habito preto, foi Encommendado solenemente por mim abaixo assignado, e sepultado no Cemitério desta Villa. E para constar mandei lançar este assento e assigno. O Vigário Pe. Francisco de Hollanda Cavalcante. Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original. *Ita in fide parochi*. Tamboril, 26 de novembro de 1992. Sueli Rodrigues Segundo Lima. P/ Vigário (sic)". Aqui também reponta uma decisiva razão a esclarecer. Está evidente que o falecido, ao receber o sacramento da penitência (confissão), estava perfeitamente lúcido.

Portanto, eis as respostas, para as "estórias" surgidas sobre o passado de Anastácio de Araújo Costa Sales, com esteio exclusivo em provas documentais primárias, públicas e oficiais.

O LITÍGIO: INVESTE A OVELHA NEGRA

11 |

Teria esta narrativa uma sequência coerente, se a seguir relatasse o inventário de Anastácio de Araújo Costa Sales. Contudo, já tendo o leitor identificado o “*lobo travestido de ovelha*”, decidi antecipar estas desagradáveis e abomináveis verdades históricas e documentadas, já que doravante versa o texto – preferencialmente – o caçulo do Cel. José de Araújo Costa, único a nascer, viver e morrer no solar familiar.

Ao pesquisador, compete unir os fios e laços perdidos da história, esquecidos na poeira de séculos, adormecidos em arquivos e lá abandonados, por não entenderem quem os detém, sua utilidade histórica. Por outro lado, é obrigação de quem narra história ter arguta memória, para armazenar fagulhas de informações que possam abrir caminhos na indicação das verdades do pretérito. Este uso exercito, não apenas como historiador, mas, herdado do costume de “fuçar arquivos”, na função de escrivão e tabelião, exercitada por mais de três décadas, além de lecionar História, no curso de vários anos.

Quando jovem, em conversas familiares, chegou-me a notícia do casamento de uma filha do Cel. José de Araújo Costa, com Vital Raimundo da Costa Pinheiro, que não lhe fora de agrado, acarretando-lhe grande desgosto. Ao comprovar que o Cel. José de Araújo Costa havia exercido a presidência da Câmara Municipal de Vila Nova d'EL Rei, com exercício a partir de 15.01.1831, consoante o Con. Dr. F. Sadoc de Araújo: *História Religiosa de Guaraciaba do Norte* — IOCE — Fortaleza — 1988, p. 63, e já coligindo documentos para o trabalho *Araújos e Feitosas — Colonizadores do Alto e Médio Acaraú* — Fundação Cultural de Fortaleza

— 1995, dentre eles veio-me às mãos uma certidão do inventário de Luiz Vieira de Souza (3º) c.c. a prima Leonarda Bezerra do Vale (2º), cujo feito julgado por um juiz Victal Raimundo da Costa Pinheiro, no dia 31.01.1831, em Vila Nova d'El Rei (Guaraciaba do Norte).

Dois elos se entrelaçavam. O primeiro era exercerem na mesma época e localidade, o Cel. José de Araújo Costa a presidência da Câmara Municipal daquela Vila, e Victal Raimundo da Costa Pinheiro, o de juiz. Já sabedor de que o casamento de Francisca de Araújo Costa Pinheiro, fora contraído com Victal Raimundo da Costa Pinheiro, uma grande dúvida suscitou-me, pois, Francisca nascera no dia 03.07.1841, mais de dez anos além da singularidade acima relatada.

Certo era, contudo, que Victal Raimundo da Costa Pinheiro contraíra matrimônio com Francisca de Araújo Costa Pinheiro. No afã de dirimir tal dúvida, recorri a dois saudosos parentes, grandes memorizadores de fatos remotos da família — Gonçalo Martins de Araújo e Anastácio Martins de Araújo —, irmãos e octogenários, tios maternos do parente José Araújo Souto, por 4 vezes Prefeito de Mons. Tabosa, residentes naquela cidade. Gentilmente, enviaram-me uma carta, por ambos subscrita, na qual, entre outras cousas, escreveram: “Em resposta a sua solicitação, informo o seguinte: Victal Raimundo da Costa Pinheiro, era natural de Sobral; depois de aqui chegar, raptou D. Francisca de A. Pinheiro, filha do Coronel José de Araújo Costa, levando-a para Sobral, depois voltou a morar no município de Tamboril, ultimamente na fazenda Boa Vista, onde veio a falecer. Conforme comentários dos mais velhos, ele se tornou importante ou presunçoso, chegando até a tomar presos das forças Federais, quando as mesmas recrutavam presos para a Guerra do Paraguai. Comentavam também que ele chegou a processar a mãe, porque ela havia doado uma terra a uma parenta... (sic)”.

Esclarecida e explicada restou a dúvida, eis que o Juiz de Fora, Victal Raimundo da Costa Pinheiro, que jurisdicionava em

Vila Nova d'EL Rei, era Juiz em Sobral, vindo a ser pai, portanto, de filho homonímico, raptor de Francisca, filha do Cel. José de Araújo Costa. Agora, qual a razão da negativa em assentir o Cel. José de Araújo com o enlace matrimonial? A resposta defrontei no ofício por ele dirigido ao Marechal de Campo Manoel Joaquim Pereira da Silva, Governador Provincial, datado de 15.01.1831, na qualidade de presidente da Câmara Municipal de Vila Nova d'EL Rei, no qual desculpa a impossibilidade do Juiz de Paz daquela Vila, Francisco Paulino Galvão, em não dispor de meios para manter a ordem naquela localidade. Resta acrescer que Francisco Paulino Galvão, com quem o Cel. José de Araújo Costa deveria manter boas relações de amizade, eis que até limítrofes de imóveis rurais em Tamboril (ver descrição do imóvel “Morro Redondo”, sob nº 9), compondo Paulino a parentela dos ARAÚJOS CHAVES. Além disto, era casado com uma filha do Ten. Cel. Luiz Lopes Teixeira, que foi c.c. duas irmãs, netas do Capitão-mor Antonio de Barros Galvão e de dona Ana Gonçalves Vieira, também do cerne da família. Por fim, o Ten. Cel. Luiz Lopes Teixeira, sogro de Francisco Paulino Galvão, era compadre do Cel. José de Araújo Costa, padrinho que foi de Francisca de Araújo Costa.

Insatisfeito com tal informação que diretamente lhe dizia respeito, o Juiz de Fora de Sobral, que jurisdicionava Vila Nova d'EL Rei, viu no Cel. José de Araújo Costa um opositor, dando início a uma polêmica de insultos com Francisco Paulino Galvão, através do jornal *Semanário Constitucional*, de Fortaleza, edição de 09.04.1831, sábado, versando sobre as ocorrências verificadas na Matriz de São Gonçalo, na noite de natal de 1829, onde mortos tombaram Belchior, cabra agregado a Vicente da Caminhadeira, e Manoel de Ferros Mourão, irmão de Alexandre da Silva Mourão (o novo), “prato cheio” do qual se serviram muitos cronistas, inclusive há mais de século de decorrido tal entrevero.

Esta pendência de provocações mútuas, travada entre o Juiz de Fora Victal Raimundo da Costa Pinheiro, e o Juiz de Paz

Francisco Paulino Galvão, estendeu-se até 29.11.1831, e está narrada no livro de Nertan Macedo: *O Bacamarte dos Mourões*, op. cit., ps. 92/96, um dos que comeu do “prato cheio”. Assim, não se deslembra o leitor, que o Juiz de Fora de Sobral — insisto — era o pai de Victal Raimundo da Costa Pinheiro, homonímico, que foi c.c. Francisca de Araújo Costa.

Portanto, daí provém a indisposição pessoal entre o Cel. José de Araújo Costa e o pai de seu futuro genro, donde procede a discordância ao enlace matrimonial, que tantos e sérios dissabores traria, não só ao pai, mas, até mesmo ao filho caçulo e seus descendentes.

Com os dados documentais antes referidos, todos em meu arquivo, e ciente do comportamento desprezível de Victal Raimundo da Costa Pinheiro, decidi seguir-lhe as pegadas, com esteio em provas primárias, especialmente quando investiu contra os próprios filhos. Não seria um comportamento correto, historicamente, a omissão dos fatos adiante relatados, sob pena de deixar a narrativa com interrogações irreplicáveis.

Compulsando e estudando a fotocópia completa do processo de cumprimento do testamento, atribuído a Anastácio de Araújo Costa Sales, sinceramente, causa-me tristeza relatar o que a seguir narrarei.

Falecendo na fazenda Caiçara, às 18:00 horas do dia 08 de maio de 1898, foi seu corpo trasladado para a cidade de Tambo-
ril, onde passou a ser velado na casa residencial de seu sobrinho materno, José Casemiro de Araújo Pessoa, na época exercendo a função de Coletor Estadual do município.

Presentes estavam pessoas gradas, e de relevo social na cidade, rendendo, com seus sentimentos cristãos, o preito de último adeus ao sofrido e prematuro falecido. Dentre elas, presente estava o Juiz Substituto Joaquim de Souza Lima, que foi aterrado de pismo e sobressalto quando, intempestivo e inopinadamente, naquele momento de transe e solene consternação, entrega-lhe um

documento o sr. Victal Raimundo da Costa Pinheiro, dizendo ser o testamento do defunto, ali velado. Para não causar constrangimento e estupefação aos presentes, o Juiz adverte não ser aquele o momento para uma atitude de tamanha demonstração de desrespeito à memória do finado.

É assim que diz o escrivão, em certidão de próprio punho, à p. 4v.: “pelo que o juiz deixou de abrir na casa do cidadão José Casemiro de Araújo Pessoa, aonde se achava o cadáver, por ter sido o dito testamento apresentado fora de tempo. (sic)”. (Sublinhei).

No dia seguinte, 09 de maio de 1898, reaparece a abominável figura de Victal Raimundo, rerepresentando o testamento, mandando o juiz que fosse intimado o primeiro testamenteiro, José Gonçalves da Silva Sobrinho, padraсто de José Casemiro de Araújo Pessoa, em cuja residência fora o morto velado na noite anterior, quiçá ainda insepulto. Aliás, Victal Raimundo não poderia ser apresentante do tal testamento, incumbência exclusiva do testamenteiro sobrevivente. Por razões não justificadas, só no dia 17 de maio, o testamenteiro diz que aceita o encargo. Na decisão manuscrita, a letra é alinhada, porém tremulante.

No dia imediato, 18 de maio, por razões obscuras e nada constando nos autos que a justificasse, à p. 6, o escrivão apenas certifica que assumiu as funções de juiz, o segundo suplente, o alferes Manoel Antonio de Carvalho, que, por sua vez, já substituíra o primeiro suplente Joaquim de Souza Lima ambos leigos. Na mesma página e data, manda o novo juiz que os autos sejam apresentados à estação fiscal, isto é, à Coletoria de Rendas Estaduais. Não se pode deslembrar, que não apesar ter sido o finado Anastácio de Araújo Costa Sales velado na residência de José Casemiro, o astuto Victal Raimundo fez dele um dos legatários, assumindo o testador uma fiança que lhe prestara, no valor aproximado de dois contos de reis (vultosa importância à época). Porque? Ora, sabia ele que o testamento teria que ser registrado na Coletoria de Rendas, onde deveria contar com o apoio de José Casemiro, como ocorreu.

No dia 21, certifica o Coletor José Casemiro de Araújo Pessoa, que o testamento foi registrado naquela repartição, mandando o juiz, à p. 7, que do processo sejam dadas vistas ao Promotor de Resíduos. No mesmo dia, diz o escrivão que não dá vistas do processo ao Promotor, Ten. Cel. Dr. Urcesino Xavier de Castro Magalhães, em vista do mesmo se encontrar em Santa Quitéria. Na mesma ocasião, o juiz nomeia e juramenta como Promotor "ad hoc", a Jerônimo Rodrigues Ló, a quem na ocasião é o processado entregue para parecer, o qual foi ofertado, também no mesmo dia, opinando o Promotor "ad hoc" pelo cumprimento do testamento.

Dois dias depois, 23 de maio de 1898, o 2º suplente de juiz leigo, profere à p. 9, o seguinte despacho: "*Cumpra-se, registre-se e archive-se. Tamboril, 23 de maio de 1898. Carvalho (sic)*". Pela celeridade desta "decisão", pode-se ter ideia da pretensão deste "magistrado leigo". Logo no mesmo dia, o próprio juiz Carvalho faz a conta das custas, demonstrando uma grande azáfama pela conclusão do cumprimento, o que foi conseguido, graças ao "**importante e presunçoso**" Victal Raimundo, no dizer da carta antes transcrita, ou... sabe Deus, como.

Só no dia 23 de junho de 1898, portanto, um mês após a determinação do cumprimento, surge nos autos um requerimento da viúva Maria Gonçalves Chaves, no qual manifesta que, na qualidade de viúva meeira, natural tutora dos menores, não recebeu qualquer intimação no processo de cumprimento do testamento. No rosto da petição, estranhamente reaparece como juiz Joaquim de Sousa Lima, proferindo o seguinte despacho: "Nos autos me venhão conclusos com urgência. Tamboril, 23 de junho de 1898. Souza Lima (sic)". Lendo esta curta e simples oração, mais uma vez autoriza-me fazer juízo de valor das "sumidades" que distribuíam justiça em nossos sertões, inclusive nos dias presentes. Aparece aqui o mais incrível, pois, o escrivão não fez os autos conclusos, nenhum despacho aparecendo.

Pelo que está evidenciado à p. 17, três ações concomitantes, paralelamente tramitavam no mesmo juízo configurando

litispendência. Primeiramente, o cumprimento do malsinado testamento, que teria sido encerrado com o despacho de 23 de maio de 1898; em segundo lugar o inventário, que teve seu início no dia 03 de junho, surgindo já no dia 20 do mesmo mês, um pedido da viúva para adiamento do compromisso, oportunidade em que foi designado o dia 30 de junho, para a descrição e avaliação dos bens.

Ao leigo, estas apreciações judiciais devem surtir efeito negativo, pois alongadas e distantes de seus conhecimentos no trato de tal matéria, tornando a leitura enfadonha e desinteressante. No entanto, a compreensão dos fatos a seguir relatados, estaria comprometida sem tais referências. Outros leitores existirão, tenho certeza, que de tão incríveis os fatos narrados, haverão de apreciá-la, interpretando-os com hilária similitude de literatura de ficção, ou em explícito entendimento de **humor negro**.

Surge agora, o que antes discorri sobre o testamento. Inconformada com as disposições testamentárias, revolta-se a viúva Maria Gonçalves Chaves, pois a ela fora legada a ínfima importância de duzentos mil reis (200\$000), sendo, por outro lado, aquinhado com a mesma importância Victal Raimundo, e, à mulher deste e uma filha, com a quantia de um conto de reis, perfazendo a importância de um conto e duzentos mil reis (1.200\$000). É, como referi, um comportamento que distante fica e em nada se harmoniza com a conduta compassiva, indulgente e generosa do testador.

Certa estava de que o cumprimento do testamento havia tramitado na "surdina de quatro paredes", o que atesta o apressado rito à ele imposto. No dia 25 de junho, cinco dias antes do início do inventário, passa a viúva uma procuração pública, constituindo seus procuradores no foro de Tamboril, ao Dr. Francisco de Sales Ribeiro Campos, e ao genro Francisco Quirino da Luz, e, na cidade de Fortaleza, junto ao Superior Tribunal de Apelação, ao advogado Luiz Francisco de Miranda e ao provisionado João Brígido dos Santos. É bom ser dito que este último — João Brígido dos Santos — às atividades de provisionado, aliava as de jornalista

e “historiador”. Em várias petições acolhidas, todas subscritas por Francisco Quirino da Luz, a desamparada viúva apelava da sentença do “douto juiz leigo” 2º suplente, Manoel Antonio de Carvalho, a quem fugia — segundo argumentava — competência pra determinar cumprimento ao testamento, condição legal atribuída ao juiz, bacharel em direito. Contra tais pedidos, rebela-se o legatário e concunhado Victal Raimundo, que constitui como advogado a Theodoro de Assis Barbosa, conforme petição apensa à p. 27.

Desconheço os ritos e disposições processuais vigentes à época. Contudo, este novo processo, versando sobre a nulidade do testamento, em nossos dias teria o efeito de sustar o seguimento do inventário, o que não ocorreu no caso aqui focalizado. Prossigo, portanto, com informes sobre os fatos espelhados nos documentos que detenho em arquivo.

Numa bem arrazoada apelação, datada de 23.07.1898, já dirigida ao Juiz de Direito da comarca, Antonio de Oliveira Barros, que aparece nos autos como “Pilatos no Credo” sem qualquer informação do escrivão, vem a viúva, através de seu procurador Francisco Quirino das Chagas, signatário da apelação, a qual, por sua redação e conteúdo, nos parece obra de um bacharel ou pessoa de maiores letras, já que o Dr. Francisco de Sales Ribeiro Campos, em parecer no processo, abdica dos poderes que lhe foram outorgados na procuração, alegando ser casado com uma sobrinha do testador.

Sem fazer juízo sobre os argumentos da apelação, vejamos algumas passagens nela contidas, e que tratam da lavratura do tal testamento, iniciadas à p. 34: “O pretense testador cahio gravemente enfermo, e, de facto no dia em que apareceu o tabellião, compadre do mesmo chefe dos legatários, elle estava agonizante... Era preciso aproveitar a oportunidade. Crescido número de pessoas appareceu na fazenda, conduzidas por Victal Raimundo da Costa Pinheiro, e com este o tabellião Lima em companhia do advogado Azevedo. Esta “trindade” encerrou-se no quarto em que sem sentidos estava o enfermo testador, como se diz; e o resto da comitiva ficou fora, uns

na sala da frente, e outros em uma casa vizinha. Essa comitiva era destinada para testemunhas. Deo-se então uma cousa monstruosa! O enfermo, pretense testador, sonhava no delírio da febre, sofria acessos espasmódicos; parecia pouco durar... mas espíritos interesseiros, querendo aproveitar-lhe os últimos lampejos da existência, dizião, como se o exortassem para a conformação com Deus: — Não deixa para o seu cunhado Victal duzentos mil reis?... a essa interrogação batião-lhe no punho da rede, sobrevindo um choque, o espasmódico estremecia convulsivamente, e esse estremecimento (gemido), equivalia a uma afirmativa, que o Tabellião traduzia por verdade, e escrevia os duzentos mil reis, como escreveu outras verbas de quinhentos mil reis, uma com digo, outras de fideicomisso, também encomendadas (sic). (Destaquei).

Vil, desprezível, arrogante, atrevida e prestigiada era a figura de Victal Raimundo, pois, as passagens acima descritas, foram vivenciadas e presenciadas pela atônita, analfabeta e indefesa viúva, Maria Gonçalves Chaves. Por sua inculta e desentendida “cabeça” de sertaneja, deveria por certo supor estar na presença da Lei, do Definitivo, do Poder Absoluto, do que, infelizmente, teria fatal confirmação. Mais uma vez, ficam atestadas as informações contidas na carta de Gonçalo Martins de Araújo e Anastácio Martins de Araújo, sobre o proceder de Victal Raimundo da Costa Pinheiro. Com ele e o escrivão Lima, adiante me encontrarei, narrando fatos documentados, mais estarrecedores, negrejados e iníquos.

Em seguida, surgem as contra-razões do “legatário” Victal Raimundo, cujo resultado final emana de um aberratório, e certamente “encomendado” despacho do “aparecido” juiz, datado de 03.09.1898, no qual diz lhe falecer competência para dirimir a lide “deixando livre às partes o direito e ações que as leis expressamente lhes facultam” (sic), como está à p. 62. Surge aqui outro escandaloso — se é que nesses lamentáveis episódios consintam apenas tal adjetivo —, pois “Sua Majestade, o Juiz”, devendo mandar os autos ao Superior Tribunal de Apelação, uma vez que lhe

fugia competência, põe termo a tudo, determinando: “**cumpra seu seguimento** (sic)”, ordenando ao escrivão que extraísse cópia do testamento, para juntar aos autos de inventário.

Agora, pasme o leitor: paralelamente corria o processo de inventário, recebendo despachos do **outro juiz suplente**, Joaquim de Souza Lima. Clarificando o inacreditável: dois juizes funcionavam ao mesmo tempo, despachando processos que versavam sobre um mesmo assunto na esfera jurídica. Contra tais **sinistros**, insurge-se o Promotor de Resíduos no processo de inventário, Dr. Urcesino Xavier de Castro Magalhães, às ps. 36v/37, em data de 09.08.1898. Era tarde, pois os próprios herdeiros, diante de uma certeza evidente de derrota, compareciam aos autos com petições, onde reclamavam seus quinhões sobre os bens que pretendiam.

Resta acrescentar, que a tudo antecedeu uma ação de justificação, requerida pela viúva Maria Gonçalves Chaves, em data 28.06.1898, apensa aos autos, na qual pugnou pela nulidade do testamento, onde depuseram seis testemunhas, dentre elas Jeremias de Vasconcelos Galvão, esclarecendo “que o testador Anastácio de Araújo Costa Sales, estava, com efeito, gravemente enfermo no tempo que se fez o testamento; vivia em uma rede movido pelos braços de pessoas de casa, mãos e pés encaranguejadas (e foram estas mãos que deram ao tabelião o testamento?!); comia e bebia pelas mãos dos outros, não dava definição dos negócios da casa, e por isto a testemunha o julgava com a razão perturbada. (sic)”. (Destaquei).

Adianta a mesma testemunha: “que o testador restabelecendo-se um pouco, voltando a si sua razão e sabendo deste testamento, o pediu, rasgou-lhe a capa que o cobria, e depois de conhecer o que estava escrito, achando-se fatigado, entregou este testamento aberto a dona Maria Gonçalves Chaves, dizendo-lhe que o guardasse para lê-lo pela manhã diante de diferentes pessoas para então rasgá-lo também. A tudo isto assistiam João Francisco Jacaúna, José de Barros, e mais as seguintes pessoas: dona Maria Quitéria da Conceição, donna Ana Maria da Conceição, e a viúva que recebeu o tal papel (sic)”.

Avança, afirmando haver Anastácio de Araújo Costa Sales acrescentado: “que teve uma irmandade de sete irmãos, todos havendo herdado igualmente; que os bens que possuía eram destinados a seus filhos, e quem quisesse ser grande, que nascesse viçoso; acrescenta mais que a viúva do testador recebendo deste o testamento sem capa guardara-o em um baú que tinha na cabeceira do testador, e que dias depois o procurando, havia o mesmo desaparecido; que o testador não ligou importância ao desaparecimento do testamento, pois, já o havia rasgado a capa em presença de tantas pessoas, nunca mais tendo ouvido o testador falar sobre o mesmo (sic)”.

Na nítida fotocópia que tenho arquivada, está visível nas margens os remendos colados. Depuseram mais, João Francisco Jacaúna, que confirmou o que havia dito a testemunha anterior; Tenente Joaquim Silvestre Batista Leite, Ana Maria da Conceição, Ponciano Garcia Maranhão e Manoel Carlos de Souza, estes últimos testemunhas do malsinado testamento, onde declaram que: “compareceram à fazenda Caiçara, à noite, a convite de Victal Raimundo, mas, não assistiram à lavratura do testamento, nem sequer viram o testador Anastácio de Araújo Costa Sales, assinando o testamento no quarto do enfermo, que se encontrava deitado numa rede, chamados um a um por Victal Raimundo, que se encontrava no quarto acompanhado do advogado Antonio de Souza Azevedo e do tabelião Antonio Francisco Lima (sic)”, motivos mais que suficientes, para legalmente declarar como nulo, de pleno e absoluto direito, **o facinoroso testamento noturno**.

Aos que desconhecem, remeto à apreciação sobre tão cruéis e nefandos episódios, dizendo-lhes, no entanto, que procedimentos semelhantes são até hoje usuais, indicando-lhes, como textos de leitura, o que escreveu Jader de Carvalho: *Sua Majestade, o Juiz* — Editora e Distribuidora Musa — São Paulo — 1961, e *Aldeota* — Exposição do Livro — São Paulo — 1963, nos quais, com pseudônimos identificáveis “dá nomes aos bois”. Embora hoje aguardando a ressurreição eterna, porém vivos e ativos à época, não houve qualquer réplica.

Como disse algures, não terminariam aqui os embustes de Victal Raimundo. Passados 16 anos, por ocasião do inventário de sua mulher, dona Francisca de Araújo Costa Pinheiro, cuja cópia me veio às mãos pela mesma fonte, iniciado no dia 11.07.1914, só julgados na distante data de 26.08.1927, pelo então bacharel e juiz Boanerges Viana do Amaral, da comarca de Crateús.

Dando real compreensão à imoral e perversa índole de Victal Raimundo, é imperativo conhecer os lances ocorridos neste simples processo orfanológico, de tramitação rápida, mas que durou exatos 13 anos, 1 mês e 15 dias. Com uma caligrafia mais alinhada da que mostra nos processos de 1898, requereu Victal Raimundo o inventário de s.m., d. Francisca, onde informa existirem apenas bens móveis e semoventes, e, como herdeiros cinco netos. Em março, no dia 29, de 1915, reaparece, pedindo mais prazo para a descrição dos semoventes, tendo em vista a grande calamidade da seca, concedendo-lhe o juiz 15 dias. No dia 19 de junho, com o prazo concedido já esgotado há quase 3 meses, é que o escrivão intima o pai e tutor dos netos, por ofício, endereçado à Santa Quitéria. No dia 28, é juntada ao processo uma procuração, pela qual Frederico Pinheiro Magalhães, residente em Baturité, constitui como seu procurador ao tio Plínio Leitão, que no mesmo dia subestabelece os poderes ao advogado Plácido Passos. Também na mesma data, Victal Raimundo, faz pedido ao juiz para juntar aos autos uma série de comprovantes de dívidas pessoais, sendo na ocasião apresentada uma relação de bens, onde já aparecem imóveis rurais, com as mais **absurdas** avaliações, como uma posse de terra no lugar “Serrote”, contíguas a 700 braças no lugar “Boa Vista”, avaliadas no valor de 193\$800. Mais 400 braças na mesma “Boa Vista”, avaliadas por 101\$200, perfazendo todos os bens a importância total de 487\$000. Em seguida, declara o inventariante o montante das dívidas passivas, num total de 2.673\$100, terminando por requerer lhe fossem adjudicados todos os bens, ficando ele na responsabilidade das dívidas passivas.

Contra tal pretensão, insurgem-se os herdeiros, inclusive o Curador de Órfãos, de vez que tudo fora feito sem o conhecimento dos sucessores e seus procuradores e do próprio Curador de Órfãos, todos protestando para que fossem nomeados avaliadores idôneos. Tais atos foram presididos pelo 1º suplente de juiz leigo, Luiz Alves da Silva.

Em data de 11.05.1916, assume a comarca o Juiz de Direito, Dr. Bernardo de Castro Feitosa, que de logo determina que os autos passem às mãos do outro escrivão, João Lins de Albuquerque. No dia seguinte, manda o juiz abrir vistas do processo ao Promotor de Justiça, que, entre outras cousas assim escreveu, em parecer às pp. 28v/29: *“que a forma de andamento do inventário é de causar tristeza; que no longo curso de quase 2 anos, muito se procurou obter para lesar interesses sagrados de terceiros e a boa-fé da justiça, lamento que tudo ainda esteja por fazer, num processo de elaboração simples e comum; tudo isto devido mais a incúria e a certa e denunciada convivência do escrivão do feito, sempre reincidente e contumaz em procrastinar-lhe a marcha* (sic)”. (Destaquei).

Em decisão à ps. 29v./30, assim despachou o juiz Dr. Bernardo de Castro Feitosa: **“É deveras lastimável o estado de abandono em que se achava o fôro desta Comarca, cujos feitos, como êste, vivem completamente paralizados, com prejuízo das partes, que debalde fazem suas reclamações a funcionários menos escrupulosos...** (sic), ultimando por acatar o pedido do Promotor, **anulando o feito**. Portanto, eis em que resultou a amizade e compadrio de Victal Raimundo da Costa Pinheiro e o escrivão Antonio Francisco Lima, a mesmíssima e perversa dupla que esteve à cabeceira do enfermo “testador”, Anastácio de Araújo Costa Sales. (Destaquei).

Tomando o processo uma orientação judicial correta, foram nomeados novos avaliadores e procedida a reavaliação dos bens, onde só as terras da “Boa Vista”, de valor anterior de 295\$000, passaram à importância de 3.500\$000. O total dos bens

a inventariar, subiu de 487\$000 para 4.580\$000. Como o inventariante apresentou dívidas passivas num montante de 3.171\$700, restou a partilhar a quantia de 1.408\$000, cabendo-lhe nas terras da "Boa Vista", a irrisória importância de 234\$150, correspondente a 7% do valor real da avaliação.

A referência ao inventário de dona Francisca de Araújo Costa Pinheiro, teve por objetivo comprovar o que antes afirmei, alicerçado em provas primárias oficiais, considerando o comportamento de expressa vilania de Victal Raimundo, em relação aos bens do finado Anastácio de Araújo Costa Sales, assenhoreando-se, à si e aos seus, de parte do patrimônio proveniente de trabalho e honestidade. Diante de tantas, tamanhas e comprovadas evidências, à mim ou qualquer outro, desmerece expender juízo de valor, exemplando o praticado — igualmente sem causa ou prova — pelo Procurador romano Poncio Pilatos, num dos mais injustos e cruéis julgamentos da História da Humanidade.

O INVENTÁRIO DE ANASTÁCIO DE ARAÚJO COSTA SALES

12|

Razão outra não persiste, embora seja bisneto materno de Anastácio de Araújo Costa Sales, para distingui-lo e historia-lo com relevo. Motiva-me, tão somente, as razões maiores de haver sido o caçulo e único filho do Cel. José de Araújo Costa a vir à luz, e habitar até a morte a casa que lhe viu nascer, além de maior proprietário, dentre todos os irmãos, de razoável riqueza fundiária. O bom filho, aquele que imita as virtudes positivas paternas, foi e sempre será modelo de admiração aos pósteros. Não obstante a menoridade quando lhe faltaram os pais; as enfermidades de que padeceu, e adversidades outras que a vida lhe reservou foi, indubitavelmente, um típico exemplo do caminho trilhado pelo pai. Seus erros ou acertos, em passagens outras de sua vida privada, não me compete — nem a ninguém — considera-los. Inclusive e jamais à sociedade, como sempre infectada de falsos e hipócritas preconceitos respeita qualquer arbítrio, o que feito, assevera impostura.

Evidenciando o que escrevi, darei a seguir a descrição de bens e a relação dos herdeiros, constantes de seu inventário. Dita descrição, consta às ps. 07/23v., ofertada no dia 30 de julho de 1898, data em que o falecido completaria 54 anos. É este seu teor, *ipsis verbis*: "DINHEIRO: Nihil. OURO: Um crucifixo de ouro, com o peso de oito oitavas, avaliadas cada uma ao preço de seis mil reis, que importam em 48\$000. Um anelão de ouro, sem pedras, com peso de tres oitavas, avaliadas cada uma ao preço de seis mil reis, que importam em 18\$000. Um relógio de ouro, com uma cadeia de ouro, sendo esta em bom estado e o relógio completamente inutilizado o seu mecanismo, avaliado por 200\$000. (Observe-se esta singular disparidade. Enquanto o Cel. José de

Araújo Costa foi possuidor de imensa fortuna, consta do seu inventário somente o crucifixo acima citado, herdado pelo caçulo. Já este, além dos demais bens, deixa mais um anelão e um relógio com cordão de ouro, que recebe a avaliação de duzentos mil reis, o que vem a corresponder a avaliação de uma posse de terra no lugar "Jardim", sobre a Serra da Ibiapaba, descrita adiante sob nº 26). PRATA: Nihil. MÓVEIS: Seis cadeiras de sala, em bom estado, avaliada cada uma ao preço de quatro mil reis, que importam em 24\$000. Uma mesa para serviço de jantar, com sete palmos de comprimento, com gavetas, avaliada em dez mil reis 10\$000. Um banco de pau d'arco, avaliado em 2\$000. Dois jogos de sacos de capoeiro, em mal estado, bastante velhos, avaliados na quantia de 10\$000. Três jogos de surrões novos de solla, avaliados cada um por dez mil reis, que importam em 30\$000. Um jogo de surrão de solla já bastante velho, avaliado na quantia de 10\$000. Seis cangalhas velhas, cheias de palha de carnaúba, prestáveis, avaliadas por 15\$000. Um jogo de baús de madeira, já velhos e sem fechadura, avaliados por 6\$000. Um caixão de cedro para guardar roupa branca, em mal estado, avaliado na quantia de 4\$000. Dois tachos de cobre, com um peso cada um de cinco kilos, avaliados por 18\$000. Um tacho menor, já estragado, com peso de tres kilos, avaliado por 6\$000. Um clavinote em bom estado de uso, avaliado na quantia de 8\$000. Uma espingarda velha em mal estado, avaliada na quantia de 6\$000. Um facão grande, de cabo de chifre, americano, avaliado na quantia de 2\$000. Dois facões menores, avaliados por 2\$000. Uma prensa de fazer queijo, em mau estado, avaliada por 3\$000. Uma alavanca em mau estado, avaliada por 3\$000. Duas enxadas, avaliadas por 3\$000. Uma foice já velha, avaliada em 1\$000. Um machado em mau estado, avaliado por 2\$000. Uma sela gineta, para montaria de vaqueiro, com uma brida em bom estado, avaliada por 20\$000. Um gibão de capoeiro e um chapéu de couro, avaliados na quantia de 30\$000. GADO VACCUM: Cento e cinquenta vacas paridas, avaliadas cada uma a cinquenta mil reis, que importam na quantia de 7.500\$000. Cem

vacas solteiras, avaliadas cada uma na quantia de quarenta mil reis que importam em 4.000\$000. Desasseis novilhotas, avaliadas cada ao preço de trinta mil reis, que importam em 480\$000. Vinte e quatro garrotas, avaliadas cada uma ao preço de vinte mil reis, que importam em 480\$000. Seis juntas de bois mansos de cinco annos, avaliadas cada uma ao preço de setenta e cinco mil reis, que importam na quantia de 900\$000. Dois bois de tres annos, avaliados por 120\$000. Dez bois de dois annos, avaliados por 550\$000. Doze bois de anno, avaliados por 480\$000. Vinte touros de dois annos acima, avaliados por 1.000\$000. Vinte e cinco novilhotes, avaliados por 750\$000. Vinte e cinco garrotes, avaliados por 500\$000. CAVALLAR: Oito cavalos quartam, novos, de fabrica, avaliados por 520\$000. Oito cavalos velhos, avaliados por 320\$000. Quinze éguas novas, avaliadas por 750\$000. Tres pol-dretes de anno e meio, avaliados por 75\$000. Quatro poldrinhos, avaliados por 60\$000. Um cavalo de sela de tres annos, avaliado por 120\$000. MUAR: Seis burros novos, avaliados por 720\$000. Oito burros velhos, avaliados por 800\$000. Uma burra estradeira que serve para a sela, avaliada por 140\$000. Um jumento para lote, avaliado na quantia de 80\$000. OVELHAS: Cento e seis ovelhas, avaliadas em 420\$000. Quinze carneiros, avaliados em 65\$000.

TERRAS: 1. Uma sorte de terras na fazenda "CAIÇARA", deste termo, que o casal houve por compra a Victal Raimundo da Costa Pinheiro e sua mulher, havidas por estes em herança de sua finada sogra Dona Anna do Nascimento Vidal, na meia légua de terras da referida fazenda "Caiçara", extremado em um pé de Timbaúba, que fica perto da cacimba de gado, onde extrema com terras que foram do finado Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, tudo como consta da escritura pública passada a 24.04.1880, terras compradas aos vendedores com casas, currais e mais benfeitorias, avaliada por 1.000\$000.

2. Mais meia légua de terras na fazenda "CAIÇARA", lugar denominado "CAIÇARINHA", por um só lado do riacho São João,

ao norte deste, havida por compra feita ao Tenente José Honorato de Araújo Chaves e sua mulher, avaliada por 500\$000.

3. Mais uma légua de terras no lugar "MULUNGÚ", deste termo, à margem do riacho São João, da parte do norte deste riacho, havidas por compra feita a Francisco Cordeiro da Rocha e sua mulher, avaliada pelo preço de 500\$000.

4. Mais uma sorte de terras no sítio denominado "BELÉM", sobre a Serra das Matas, deste termo, havidas por compra a Francisco Macambira de Souza e sua mulher, com plantação e diversas fruteiras, com uma casa de taipa, inclusive todas as demais benfeitorias havidas por compra a Adriana Maria e herança de seus finados pais, avaliada por 300\$000.

5. Mais uma posse de terra de criar no lugar "ALAGÔA DO MATO", deste termo, havida por compra feita a Manoel Rodrigues de Farias e sua mulher, avaliada por 150\$000.

6. Mais uma posse de terra de criar, no lugar "ALAGÔA DO MATO", deste termo, havida por compra feita a Miguel Francisco Tôrres e sua mulher, avaliada por 100\$000.

7. Mais outra posse de terra no lugar "ALAGÔA DO MATO", deste termo, havida por compra feita a Manoel Vicente Sampaio e sua mulher, avaliada por 50\$000.

8. Mais duas posses de terras conexas, sitas no Riacho Cipó, no lugar denominado "PIRANHAS", havidas por compra feita a Salustiano José de Melo, avaliadas por 150\$000.

9. Uma posse de terra no lugar "BELÉM", havida por compra a Manoel Alves de Sousa e sua mulher, avaliada por 80\$000.

10. Uma posse de terras no mesmo lugar "BELÉM", havida por compra a Manoel Alves de Sousa e sua mulher, avaliada por 80\$000.

11. Mais uma posse de terra de plantar no mesmo lugar "BELÉM", deste termo, havida por compra a Luzia Fernandes de Mattos, avaliada por 30\$000.

12. Uma posse de terra no mesmo lugar "BELÉM", deste termo, havida por compra feita a José Lourenço de Oliveira e sua mulher, avaliada por 10\$000.

13. Uma outra posse de terra no mesmo lugar denominado "BELÉM", deste termo, havida por compra a Manoel Bernardi-da Silva e sua mulher, avaliada por 3\$000.

14. Uma outra posse de terra de criar no lugar "BELÉM", deste termo, havida por compra a Mariano Ferreira de Sousa e sua mulher, avaliada por 2\$000.

15. Mais outra posse de terra no lugar "BELÉM", deste termo, havida a João Vieira de Souza e sua mulher, avaliada por 1\$700.

16. Mais uma posse de terra de plantar, no mesmo lugar "BELÉM", deste termo, havida por compra a Antonio Ferreira de Sousa, avaliada por 1\$700.

17. Uma outra posse de terra no mesmo lugar "BELÉM", deste termo, havida por compra a Luzia Fernandes de Mattos, avaliada por 1\$700.

18. Uma outra posse de terra no mesmo lugar "BELÉM" conhecida pela denominação de "ALGODÕES", havida por compra a Antonio Ribeiro Campos de Noronha e sua mulher, avaliada por 120\$000.

19. Uma posse de terras no lugar "SÍTIO", sobre a Serra das Matas, deste termo, com uma parte da casa sita na dita terra, havida por compra a Maria Ribeiro Campos, avaliada por 50\$000.

20. Uma outra no mesmo lugar "ALGODÕES", deste termo, havida por compra a Manoel do Nascimento Ribeiro Campos, avaliada por 50\$000.

21. Uma outra posse de terra no mesmo lugar "ALGODÕES", deste termo, havida por compra a João Ribeiro Campos, avaliada por 25\$000.

22. Uma outra posse de terra no mesmo lugar "ALGO-DÔES", deste termo, havida por compra a Joaquim Ribeiro Campos, avaliada por 40\$000.

23. Uma posse de terra no lugar "SÃO MANOEL", deste termo, havida por compra a Luiz Severino de Souza e sua mulher, avaliada por 2\$500.

24. Uma posse de terra de criar e plantar no riacho "SÍTIO", havida por compra a Gonçalo Rodrigues da Silva e sua mulher, avaliada por 40\$000.

25. Uma outra posse de terra no lugar denominado "SÍTIO", deste termo, havida por compra a Manoel Ferreira da Rocha e sua mulher, avaliada por 15\$000.

26. Uma outra posse de terra de plantar no lugar "JARDIM", do termo de Ibiapina, comarca de Villa Viçosa do Estado do Ceará, havida por compra a Joaquim Tavares de Sousa e sua mulher, avaliada por 200\$000.

27. Mais uma posse de terras de cinquenta e nove braças e nove palmos, no lugar denominado "JARDIM", do termo de São Pedro da Ibiapina, deste Estado, com cafeeiros e outras fruteiras, havida por compra a Joaquim Tavares de Sousa e sua mulher, avaliada por 150\$000.

28. Uma posse de terras de criar no lugar "ANGICOS", deste termo, no riacho denominado Sítio, havida por compra a Raimundo Cavalcante de Albuquerque e sua mulher, avaliada por 75\$000.

29. Mais uma sorte de terras, compreendendo quatro posses no mesmo lugar "ANGICOS", deste termo, havidas por compra a Possidônio Ferreira Lima e sua mulher, avaliada por 60\$000.

30. Mais uma posse de terras no mesmo lugar "ANGICOS", deste termo, havida por compra a Possidônio Ferreira Lima e sua mulher, avaliada por 25\$000.

31. Uma posse de terras de criar no lugar "AREIAS", deste termo, havidas por compra a Tibúrcio Ferreira dos Santos, avaliada por 50\$000.

32. Mais duas posses de terra de criar no lugar "AREIAS", deste termo, havidas por compra a Miguel Ferreira da Rocha e sua mulher, no Riacho Pajehú, avaliadas por 12\$000.

33. Mais uma posse de terras no lugar "CACIMBA DOS MOÇOS", deste termo, havida por compra a Anastácio Martins Chaves, avaliada por 20\$000.

34. Mais uma sorte de terras no lugar "CACIMBA DOS MOÇOS", deste termo, com duzentas braças, cem para cada lado da casa ali existente, havida por compra a Francisco Cordeiro da Rocha e sua mulher, avaliada por 200\$000.

35. Uma sorte de terra de criar no lugar "MIRADOR", deste termo, havida por compra aos herdeiros do finado Manoel Baptista dos Santos, avaliada por 70\$000.

36. Mais duas posses de terra de criar no lugar "CACHOEIRA DO PEIXE", no rio Acarahú, havidas por compra a Anastácio Martins Chaves, avaliadas por 75\$000.

37. Mais uma sorte de terras no sítio denominado "FELIPE", deste termo, havidas por compra a Florêncio Alves Feitosa, avaliada por 16\$000.

38. Mais uma posse de terras no lugar "CHUPADOR", deste termo, havidas por compra a Anastácio Martins Chaves, avaliada por 16\$000.

39. Duas posses de terra no lugar denominado "SÃO JOÃO", deste termo, havidas por herança no inventário do finado Coronel José de Araújo Costa, avaliadas por 240\$000.

40. Mais uma posse de terra no lugar denominado "VACA BRAVA", deste termo, outrora do de Quixeramobim, havidas por herança no inventário do finado Coronel José de Araújo Costa, avaliada por 60\$000.

41. Mais uma posse de terra no mesmo lugar "VACA BRAVA", deste termo, havida por herança no inventário do finado Coronel José de Araújo Costa, avaliada por 50\$000.

42. Mais uma outra posse de terra sem extremas no lugar "ARARA", deste termo, havida por herança do finado Coronel José de Araújo Costa, avaliada por 60\$000.

43. Uma outra posse de terra no lugar "MANIPUEIRA", deste termo, em cima da Serra das Matas, havida por herança do finado Coronel José de Araújo Costa, avaliada por 12\$000.

44. Uma outra posse de terra no lugar denominado "ARA-RA", deste termo, havida por herança do pai do inventariado, Coronel José de Araújo Costa, avaliada pelo preço de 17\$817.

45. Mais uma posse de terras no lugar "JOÃO LOPES", deste termo, outrora do de Quixeramobim, a importância que coube ao casal, avaliada por 19\$286.

46. Uma posse de terras no lugar "ALAGÔA DO MATO", deste termo, havida por herança no inventário de Dona Anna do Nascimento Vidal, a preço de quatrocentos mil reis, avaliada hoje pelo mesmo preço de 400\$000.

47. Mais uma outra posse de terra no inventário da finada dona Anna do Nascimento Vidal coube ao casal no lugar "Mulungu", hoje denominado "MONTE ALEGRE", sendo avaliada por um conto de reis, coube-lhe a quantia de quinhentos mil reis, hoje avaliada pelo mesmo 500\$000.

48. Mais uma posse de terra de criar e plantar no lugar denominado "BOA VISTA", deste termo, avaliada no inventário de dona Anna do Nascimento Vidal por quatrocentos mil reis, pertencente ao casal, avaliada naquele inventário a parte que lhe coube de cem mil reis, hoje também avaliada por 100\$000.

49. Uma posse de terra no lugar "AÇUDE GRANDE", deste termo, hoje conhecida por "DESCOBERTA", nas duas léguas do

mesmo "Açude", avaliadas no inventário de dona Anna do Nascimento Vidal por novecentos mil reis, coube-lhe a quantia de cem mil reis, hoje também avaliada pelo mesmo preço de 100\$000.

50. Uma posse de terra de criar no lugar riacho Mulungu, hoje denominado "MONTE ALEGRE", deste termo, que o casal houve por compra feita a Francisco Cordeiro da Rocha e sua mulher, avaliada por 300\$000.

51. Declarou mais a viúva que a respeito das terras do "CHUPADOR", havia um contrato com seu finado marido Anastácio de Araújo Costa Sales, com dona Maria Vieira de Sousa, para ficarem as terras do "Chupador" pertencentes ao casal na forma do contrato assignado pelas partes no dia cinco de maio de mil oitocentos e noventa e hum, sujeitando-se ela viúva inventariante a ficar com estas terras em sua meação para depois passar o papel de consentimento a respeito do contrato feito com a contratante e legitimar os limites do dito contrato ou seus herdeiros, que não são estranhos a convenção feita, e era o que tinha a descrever sobre terras. (sic)".

Verifica-se uma curiosidade em todos os inventários do século XIX, inclusive nos do passado, que é a falta absoluta de recursos hídricos numa região constantemente assolada pelas secas. Não se construíam açudes, ou mesmo bons cacimbões, recorrendo os agropecuaristas, exclusivamente, às chamadas "*cacimbas de gado*", constituídas de escavações em leitos de rios ou riachos, método hoje ultrapassado e em desuso. Sigo.

CASAS: 01. Uma casa na fazenda "CAIÇARA", reformada, com quatro portas de frente, construída de tijolos, coberta de telhas, rodeada de calçadas, com compartimentos regulares, avaliada no valor de 500\$000". (Vide capa).

Nesta descrição, fica evidente o valor econômico e estimativo atribuído ao bicentenário Solar, representando o atribuído a uma média propriedade rural, com meia légua de largura

por meia de fundos, como é o caso do imóvel "CAIÇARINHA", descrito sob nº 2, cuja área é similar, em nossos dias, a 9.000.000 m², equivalentes a 900 has. Doutra parte, a descrição sobrepuja a sumariada pelo escrivão, no inventário paterno.

02. Uma morada de casa de tijolos, coberta de telhas, no lugar "Alagoa do Mato", deste termo, em estado de ruínas, avaliada por 50\$000.

03. Uma morada de casa coberta de telhas, de taipa, na fazenda "Monte Alegre", deste termo, em mau estado, avaliada por 20\$000.

04. Uma morada de casa de taipa, coberta de telhas, em mau estado, no lugar "Açude Grande", hoje conhecido por "Descoberta", avaliada por 20\$000.

05. Uma morada de casa de taipa, coberta de telhas, na fazenda "Cacimba dos Moços", deteriorada e sem portas, casa de vaqueiro, avaliada por 100\$000.

06. Uma morada de casa de taipa, coberta de telhas, na fazenda "Areias", deste termo, deteriorada e sem portas, avaliada por 80\$000.

07. Uma casa de taipa, coberta de telhas, na fazenda "Angicos", deste termo, onde o fazendeiro deixou de criar pelo estado de seca, avaliada por 15\$000.

08. Uma casa de taipa, coberta de telhas, em péssimas condições, no lugar denominado "Belém", deste termo, avaliada por 20\$000.

09. Uma casa de taipa, no lugar "Piranhas", neste termo, avaliada por 20\$000.

DÍVIDAS ACTIVAS:

01. Disse que ao seu casal devia João Francisco Jacaúna duas vacas solteiras, a preço de cada uma de cinquenta mil reis, que importam em 100\$000.

02. Disse mais que ao seu casal deve Luciano Pereira da Luz, a quantia de 140\$000.

03. Disse mais que ao seu casal devia Policarpo, vaqueiro na fazenda "Cacimba dos Moços", a quantia de 60\$000.

04. Disse mais que ao seu casal devia Jirimias de Vasconcelos Galvão a quantia de 119\$000.

05. Disse mais que ao seu casal devia João Damasceno, a quantia de 70\$000.

06. Disse mais que ao seu casal devia João Martins de Araújo Veras a quantia de 36\$000.

07. Disse mais que ao seu casal devia Antonio Curto, a quantia de 15\$000.

08. Disse mais que ao seu casal devia Maria Altina de Souza Lima, a quantia de 75\$000.

09. Disse mais que ao seu casal devia Possidônio Ferreira Lima, a quantia de sessenta e oito mil reis - 68\$000.

10. Disse mais que o cidadão Antonio Francisco Lima, Escrivão deste termo, devia ao casal a quantia de 100\$000.

OBS. Esclareço que o escrivão devedor — Antonio Francisco Lima — era compadre do inventariado. Por ironia, é o mesmo que participou dos ignominiosos episódios de Vital Raimundo, e também serviu neste inventário.

DÍVIDAS PASSIVAS: — Disse mais que o seu casal devia ao negociante Tenente Coronel José Figueira de Saboia, proveniente de diversas mercadorias, a quantia de 600\$000.

DÍVIDA DO FUNERAL: — Disse a inventariante que as despesas com o funeral estavam pagas e não apresentava o custo que corriam por sua conta.

DÍVIDA DO BEM D'ALMA: — Disse que as despesas do bem d'alma forão pagas e não apresentava conta a respeito (sic)".

Importam os bens a serem inventariados, na quantia de 29.424\$203 (Vinte e nove contos, quatrocentos e vinte e quatro mil, duzentos e três reis), da qual deduzida a dívida passiva, passou a ser de 28.824\$203, quantia só superada, em inventários do século XIX pelo do Cel. José de Araújo Costa. No entanto, procelas amoraes estavam reservadas para futuro próximo, como está adiante.

Muitas deduções lógicas estão espelhadas na descrição, que suscitam admiração e espanto.

1. Repetindo o que algures referi, o último filho do Cel. José de Araújo Costa, só teve vida ativa para o trabalho até 47 anos, isto é, por volta de 14.10.1891, data em que foi elaborado o já examinado "testamento".

2. Comprova sua inaptidão, a descrição das casas existentes em seus imóveis rurais, as quais, com exceção do centenário Solar, que o viu nascer, crescer e morrer, e, mesmo lá habitando, foi adquirido do cunhado Vital Raimundo c.c. a irmã Francisca de Araújo Costa, todas as demais se encontravam em estado de ruínas.

3. Assoma o espanto, quando constata-se que nos últimos seis anos que lhe restaram de vida, ainda existissem tantos bens. Para quem não tinha, ao fenecer, nenhum filho varão de maioridade, sequer mulheres aptas, é quase inacreditável deixar 23 imóveis rurais com denominações diferentes, além de 521 gados vacuns, 39 cavaleares, afora outros. Verificando-se as dificuldades da época, as doenças de que padeceu, a impossibilidade de ajuda dos filhos menores, não deixa de ser surpreendente e admirável a preservação de tamanho patrimônio.

4. A descrição dos bens, especialmente os imóveis, como a quase totalidade dos inventários processados à época, fica muito a desejar. Nela são omitidos limites, surgindo apenas as usuais menções de "posse de terra" e "sorte de terra", verificando-se uma grande disparidade nos valores a eles atribuídos. Ficam comprovados, quando "um machado em mau estado (sic)", recebe o valor

de 2\$000 (dois mil reis), e três posses de terra no imóvel "Belém", descritas sob os números 14, 15 e 16 recebem, respectivamente, as avaliações de 2\$000, 1\$700, tendo a última este mesmo valor. Não há explicação lógica, à tamanho despropósito.

5. Antes foi dito, que na descrição encontramos passagens de causar admiração e surpresa, tal conclui de relatar. No entanto, como os últimos anos de vida de Anastácio de Araújo Costa Sales foram-lhe severamente cruéis, a reserva maior de infâmia, ignomínia e perversidade, foi destinada aos seus descendentes. Vou enunciar-los, com fundamento em documentos primários e oficiais.

No processo de inventário, o juiz substituto, primeiro suplente leigo, Joaquim de Souza Lima, assessorado pelo parente e escrivão Antonio Francisco Lima, e os partidores Manoel Carlos de Sousa — este, testemunha no falso testamento — em auto de partilha que inicia à p. 55, em data de 06.10.1898, deram início ao que devo designar de **demolição ardilosa, abominável, vergonhosa e rapinante** dos bens, conservados com tanto sacrifício pelo inventariado, cujo trágico final está à p. 85, com data de 10.10.1898. Por omissão: o outro partidor foi Gregório Gomes Franco. De imediato, manda o juiz leigo suplente Souza Lima, dar vistas dos autos à inventariante, aos herdeiros maiores, ao testamenteiro, e ao Curador Geral dos Órfãos, tal está à p. 86.

A desamparada e analfabeta viúva, em parecer manuscrito e assinado a rogo pelo genro Francisco Quirino das Chagas, diz: "*Para evitar questões, actualmente na crise climaterica que atravessamos... para me contentar com o que felismente me coube, aceitando os bens que me derão em meiação. Tamboril, 24 de outubro de 1898 (sic)*".

Se estava desolada e determinada ao sacrifício extremo, enfurecido, o Ten. Cel. Dr. Urcesino Xavier de Castro Magalhães, em longo parecer às ps. 87/87v., discordando das disposições testamentárias constantes da partilha, como Curador Geral de Órfãos,

revida, dizendo, entre outras cousas: “Não contava (o pretense testador), com a exibição de tal testamento, tanto mais quando havia brigado com Victal Raimundo da Costa Pinheiro, seu administrador, a quem pusera fora de toda incumbência. Assim, a prevalecer um testamento que se diz roubado, e à última hora apresentado por Victal Raimundo, preterindo da herança os seus filhos habilitados pelo casamento civil, iguais todos na herança, não posso, quando estou convencido do contrário, de me opor a presente partilha, prejudicial aos interesses dos meus curatelados, fazendo nestas declarações um protesto para garantir-lhes seus direitos, contra quem quer que seja, ad futurum.” Tamboril, 25 de outubro de 1898. O Curador Geral — Urcesino Xavier de Castro Magalhães (sic). (Destaquei).

Debalde resultou — como em vezes anteriores — o enérgico parecer do Curador dos Órfãos, pois, o sempre “reaparecido” juiz leigo, Antonio de Oliveira Ramos, às ps. 93/94v, profere a decisão letífera: “Julgo por sentença e homologo a presente partilha, inventário e disposições testamentárias que lhe inerem afim de que produza os seus efeitos jurídicos e legais, para o que interponho minha auctoridade e jurisdição...” Tamboril, 26 de outubro de 1898 — Antonio d’ Oliveira Ramos (sic). (Destaquei). O silêncio lúgubre que a esta decisão sucedeu, deve hoje ribombar na inclemente e corrompida alma de seu perverso e cruel subscritor.

Finalmente, para que não paire uma interrogação, do valor final partilhado, na importância de 29.424\$203 (vinte e nove contos, quatrocentos e vinte quatro mil, e duzentos e tres reis), “desapareceu” dos autos — inexplicavelmente — a vultosa quantia de 10.351\$401 (dez contos, trezentos e cinquenta e hum mil, e quatrocentos e hum reis) que daria para comprar, pelos valores atribuídos, 20 (vinte) fazendas, com uma área de 900 has. cada, demonstrado pela fazenda “Caiçarinha”, descrita e avaliada sob nº 2, alhures.

Todavia, este último habitante do centenário Solar da Caiçara, em nada desmereceu aos seus ancestrais, bravos conquistadores, colonizadores e povoadores de grande parte do nosso árido e inóspito Nordeste, eis que aqui chegaram logo após o descobrimento, consigo trazendo o desejo de ver transformada a colônia, na qual deixaram marcas claras e indeléveis do seu árduo trabalho; vertendo seu suor; fincando as primeiras estacas e iniciando os indispensáveis alicerces; aboletando-se em “cascos” da terra conquistada; enfrentando hostilidades de variados ordenamentos, e, em muitas ocasiões sacrificando a própria vida, mas, nos ofertando como legado, acima de tudo, honradez, dignidade e muito amor a este chão.

A ÚLTIMA DESCENDÊNCIA DO BICENTENÁRIO SOLAR

13|

Sequencialmente, deve parecer que esta relação precederia aos temas anteriores. Contudo, deixei por último a parte genealógica. Vou apresentá-la como está no seu original - inclusive os "legatários" — constantes das ps. 4v/5, do inventário.

TÍTULO DE HERDEIROS.

MARIA GONÇALVES CHAVES, viúva, 44 annos.

FILHOS:

1. ANNA DE ARAÚJO SALLES, com 18 annos de idade, casada com Francisco Quirino das Chagas.
2. MARIA GONÇALVES DE SALLES, com 17 annos.
3. AMÉLIA ARAÚJO SALLES, com 16 annos. (Avó materna do autor destas letras).
4. MARIA DE ARAÚJO SALLES, com 14 annos. (é a mesma Maria Capitulina, referida no testamento).
5. EMÍLIA DE ARAÚJO SALLES, com 13 annos.
6. FRANCISCA DE ARAÚJO SALLES, com 7 annos.
7. JOSÉ DE ARAÚJO COSTA SALLES, com 6 annos de idade.
8. ANASTÁCIO DE ARAÚJO COSTA SALES (filho), com 4 annos de idade.

LEGATÁRIOS:

1. MARIA GONÇALVES CHAVES, (viúva), com 44 annos de idade.

2. LUZIA FERREIRA CHAVES, com 46 annos de idade.

3. JOSÉ DE ARAÚJO COSTA, (filho de Francisca Pereira da Luz), com 18 annos.

4. VICTAL RAIMUNDO DA COSTA PINHEIRO, (cunhado), com 59 annos.

5. FRANCISCA DE ARAÚJO COSTA PINHEIRO, (irmã), com 56 annos.

6. MARIA FRANCISCA DE ARAÚJO PINHEIRO, (sobrinha materna), com 30 annos. (sic)".

Não aparece o sobrinho do inventariado, José Casemiro de Araújo Pessoa, que exercia a função de Coletor das Rendas Estaduais em Tamboril, a quem a viúva ofereceu nova fiança, em cumprimento às "disposições testamentárias (sic)", ofertando bens de sua meação, em processo de especialização de hipoteca, informe contido à p. 90, do inventário.

Foi com muito empenho e enfrentando extremas dificuldades e desinteresse, que consegui formar uma incompleta relação dos descendentes de Anastácio de Araújo Costa Sales. Em face da dispersão das pessoas que dela deveriam constar, a relação foi obtida através de informes de parentes e pessoas ligadas por laços afins à família, estas, por seu lado, já distanciadas das novas gerações e dos que longe habitam, do que certamente resultaram enganos nominais, erros e omissões involuntárias. Aos que não estão inclusos, expresse minhas desculpas, pois, até pessoas bem próximas do meu convívio, instadas por carta ou oralmente, nada apresentaram. Foi meu intento, narra-la a mais completa, cujo desejo fugiu-me. Como alternativa única, restou-me referi-la, tal foi obtida. Não farei a relação obedecendo rigores contidos em estudos comuns da genealogia, com as naturais indicações de N = neto, Bn. = bisneto, Tn. = trineto, Ten. = tetraneto etc., uma vez que muito esforço exigiria, e mais custosa seria a impressão, dês que não aspiro lucro ou qualquer reposição do que despendi, inclusive com a impressão.

Motiva-me, insisto, levar estes conhecimentos aos descendentes, citados ou omissos, e, acima de tudo tributar aos meus maiores a justa homenagem de que são merecedores. Embora há mais de século do falecimento de Anastácio de Araújo Costa Sales, não é crível que as pessoas de idade aqui relatadas, não alcancem seus liames. Por fim, dentre os que me prestaram informações e incentivo, agradeço aos distintos parentes Sebastião de Araújo Quirino; Anastácio Martins de Araújo — Tácio Martins, este, já falecido; ao prezado amigo Frederico Guilherme de Holanda Rangel; e ao querido, estimado e hoje saudoso primo José Cornélio Ribeiro Neto, sempre voltado à família e às letras.

Eis o resultado:

I — ANA DE ARAÚJO SALES, primogênita, conhecida na família por TIA NANINHA, que foi c.c. FRANCISCO QUIRINO DAS CHAGAS, já falecidos, deixando os seguintes filhos:

1. JOSÉ QUIRINO DE ARAÚJO, falecido. 2. LUÍS QUIRINO DE ARAÚJO, falecido. 3. ANASTÁCIO QUIRINO DE ARAÚJO, falecido. 4. OVÍDIO QUIRINO DE ARAÚJO, falecido. 5. RAIMUNDA QUIRINO DE ARAÚJO, falecida. 6. FRANCISCA QUIRINO DE ARAÚJO, falecida. 7. ALZIRA QUIRINO DE ARAÚJO, c.c. o primo materno ANTONIO ARAÚJO MARQUES, este já falecido, cujo casal deixou os seguintes filhos: Luís Gonzaga de Araújo c.c. Maria Marques Araújo, aposentados, residentes em Tamboril, de quem procede, dentre outros, Maria da Conceição Araújo Rangel, Substituta do 1o. Cartório de Tamboril, c.c. Frederico Guilherme de Holanda Rangel, já citado; Sebastião Araújo Quirino c.c. Rosa Maria Alves Araújo, residentes em Tamboril. Do casal descendem: 1) Francisca Helena Alves Araújo, funcionária do Poder Judiciário, c.c. José Alves Neto. 2) Francisco Flávio Araújo Veras c.c. Edleusa Rodrigues de Araújo; 3) Francisca Irene Araújo Alves, solteira, professora pública; 4) Francisca Lucilene Araújo Veras c.c. Joaquim Navone Filho, adiante referidos; 5) Francisco

Bionor Alves Araújo, solteiro; 6) Francisco Antonio Alves Araújo c.c. Maria Gorete de Moraes Alves. Sigo. Eduardo Araújo Quirino, residente no Rio de Janeiro; Antonio Araújo Quirino, José Gerardo Araújo Quirino e Francisco Seiva Araújo Quirino, todos casados, residentes no sul do país; Anastácio Araújo Marques, casado residente em Tamboril; Maria Helena Araújo Farias, que residiu muitos anos em companhia de minhas tias maternas Ana Araújo Ribeiro e Anastácia Araújo Ribeiro, falecidas, tendo Maria Helena contraído núpcias com José Farias Sobrinho, residindo com seus filhos na cidade do Rio de Janeiro; Maria Rocilda Araújo Marques, residente em São Paulo, e a caçula Maria de Lourdes Araújo Marques, casada com pessoa cujo nome desconheço, com descendência, residente em Tamboril. 8. MARIA DA CONCEIÇÃO QUIRINO, que faleceu inupta; 9. OZANA DE ARAÚJO MARQUES, casada. 10. IZAURA ARAÚJO QUIRINO, que faleceu inupta; 12. ISABEL ARAÚJO QUIRINO, casada.

II — MARIA GONÇALVES DE SALES, afetivamente conhecida por TIA MARIQUINHA, que foi casada com CANUTO FAUSTO DE SOUSA, falecidos, com a seguinte descendência:

1. ANTONIO ARAÚJO MARQUES, que foi casado com a prima materna ALZIRA QUIRINO DE ARAÚJO, antes referidos. 2. ANASTÁCIO ARAÚJO MARQUES, falecido. 3. FRANCISCO ARAÚJO MARQUES, falecido. 4. JOSÉ ARAÚJO MARQUES, que foi casado com dona MARIANA BEZERRA VERAS, natural de Crateús, falecidos, tendo os seguintes filhos: 1) Ozair Veras Araújo, c.c. a prima Maria do Socorro Veras Alves, residentes em Crateús; 2) Manoel Arnóbio Veras Araújo c.c. Valba Aguiar Veras, residentes em Crateús; 3) Manoel Jeová Veras Araújo, falecido, c.c. Antonia Caçula de Aguiar, residente em Crateús; 4) Manoel Bezerra Veras c.c. Luiza Araújo Bezerra, residentes em Crateús; 5) Maria Sônia Veras Araújo, solteira, funcionária da Caixa Econômica Federal, residente em Fortaleza; 6) Maria das Graças de Araújo Portela, c.c. Adauto de Paula Portela, ele comer-

ciante e ela funcionária do Banco do Brasil, residentes em Crateús; 7) Maria do Livramento Veras Lima, a quem devo a fineza desta relação c.c. Francisco Vieira Lima, ela funcionária do Banco do Brasil, ele comerciante, residentes em Crateús; 8) Maria de Fátima Veras Araújo Torres c.c. Francisco das Chagas Rodrigues Torres; 9) Manoel Zeferino Veras Araújo, casado, residente em Fortaleza. 5. JOAQUIM ARAÚJO MARQUES, hoje falecido que c.c. a prima materna MARIA ARAÚJO MARQUES, cujo casal completou bodas de ouro há anos, residentes em Tamboril, tendo os seguintes filhos: José Hugo Araújo Marques, casado, residente em São Paulo; Elza Maria Araújo Alves, solteira, residente na cidade do Rio de Janeiro; Heriberto Araújo Marques, casado, residente em Tamboril; Maria Erondina Araújo Marques, divorciada, residente em Fortaleza; Joaquim Abelardo Araújo Marques, já falecido; Hermano José Araújo Marques, casado, residente em Tamboril; Maria do Socorro Araújo Alves, solteira, residente em Tamboril. 6. LUIZ ARAÚJO MARQUES, casado. 7. JOÃO ARAÚJO MARQUES, falecido. 8. MANOEL ARAÚJO MARQUES, que faleceu inupto. 9. SEBASTIÃO ARAÚJO MARQUES c.c. a prima materna SUZANA ARAÚJO MARQUES, ambos falecidos, residentes em Tamboril, deixando os seguintes filhos: 1) Francisco Araújo Marques c.c. Telma Maria Marques, residentes em Tamboril; 2) Maria do Livramento Araújo Marques, casada, residente em Tamboril; 3) Adalgisa Araújo Marques; 4) Francisca Araújo Marques, e 5) Canuto Araújo Marques, todos solteiros, residentes em Tamboril. 10. ANA ARAÚJO MARQUES c.c. JOSÉ GERMANO VERAS (Zuca), falecidos, pais, dentre outros, de: 1) José Germano Araújo Veras; 2) Tarcísio Araújo Veras c.c. Francisca Maria Veras Alves, de quem procedem: Valdenira Veras Alves; Valdenio Veras Alves e Valquíria Veras Alves. 11. MARIA DE ARAÚJO MARQUES (Tia Mimosa), fenecida.

III — AMÉLIA ARAÚJO SALES, nascida na fazenda Caiçara, no bicentenário Solar, no dia 28.03.1883, cujo termo de ba-

tismo existente no arquivo da secretaria paroquial de Tamboril, tem o seguinte teor: "Diocese de Crateús — Crateús — Ceará — Brasil. Paróquia de Santo Anastácio em Tamboril. CERTIFICO que revendo os livros de termos de batizados realizados nesta Paróquia, foi encontrado o de teor seguinte, no livro 04, Fls. 131v. do ano de 1883. Aos vinte e dois de outubro de mil oitocentos e oitenta e três, nesta Matriz baptizei a AMÉLIA branca que nasceu a vinte e oito de março do mesmo anno, filha legítima de Anastácio de Araújo Costa Salles e de Maria Gonçalves Chaves e forão padrinhos Anastácio Pessoa de Araújo e Francisca de Araújo Sales. E para constar mandei lançar este assento em que me assigno. Pe. Francisco de Hollanda Cavalcante. Parocho Encomendado. *Ita in fide parochi*. Tamboril, 26 de novembro de 1992. Sueli Rodrigues Segundo Lima — p/ Vigário. (sic)". AMÉLIA ARAÚJO SALES foi casada com JOSÉ CORNÉLIO RIBEIRO, que é o mesmo JOSÉ CORNÉLIO RIBEIRO DA FONSECA, ato realizado na casa dos pais da nubente, na fazenda Caiçara, quando já falecido o pai da noiva, Anastácio de Araújo Costa Sales, cujo termo tem o seguinte teor: "Diocese de Crateús — Ceará — Brasil. **Certidão de casamento.** Paróquia de Santo Anastácio em Tamboril. CERTIFICO que revendo os livros de termos de casamentos realizados nesta Paróquia, foi encontrado o de teor seguinte, no livro 04, Fls. 74v., nº 32, do ano de 1899. Aos sete de outubro de mil oitocentos e noventa e nove, na Fazenda Caiçara, desta Freguesia de Tamboril, Bispado do Ceará, as dez horas e meia da manhã compareceram em minha presença os contrahentes JOSÉ CORNÉLIO RIBEIRO, com dezoito annos de idade e AMÉLIA ARAÚJO SALLES, com dezoito annos de idade, filhos legítimos de Cornélio Ribeiro da Fonseca e Maria Thereza de Jesus, ella de Anastácio de Araújo Costa Sales e Maria Gonçalves Chaves, naturais e moradores da freguesia de Boa Viagem, ella desta do Tamboril, foram dispensados do parentesco de consanguinidade, em tudo habilitados segundo o Direito Canônico e sem impedimento algum, se receberam por marido e mulher com palavras de presente, e em segui-

da lhes dei as benções nupciais conforme o Rito da Santa Igreja Catholica Romana, perante as testemunhas José do Vale Bezerra e Doutor Francisco de Sales Ribeiro Campos. E para constar mandei lançar este assento em que me assigno. O Vigário Pe. Francisco de Hollanda Cavalcante. Nada mais se continha no dito termo a que me reporto, o qual foi fielmente copiado do original. *ITA IN FIDE PAROCHI*. Tamboril, 26 de novembro de 1992. Sueli Rodrigues Segundo Lima. P/ Vigário (sic)".

No Cartório de Boa Viagem, obtive cópia do inventário de MARIA TEREZA DA FONSECA, que é a mesma Maria Thereza de Jesus referida no assento de casamento, onde consta como casada com CORNÉLIO RIBEIRO DA FONSECA, assim tratado no termo acima, cujo óbito ocorreu na fazenda Espírito Santo, no dia 10.03.1885, deixando na orfandade quatro filhos menores: Maria Ribeira do Espírito Santo, com 11 anos; Maria das Dores Ribeiro da Fonseca, com 9 anos; JOSÉ CORNÉLIO DA FONSECA, que é o mesmo JOSÉ CORNÉLIO RIBEIRO, com 8 anos de idade, e Maria Sabina Ribeiro da Fonseca, com 6 anos de idade, sendo que Cornélio Ribeiro da Fonseca, era proprietário de terras no lugar Espírito Santo, primitiva localidade onde o cristão-novo português, Antonio Domingos Alves c. c. Agostinha Sanches de Carvalho se instalaram e assim a denominaram, tendo em vista a transferência que lhe fez Calixto Lopes da Silva, no sesmo que lhe foi concedido em 10.02.1732, tendo Antonio Domingos lá morado e constituído família, sendo avô materno da mulher do Cel. José de Araújo Costa, dona Ana do Nascimento Vidal (2ª), como está alhures. Até hoje, grande número de parentes de meu avô materno - José Cornélio Ribeiro - ainda são agropecuaristas naquela fazenda, destacando-se, dentre os que de perto conheci e visitei, há muitos anos: Perciliano Ribeiro Jaca e Eronuro Ribeiro da Fonseca ou Eronuro da Fonseca Magalhães, dos quais não tenho notícias.

Amélia Araújo Sales, conforme Certidão de Óbito do Cartório de Registro Civil de Tamboril, veio a falecer aos 64 anos in-

completos, às 15:34 horas do dia 13.03.1947, e José Cornélio Ribeiro, com 64 anos completos, no dia 01.12.1948, às 13:00 horas, ambos velados na mesma casa em que viveram, na rua que hoje leva o nome de uma filha do casal: Rua Tabeliã Ana Araújo Ribeiro, nº 18, onde por último habitou o neto, Joaquim Anselmo de Araújo Farias, falecido. JOSÉ CORNÉLIO e AMÉLIA ARAÚJO SALES, deixaram a seguinte prole: 1. ANASTÁCIA ARAÚJO RIBEIRO, familiarmente tratada por TATAÇA, nascida a 12.10.1903 e falecida inupta no dia 10.09.1977, com 73 anos de idade; 2. RAIMUNDA ARAÚJO RIBEIRO, que após casada com FRANCISCO FELIX DE SOUSA FARIAS FILHO, que passou a assinar-se RAIMUNDA ARAÚJO FARIAS, ela professora pública e ele artesão, falecidos, deixando os seguintes filhos: 1. Fernando Araújo Farias, nascido em 13.12.1939, que ocupou as funções vitalícias de Tabelião Público e Oficial do Registro de Imóveis de Tamboril, autor destas letras, de quem descendem: a) Bela. Maria do Socorro Rangel Farias, solteira e Notária Pública. b) Neide Frederica Rangel Farias, desquitada, Professora Pública, companheira de José Antonio Souto Cavalcante, de quem descendem Felipe Farias Nunes e Iury Rangel Farias Cavalcante. c) Caio Augusto Andrade Farias, solteiro, estudante de Arquitetura, residente em Fortaleza. 2. Joaquim Anselmo de Araújo Farias, nascido em 28.04.1943, solteiro, Oficial de Justiça aposentado, falecido em Fortaleza, no dia 27.02.2012. Raimunda faleceu no dia 03.07.1966, às 23:30, no Hospital Pronto Médico, na cidade de Fortaleza, aos 61 anos de idade, pois nasceu no dia 30.01.1905, e Francisco, nascido no dia 31.07.1899, veio a falecer no dia 28.11.1985, com 86 anos de idade, ambos velados na casa vizinha a de seus pais e sogros, na mesma Rua Tabeliã Ana Araújo Ribeiro, 22. 3. ANA ARAÚJO RIBEIRO, carinhosamente nomeada pelos familiares por Tetia, modista, professora pública das Escolas Reunidas; enfim, por mais de 25 anos exerceu as funções de Escrevente Substituta do Cartório do 2º Ofício, onde assumiu a titularidade por várias vezes. Pessoa de extrema religiosidade, com grande lastro de amizade, tem a

homenageá-la a designação da Rua onde sempre morou. Nasceu no dia 10.07.1906, falecendo aos 85 anos, no dia 20.08.1991, na cidade de Tamboril. 4. ANASTÁCIO DE ARAÚJO COSTA SALES (neto), cujo termo de batismo demora em nosso arquivo, nascido no dia 08.10.1914, casado com d. MARIA DO LIVRAMENTO FONTENELE ROCHA, esta, descendente de família ilustrada de Granja. Anastácio de Araújo Costa Sales (neto), mais conhecido por Tácio Cornélio, exerceu as atividades de comerciante e agropecuarista nesta cidade, tendo concorrido às eleições para a Câmara Municipal em 1935. Alguns anos após o casamento mudou-se para a fazenda Tiaia, no município de Granja, pertencente a familiares de sua mulher, vindo, após algum tempo, residir na cidade de Granja. Foi também Coletor Estadual, tendo exercido tal função, dentre outras, nas cidades de Camocim e Guaraciaba do Norte. Não conseguimos o seu atestado de óbito, podendo informar que faleceu na cidade de Fortaleza, sendo velado na casa onde moraram seus pais, à mesma Rua Tabeliã Ana Araújo Ribeiro, 18, inumado em Tamboril. Do casal veio a seguinte prole: 1. JOSÉ CORNÉLIO RIBEIRO NETO c.c. IVONE FROTA RIBEIRO, pais de 1) José Cornélio Ribeiro Júnior, casado; 2) César Augusto Frota Ribeiro, advogado, casado, com escritório à Av. Santos Dumont, 2789, na cidade de Fortaleza; 3) Rosangela Frota Ribeiro, fisioterapeuta, solteira; 4) Eveline Frota Ribeiro, jornalista e redatora na TV Verdes Mares, Fortaleza; 5) Gabriela Frota Ribeiro, estudante, todos residentes na cidade de Fortaleza. José Cornélio Ribeiro Neto, hoje falecido, foi funcionário do Banco do Brasil S.A., em cuja função aposentou-se; 2. MARIA DO LIVRAMENTO ARAÚJO XIMENES, c.c. HAROLDO XIMENES, ambos funcionários aposentados do antigo BEC S/A, ela ex-vereadora e Secretária de Cultura da Prefeitura Municipal de Granja, onde têm residência, com descendência; 3. JOSÉ AUGUSTO ROCHA ARAÚJO, nascido em 20.06.1947, médico cardiologista, tendo vários cursos de especialização não só no Brasil como nos Estados Unidos da América e Europa. Desenvolve também, atividades agropecuárias

no município de Quixeramobim, e é c.c. VERA LÚCIA BASTOS ROCHA ARAÚJO, de quem descendem: 1) Rebecca Bastos Rocha Araújo, n. 09.10.1978, odontóloga, c.c. Rodrigo Leonardo de Oliveira Sousa, empresário, pais de Rodrigo Rocha Araújo Sousa. 2) Patrícia Bastos Rocha Araújo, n. 14.10.1980, arquiteta, solteira. 3) Melina Bastos Rocha Araújo, n. 22.06.1985, advogada, solteira, todos residentes na cidade de Fortaleza – CE.; 4. MARIA AMÉLIA ROCHA ARAÚJO, bacharela em Direito pela UFC, hoje falecida, que foi c.c. Franzé, funcionário da Secretaria da Fazenda do Ceará e ela da Justiça Federal, habitavam em Fortaleza; 5. JOSÉ ANASTÁCIO ROCHA ARAÚJO, n.07.02.1951, empresário e advogado, c.c. Tânia Maria Veras da Silva, residentes na cidade de Teresina, Piauí, pais de: 1) Anastácio de Araújo Costa Sales Neto (na verdade trineto), nascido 22.01.1985, advogado; 2) Fernando Silva Araújo, n. 06.01.1989, e 3) Júlia Veras Rocha, n. 30.07.1995.; 6. MARIA DE FÁTIMA ROCHA ARAÚJO, solteira, que residia em companhia da mãe, na cidade de Granja, e 7. JOSÉ LÍVIO ROCHA ARAÚJO, n. 31.03.1957, funcionário do Banco do Brasil, c.c. CLÁUDIA MARIA ROCHA ARAÚJO, n. 31.03.1960, de quem provêm: 1) José Lívio Rocha Araújo Filho, n. 29.11.1986, advogado, solteiro. 2) João Victor Rocha Araújo, n. 21.10.1989, solteiro. 3) Gabriel Rocha Araújo, n. 28.09.1993, solteiro, todos residentes na cidade de Fortaleza – CE. Estes dados, sobre a descendência de José Cornélio Ribeiro e Amélia Araújo Sales são mais extensos, em razão da proximidade de liames e desempenho de familiares, eis que são meus avós maternos.

IV— MARIA ARAÚJO SALES, familiarmente conhecida por TIA CAPITULINA. Curiosamente, dentre os pertences de minha saudosa tia Tetia (hoje em meu arquivo), há um telegrama procedente de Belo Horizonte, MG, datado de 01.05.1979, onde estão como remetentes “seus netos” (sic), noticiando o falecimento da Tia Capitulina, ocorrido sábado, 28.04.1979, com mais de um século de existência. Portanto, a mais longeva das filhas de Anas-

tácio de Araújo Costa Sales. Foi casada com LUIZ ALVES DA SILVA, falecidos, deixando como filha única dona EDITE ARAÚJO DA SILVA MELO, que foi casada com FRANCISCO HOLANDA MELO, ele em 2as. núpcias, ambos falecidos, deixando a seguinte prole: 1) Luís Haroldo da Silva Melo, casado, residente no estado de Minas Gerais; 2) Maria José da Silva Melo, casada, também residente no sul do país; 3) Adriano César da Silva Melo, casado, empresário, residente em Minas Gerais; 5) José Aírton da Silva Melo, casado, empresário e agropecuarista, residente na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, hoje agropecuarista no município de Mons. Tabosa; 6) Gerardo da Silva Melo, casado, residente no sul do país; 7) Paulo da Silva Melo, casado, identicamente residente no sul do país; 8) Maria de Jesus da Silva Melo, já falecida, tendo deixado descendência; e 9) Antonio Ciríaco da Silva Melo, casado, residente no sul do país.

V — EMÍLIA DE ARAÚJO SALES, carinhosamente tratada por TIA EMÍLIA, que foi casada com FRANCISCO PATRÍCIO MARQUES, ambos falecidos, deixando os seguintes filhos: 1. JOSÉ ARAÚJO MARQUES; 2. ANASTÁCIO ARAÚJO MARQUES; 3. GUILHERME ARAÚJO MARQUES; 4. LUIZ ARAÚJO MARQUES; 5. FRANCISCO ARAÚJO MARQUES, que foi casado com FRANCISCA ARAÚJO DE SOUSA, pais dos seguintes filhos: 1) Maria do Socorro Araújo Sales; 2) Vilani Araújo Sales; 3) Maria Anita Araújo de Sousa e 4) Maria Nanci Araújo de Sousa. De VILANI ARAÚJO SALES, cujo marido desconhecemos o nome, descendem: Roberto Araújo Sales; Francisco Araújo Sales; Ricardo Araújo Sales; Antonio Araújo Sales; Alexandre Araújo Sales; Marta Araújo Sales; Ana Elizabete Araújo Sales; Lúcia Maria Araújo Sales; Regina Araújo Sales e Tereza Araújo Sales. De MARIA Nanci ARAÚJO DE SOUSA, a quem devemos estes informes, provem a seguinte descendência: José Antonio Araújo de Sousa; Vera Lúcia Araújo Melo, funcionária pública, casada com José Alísio Holanda Melo, comerciante e agropecuarista, re-

sidentes em Tamboril, com descendência; Mirian Araújo Paiva; Antonio Araújo Sousa; Marli Araújo de Sousa; Lurdini Araújo de Sousa; Lúcia Araújo de Sousa; Antonio José Araújo de Sousa; Francisco Araújo de Sousa; Pedro Augusto Araújo de Sousa; Rômulo Patrício Araújo de Sousa e Marcos Aurélio Araújo de Sousa. 6. ANTONIO ARAÚJO MARQUES. 7. FRANCISCA DAS CHAGAS ARAÚJO MARQUES, carinhosamente chamada TIA CHAGUINHA, que foi casada com JOSÉ ALVES MELO, já falecidos, ele comerciante em Tamboril. O casal mudou-se para o sul do país, sendo, dentre outros, seus filhos: EMÍLIA MARIA MARQUES MELO, que trazia o prenome da avó materna, casada, com descendência, residente na cidade do Rio de Janeiro; MARIA APARECIDA MARQUES MELO, casada, com descendência, também residente no sul do país; ANTONIO CÊSAR MARQUES MELO, casado, com descendência, igualmente residente no sul do país. Quando o casal transferiu residência para o sul do país, levaram alguns filhos menores, cujos nomes não nos foi possível alcançar. 8. ZIDOCA ARAÚJO MARQUES. 9. MARIA DO SOCORRO ARAÚJO MARQUES; 10. MARIA JOSÉ ARAÚJO MARQUES e 11. LÍDIA ARAÚJO MARQUES, que ingressou numa congregação religiosa (freira). Estes dados da descendência de Tia Emília advêm de alguns conhecimentos do autor, com auxílio — insisto — da parenta Maria Nanci Araújo de Sousa.

VI — FRANCISCA DE ARAÚJO SALES, que foi casada com ANASTÁCIO ALVES DA SILVA, conhecido por TIO SENHOR, falecidos. Era ele, ANASTÁCIO ALVES DA SILVA — Tio Senhor —, irmão de LUIZ ALVES DA SILVA, que foi c.c. MARIA ARAÚJO SALES — Tia Capitulina, tratados sob o nº IV. De FRANCISCA DE ARAÚJO SALES e ANASTÁCIO ALVES DA SILVA, descendem: 1. ADALGISA DE ARAÚJO VERAS, que foi c.c. JOAQUIM ISAIAS DA COSTA VERAS (ele em 2as. núpcias), ambos falecidos, deixando os seguintes filhos. 1. Maria da Conceição Veras, solteira, comerciante do ramo de hotelaria, residente

em Crateús, a quem devemos a gentileza destas informações; 2. Francisca de Araújo Veras, solteira; 3. Maria Sônia Costa Veras, casada com Francisco de Assis Torres, residente no distrito de Sucesso — Tamboril; Margarida Costa Matos, casada com Francisco Matos de Sousa, com descendência; Francisco das Chagas Araújo Veras, casado com Maria do Carmo Freire Veras, com descendência; José Américo de Araújo Veras, desquitado, com descendência; Joaquim Filho Neto, solteiro; Raimundo Ivan Alves Costa, casado, com descendência; Ana Marta Costa Castro, casada com Antonio Silvino Castro, com descendência, e Maria Aparecida Alves Costa, solteira. 2. LUÍS ALVES DE ARAÚJO que foi c.c. ROCILDA PALHANO DE ARAÚJO, tendo como filha única Maria José de Araújo Sousa, c.c. Joaquim Navone de Sousa, residentes em Tamboril, pais, de a) Joaquim Navone Filho c.c. Francisca Lucilene Araújo Veras, com descendência, ela comerciante e ele gerente da agência local da ECT.; b) Antonio Luís Araújo Sousa, funcionário da ECT, em Tamboril; b) Anastácia Mimosa Araújo Sousa, residente em Sta. Quitéria. 3. EURICO ARAÚJO ALVES, casado, tendo os seguintes filhos: Rosa Maria Araújo Veras c.c. Sebastião Araújo Quirino, com descendência e alhures referidos, sendo dele - Sebastião - grande parte dos informes aqui narrados; Alberto Araújo Veras; Elisa Araújo Veras; Maria do Socorro Veras Alves, já relatada; Anastácio Araújo Veras e Francisca Araújo Veras. 4. LUIZA ARAÚJO ALVES, que contraiu dois matrimônios, cujos descendentes não alcancei. 5. ROSÁLIA ARAÚJO SALES, educada desde criança por meus avós maternos, casada com GERMANO FARIAS SALES, mais conhecido por Maninho Sales, pessoa de boa índole, honrado e digno, comerciante e político em Tamboril, tendo exercido vários mandatos como vereador à Câmara Municipal de Tamboril. Este casal exerceu ativa vida social na cidade de Tamboril, sendo deles a iniciativa da fundação do Grêmio Recreativo Tamborilense, pioneiro clube sócio/recreativo da cidade. A ata de fundação data de 19.08.1963, e foi redigida e

manuscrita pelo autor destas letras. Ficou por costume uma festa memorável anual, realizada no dia 06 de janeiro. Germano Farias Sales já é falecido, descendendo do casal os seguintes filhos: a) LÚCIA MARIA ARAÚJO SALES, solteira, que exerceu as funções de 1ª Tabeliã Pública e Oficiala do Registro Civil em Tamboiril, hoje aposentada; b) JOSÉ GERMANO ARAÚJO SALES, já falecido, com descendência; c) MARIA DE FÁTIMA ARAÚJO SALES, casada, residente na cidade de Fortaleza; d) JOANA AMÉLIA ARAÚJO SALES, casada, residente em Fortaleza; e) MARIA DO LIVRAMENTO ARAÚJO SALES, advogada, casada, com descendência, residente na cidade de Brasília, DF; f) MARIA JOSÉ ARAÚJO SALES, engenheira química, solteira, residente na cidade de Fortaleza; g) GERMANA ARAÚJO SALES; com nível acadêmico, casada, com descendência, residente em Belém - Pará. 6. TERESINHA ARAÚJO ALVES, de quem descendem Edmar, Andréa e Francisco Antonio. 7. GERARDO ARAÚJO ALVES, que faleceu inupto. 8. JOSÉ GERMANO ARAÚJO ALVES, que faleceu solteiro e foi padrinho do autor deste estudo. 9. FRANCISCA ARAÚJO ALVES, que foi c.c. FÉLIX FARIAS DE SOUSA, ambos falecidos, deixando os seguintes filhos: 1. GUACARI ARAÚJO FARIAS, solteira, residente em Fortaleza - Ce.; 2. NÚBIA ARAÚJO FARIAS, casada, com descendência, residente na cidade em Fortaleza - CE.; 3. JOSÉ ARAÚJO FARIAS, casado, com descendência, residente em São Paulo - SP; 4. MIRIAM ARAÚJO FARIAS, casada, com descendência, residente em Fortaleza, e 5. CARLOS ARAÚJO FARIAS, residente no sul do país.

VII — JOSÉ DE ARAÚJO COSTA SALES, que foi casado com dona MARIA PORFIRIO, ambos falecidos, deixaram os seguintes filhos: 1. ANASTÁCIO ARAÚJO SALES, casado, com descendência, residente em Fortaleza — Ce.; 2. MIRIAN ARAÚJO SALES, casada, com descendência, residente em Fortaleza; 3. RAIMUNDO ARAÚJO SALES, e 4. MARILZA ARAÚJO SALES, residentes em Fortaleza — CE.

Quanto ao filho caçulo, ANASTÁCIO DE ARAÚJO COSTA SALES (filho) e JOSÉ DE ARAÚJO COSTA, homônimo do avô e bisavô paternos, este, filho de Francisca Pereira da Luz, nenhuma informação obtive.

Dentro do possível, com muitas omissões e erros por absoluta falta de conhecimento e desinteresse das fontes indagadas, sumariamente descrevi a descendência do filho caçulo do Cel. José de Araújo Costa e dona Ana do Nascimento Vidal (2ª) — Anastácio de Araújo Costa Sales c.c. Maria Gonçalves Chaves. Como mostra a relação, a quase totalidade das pessoas mencionadas têm residência fora do município, e muitas no sul do país, cujos nomes completos e endereços me são desconhecidos. Era meu desejo, que esta relação fosse a mais completa possível, cuja pretensão, pelos razões expostas, me contrariaram. Contudo, muitos aqui não referidos e os procedentes das novas gerações, podem formar sua genealogia, não obstante a certeza plena de que já existam pentanetos de Anastácio de Araújo Sales. Um trabalho histórico e genealógico de maior alento, atribuo aos pósteros.

BICENTENÁRIO SOLAR

14 |

A fazenda Caiçara tem sua instalação quase concomitante com a fazenda Tamboril. Seu primitivo proprietário foi o Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo — Cap. Sales, do Serrote. Homem religioso, hospedeiro dos padres-curas da freguesia de São Gonçalo da Serra dos Cocos, o que evidenciam os livros pesquisados, em cuja residência, na fazenda Serrote, faziam longas demoras, como mostra o mais antigo, 1825-1829. Preservando boas relações de amizade com os vigários da Matriz, foi ao Pe. Miguel Francisco de Oliveira, 11º. vigário colado daquela freguesia, à quem transferiu parte daquelas terras, cujo documento não deparei. Certo é, que pouco durou a posse do Pe. Miguel, pois exerceu curto vicariato na freguesia, sendo esta a informação do Con. Dr. F. Sadoc de Araújo, no livro: *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*, op. cit., ao relacionar os vigários da freguesia, dissertando dados biográficos do Pe. Miguel, à p. 39: “11º — Pe. Miguel Francisco de Oliveira — 1806 - 1809. Nasceu na fazenda Catinguinha, município de Jaguaruana, filho de José Francisco Marques de Oliveira e Joana Rodrigues de Oliveira. Concluiu a Igreja de Santa Quitéria. Vigário de Aracati de 1822 a 1832. Morreu cego, como capelão de Giqui, Jaguaruana, a 7 de abril de 1841, com 73 anos de idade. O Visitador João José Saldanha Marinho chamou-o “exemplo do clero (sic)”. (Sublinhei).

Demorando-se apenas três anos na Matriz da Serra dos Cocos, Pe. Miguel transferiu o imóvel ao primogênito do Capitão Sales — Cel. José de Araújo Costa — a quem coube as ações elementares de fundar os primitivos alicerces e fincar as primeiras estacas, dentre elas a edificação da vetusta casa que tive o privilégio

gio de visitar pela última vez no início dos anos 60, embora já mal conservada. Ali passou a residir, mesmo antes do casamento. Ao contrário das usuais construções de casas das fazendas nos nossos sertões, onde é costumeiro o uso da alpendrada, o Solar da Caiçara tinha o projeto arquitetônico clássico das casas rurais portuguesas.

Embora edificada em terreno plano, foi erguida sobre uma sapata que a tornou alta, distinta, elegante e vistosa, com elevadas calçadas que a circundavam, sem nenhum alpendre. As portas externas e janelas laterais eram encimadas por meias-arcadas, sendo os cômodos amplos, claros e bem arejados. A ausência de alpendres transformou seu interior num ambiente iluminado e alegre, bem distinto das casas alpendradas, que, por seus delineamentos arquitetônicos possuem interiores escuros e meio lúgubres, até hoje em uso. (1a. capa-q.v.).

Sua frente era voltada para a direção SE - sudeste - tendo a cor branca. Foi construída com tijolos que tinham 30 cmts. de comprimento, 21 de largura, com 7,50 ditos de espessura, pesando cada unidade 6,40 quilos, dos quais tenho exemplares. Suas portas e janelas eram guarnecidas com forramentos (portais) de miolo de aroeira, sendo o vão das janelas de 1 metro e trinta centímetros de altura, o que bem atesta suas grandes dimensões. (1a. capa-q.v.).

No santuário Santa Ana (hoje abandonado), por mim edificado na fazenda Algodões e dedicado à memória de minha saudosa tia Ana Araújo Ribeiro, além de alguns destes tijolos, forramento, cacos de enormes telhas, temos ainda um baú de cedro, revestido de couro com pregarias metálicas, com as iniciais JAC apostas abaixo da fechadura, que pertenceu ao construtor do admirável e bicentenário solar; igualmente uma cadeira, estilo colonial, com assento em palhinha, de uso do Senhor da Caiçara, bem assim uma prensa pequena do queijo matinal, conservados com profundo afeto, alta estima e indizível admiração aos meus maiores, e tidos como objetos de indescritível valor sentimental. Tais memórias, não mais serão encontradas no local antes men-

cionado — Algodões — mas, na casa que possuo, numa vivenda no bairro Caponga Funda, Pindoretama, CE., com cuidados e preservação contínuos.

Esta senhoril e bicentenária casa, palco familiar dos seus ilustres e nobres proprietários — o Cel. José de Araújo Costa e o caçulo Anastácio de Araújo Costa Sales —, local onde viveram, viram lhes nascer os filhos, lá os criaram e ali feneceram, e onde ressoaram seus últimos suspiros, está assim descrita — repito — no inventário de Anastácio de Araújo Costa Sales: “*Uma casa na fazenda Caiçara, reformada, com quatro portas de frente, construída de tijolos, coberta de telhas, rodeada de calçadas, com compartimentos regulares* (sic)” (1a. capa-q.v.).

As sólidas paredes deste alegre casarão, por certo foram surdas ouvintes e mudas testemunhas, de inúmeras decisões de conciliábulos ali acontecidos, relacionados com a prisca história política e administrativa de Tamboril. Seus comensais e assíduos frequentadores, iniciam na pessoa do pai do seu fundador, Capitão Francisco Xavier de Sales Araújo, “*verdadeira influência naquele tempo* (sic)”, como escreveu Antonio Bezerra: *Notas de Viagem* — 2ª Edição — Imprensa Universitária do Ceará — Fortaleza - 1965, p. 269, informação obtida quando passou na cidade de Tamboril, no ano de 1884.

Prova destas visitas, dentre incontáveis outras, verifica-se por ocasião do batismo do primogênito do Cel. José de Araújo Costa, realizado na fazenda Caiçara no dia 05.08.1827, alhures referido, onde aparecem como padrinhos o avô materno, Cel. Antonio Ribeiro Campos, que homonimou o neto e afilhado, e, como madrinha a avó paterna, d. Francisca Alves Feitosa, mulher do avô, Cap. Sales, do Serrote. (*Livro de Assentos da Freguesia da Serra dos Cocos* — 1825-1829, p. 128). Certamente, por lá muito esteve o irmão caçulo do Cel. José de Araújo Costa, Cel. Diogo Lopes de Araújo Sales, homem de personalidade marcante, de vida lendária e legendária, por mim referido no livro: *História de Tamboril* —

1ª Edição — SECULT — Expressão Gráfica Editora — Fortaleza, 1993, e, entre outros, por Nertan Macedo: *O Bacamarte dos Mouros* – Edit. Instituto do Ceará – Fortaleza – 1966. Dentre vários e inumeráveis, com certeza, o Ten. Cel. Joaquim José de Castro, que tinha o filho Anastácio Pessoa de Castro, casado com uma filha do Cel. José de Araújo Costa, Ana Maria de Araújo Pessoa, devendo ser lembrado que o Ten. Cel. Joaquim José de Castro, foi padrinho do último rebento do senhorio do vetusto solar, o caçulo Anastácio de Araújo Costa Sales.

Convém acrescentar — repiso — que o Ten. Cel. Castro presidiu a mais importante sessão cívica da História de Tamboril, quando, no dia 25.06.1863, na qualidade de Primeiro Presidente da Câmara Municipal de Tamboril, assinou a ata de instalação do município, cargo então similar ao de 1o. Prefeito. Mais longe foi, quando exerceu, ainda, as funções de Juiz Municipal, Juiz de Órfãos, Coletor das Rendas Provinciais e Delegado de Polícia. Nos dias atuais, é absolutamente impossível alguém enfeixar tão inúmeros poderes, razão que me impõe afirmar haver sido o Cel. Castro, seguramente, a figura política de maior realce de toda a História de Tamboril.

Não bastando as notáveis pessoas antes relatadas, lá também era pousada dos curas itinerantes da Matriz da Serra dos Coccos, fato comprovado pelos assentos de batismos realizados em dias seguidos, comprovando a permanência dos sacerdotes no velho Solar. Por outro lado, um dos filhos do Cel. José de Araújo Costa — o Alferes Vicente Alves de Araújo Sales —, tomou assento como vereador, na composição da primeira Câmara Municipal de Tamboril, vindo, posteriormente a exercer a função de Juiz Municipal, onde funcionou numa das maiores e mais antigas pendências judiciais ocorridas em nosso foro, que foi o litígio da Piedade, por mim analisado no livro: *Araújo e Feitosas — Colonizadores do Alto e Médio Acaraú* — Fundação Cultural de Fortaleza — 1995.

Enfim, não há dúvida de que o bicentenário Solar da Caiçara, foi palco do teatro político dos primórdios de Tamboril, no qual luziram as mais importantes personagens que fundaram o povoado, a vila e instituíram o município.

Hoje, o imenso latifúndio está fracionado e pertencendo a ignaros advenas, pra nossa consternação, e em seu lugar encontramos apenas ruínas e escombros, que dão vestígio de sua remota e imponente edificação (1a. capa-q.v.), sobre os quais proliferam convulvúceas donde brotam rosas vistosas, grandes e coloridas com saudosa função ornamental, sugerindo nostalgia e profundas recordações do seu passado nobre, ilustrado e longínquo, aqui examinado e relatado. Contudo, perpetuando a história de dois séculos da colonização daquelas glebas, pela parte norte do riacho Pajeú, nas mesmas e originais extensões do imenso latifúndio, ainda são proprietários de pequena área, trinetos do Cel. José de Araújo Costa, filhos dos bisnetos Antonio Araújo Marques e Alzira Araújo Marques.

Não me foi possível detalhar a descendência completa do Cel. José de Araújo Costa, pois, tomando por base de estudo sua fazenda de morada, tive que ater-me, por imposição do tema, ao caçulo e único filho que ali fez seu domicílio definitivo, onde nasceu, viveu e morreu. Este estudo, devoto a todos que tragam suas origens do patriarca e ilustrado Coronel José de Araújo Costa, sendo meu desejo que façam chegar este trabalho ao conhecimento das gerações futuras, para que avistem neste valoroso e ilustre antepassado, um edificante exemplo de honradez, dignidade e trabalho.

Doutra parte, como procedi em estudos anteriores, foi meu empenho deixar transparente a legitimidade histórica, provinda de fontes documentais, enfaticamente primárias. Erros crassos encontrará o leitor, pois nestas páginas não alimentei a pretensão de rigidez literária, mas o simples propósito de letras históricas e genealógicas. Basicamente revelei a verdade, até onde foi possível alcançá-la.

Algodões — Tamboril, 22 de janeiro de 1996. Dia litúrgico consagrado ao mártir Santo Anastácio, padroeiro da paróquia de Tamboril, território que viu nascer, viver e morrer o histórico, eminente, honrado e digno Cel. José de Araújo Costa, figura destacada neste texto, e igualmente seu caçulo Anastácio de Araújo Costa Sales, personagem centrada deste estudo, originários do mais nobre e ilustrado clã colonial Nordeste.

Enfim, com exclusividade e imorredoura saudade, *in memoriam*, dedico esta e a edição anterior aos meus pais, Francisco Félix de Sousa Farias, com ênfase à quem consagrou-se encaminhar-me às lides do intelecto, minha inesquecível mãe Raimunda Araújo Farias.

BIBLIOGRAFIA FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo da Secretaria da Diocese de Crateús — Gent. Vigário Geral, Pe. José Helênio de Oliveira Pereira.

Arquivo da Câmara Municipal de Tamboril — Gent. Vereador Presidente, Frederico G. de Holanda Rangel.

Arquivo do 1º Cartório de Tamboril Ce. — Gent. Tabela Lúcia Maria Araújo Sales.

Arquivo do 2º Cartório de Tamboril, Ce. — Gent. Tabela Dra. Maria do Socorro Rangel Farias.

Toda a bibliografia descrita, compõe o Arquivo do autor.

OBRAS EDITADAS – BIBLIOTECA DO AUTOR

ARAGÃO, Jarbas Cavalcante de. *Colonização do Nordeste* — Editora Laudes: Rio de Janeiro, 1969.

ARAGÃO, Manuel Ximenes. *Memórias*. RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1913.

ARAÚJO, Con. Dr. F. Sadoc de. *Dicionário Biográfico de Sacerdotes Sobralenses*. Fortaleza: IOCE, 1985.

ARAÚJO, Con. Dr. F. Sadoc de. *História Religiosa de Guaraciaba do Norte*: Fortaleza: IOCE, 1988.

ARAÚJO, Con. Dr. F. Sadoc de. *Raízes Portuguesas do Vale do Acaraú*. Fortaleza: GRECEL, 1991.

ARAÚJO, Vicente Freitas de. *Bela Cruz — biografia do município*. Florianópolis: Bookess Editora, 2012.

- BANDEIRA, Mileno Torres. *Memórias de Um Passado (Genealogia da Família Carcará)*. Fortaleza: Editora ABC, 1996.
- BEZERRA, Antonio. *Notas de Viagem*, 2ª edição. Fortaleza: UFC, 1965.
- CARVALHO, Jader de. *Sua Majestade, o Juiz* – São Paulo: Editora e Distribuidora Musa, 1961.
- CARVALHO, Jader de. *Aldeota* – São Paulo: Exposição do Livro, 1963.
- CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Edição EDIOURO, 1992. (Comemorativa do 90º. aniversário da 1ª. Edição, 1902).
- CATUNDA, Hugo. *O Grupo Feitosa na Formação Social do Nordeste*, RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1955.
- FARIAS, F. Araújo. *História de Tamboril*, 2ª Edição. Fortaleza: Premium Editora, 2012.
- FARIAS, F. Araújo. *Araújos e Feitosas — Colonizadores do Alto e Médio Acaraú* - Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.
- FARIAS, F. Araújo. *Famílias Pioneiras na Colonização do Ceará*. Fortaleza: Gráfica e Editora Pouchain Ramos, 2002.
- FEITOSA, Carlos. *O Barão de Studart e as Famílias Feitosa e Araújo*. RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1957.
- FEITOSA, Leonardo. *Tratado Genealógico da Família Feitosa* Fortaleza: IOCE, 1985.
- FEITOSA, Pe. Neri. *Feitosas e Montes*. Publicação do Arquivo da Família Feitosa. Canindé: Gráfica Canindé, 1998.
- FONSECA, Antonio José Vitoriano Borges da. *Nobiliarquia Pernambucana*, 4 Volumes, Mossoró: Gráfica Tércio Rosado, 1992.
- LIMA, Pe. Geraldo Oliveira. *Gênese da Paróquia de Mons. Taboasa*. Rio de Janeiro: Marques Saraiva Gráficos e Editores, 1994.

- LIMA, Francisco Ferreira. *A Genealogia das Famílias Fernandes Vieira e Ferreira Lima*, 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Edibrás Editorial, 1972.
- LIMA, Raimundo Raul Correia. *Crateús — Meus Avós*. Fortaleza: IOCE, s/d.
- LINHARES, Pe. Fortunato Alves. *Notas Históricas da Cidade de Sobral*. RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1922.
- MOTA, Aroldo. *Boa Viagem – Realidade e Ficção*. Fortaleza: Iju-reh, 1995.
- MOTA, Aroldo. *As “sete irmãs” e a história política do Ceará* RIC. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.
- MONTENEGRO, Abelardo – *Fanáticos e Cangaceiros*. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.
- MACEDO, Nertan. *Antonio Conselheiro*. Rio de Janeiro: Record Editora, 1969.
- MACEDO, Nertan. *O Bacamarte dos Mourões*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.
- MACEDO, Nertan. *O Clã dos Inhamuns*. 2ª. Edição. Fortaleza: Edições A Fortaleza, 1967.
- NOGUEIRA, Paulino. *Presidentes do Ceará Durante a Monarquia*. Fortaleza: Typografia Studart, 1889.
- RODRIGUES, José Honório. *Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Editora ABC, 2002.
- SANTOS, João Brígido dos. *Ceará — Homens e Factos*. Rio de Janeiro: Bernard & Frères, 1919.
- STUDART, Barão de. *Dicionário Biobibliográfico Cearense*, Vol. II - Fortaleza: Typo-Lithografia A Vapor, 1910.
- TORRES, Ismar de Melo. *Terra e Gente do Vale do Crateús*. Edição Particular, 1996.

FONTES OFICIAIS

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Vol. XVI. - Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

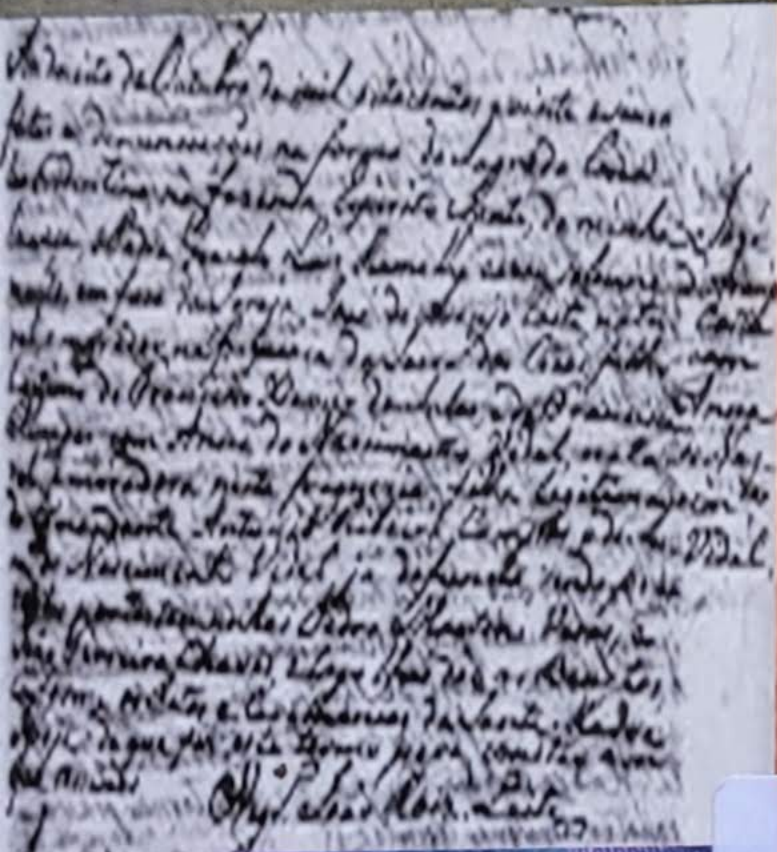
Datas de Sesmarias - Tipografia Eugênio Gadelha & Filhos — 14 Vols. — Fortaleza: 1920-1928.

Sesmarias Cearenses — Distribuição Geográfica. Fortaleza: DIO, 1971.

CARTOGRAFIA

Mapa do Município de Tamboril — Ministério do Exército — Departamento do Serviço Cartográfico: Brasília, 1972.

Mapa do Município de Tamboril — Departamento Autônomo de Estradas de Rodagens do Ceará. DAER: Fortaleza: 1972.



CONTATOS COM O AUTOR

Rua José Gomes de Medeiros,
02 – Monte Azul
CEP 63750-000 – Tamboril – CE

fernandoaraujofarias@hotmail.com
Fone: (88) 9450.6252

OBRAS DO AUTOR

- *História de Tamboril*
- *Minhas Rimas de Ruínas* (poemas)
- *Araújos e Feitosas* – Colonizadores do Alto e Médio Acaraú
- *Famílias Pioneiras na Colonização do Ceará*
- *Antônio Conselheiro e Canudos* – Vida e Obra
- *História de Tamboril* – 2ª Edição

NO PRELO:

- *Matéria de Memória*
- *Crônicas do Sertão*

122440



L0000122468

PREMIUS
EDITORA



ISBN 978-85-7564-674-8



9 788575 646748